



Volume 38  
Número 1  
2014

# CIÊNCIA TRÓPICO

Dilma Rousseff  
Presidente da República  
José Henrique Paim  
Ministro da Educação

Fernando Freire  
Presidente da Fundação Joaquim Nabuco  
Paulo Gustavo  
Editor da Editora Massangana

Editora  
Alexandrina Sobreira de Moura  
Diretoria de Pesquisas Sociais

Conselho Editorial  
Esther Caldas Bertoletti  
Fundação Biblioteca Nacional e Projeto Resgate –  
Secretaria de Articulação Institucional/Ministério da Cultura  
Cátia Lubambo  
Fundação Joaquim Nabuco  
João Arriscado Nunes  
Faculdade de Economia  
e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra  
José Paulo Chahad  
Faculdade de Economia e Administração da USP  
Maria Cecília MacDowel Santos  
Universidade de São Francisco, Califórnia  
e Centro de Pesquisas Sociais da Universidade de Coimbra  
Marion Aubrée  
Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain (CRBC)  
et no Centre d'Etudes Interdisciplinaires des Faits Religieux (CEIFR)  
da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS - Paris)  
Otto Ribas  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília  
Sillvina Carrizo  
Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)



Volume 38  
Número 1  
2014

# CIÊNCIA TRÓPICO

© 2014, Fundação Joaquim Nabuco

Todos os direitos reservados, proibida a reprodução por meios eletrônicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, sem permissão por escrito da Fundação Joaquim Nabuco.

E-mail: [pesquisa@fundaj.gov.br](mailto:pesquisa@fundaj.gov.br)

<http://www.fundaj.gov.br>

*Pede-se permuta  
On demande l'échange  
We ask for exchange  
Pidese permuta  
Si richiede lo scambio  
Man bittet um Austausch  
Intershangho dezirata*

Revisão linguística: *Victor Hugo Torres de Souza, Esperanza Izuel,  
Mariana Yante B. Pereira e Juliana Vitorino*

Tradução: *Mariana Yante B. Pereira, Flávia Farias de Oliveira, Lucas Scholl Matter,  
Wenerton Ferreira, Joelma Gusmão, Eugênio Xavier, Martha Hirsch,  
Juliana Vitorino, Lucas S. Matter*

Diagramação: *Aline Maya/Tikinet*

Projeto da capa: *Rosângela Mesquita / Editora Massangana*

Ilustração da capa: *Trabalho gráfico executado sobre foto de "Jarra de Talavera de Puebla de  
mediados del siglo XIX"*

*Ciência & Trópico* - Recife: Fundação Joaquim Nabuco

1973 - Semestral

Continuação do Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (v.38-1),  
1952-1971. A partir do volume 8 que corresponde ao ano de 1980, o Instituto Joaquim  
Nabuco de Pesquisas Sociais passou a se denominar Fundação Joaquim Nabuco.

ISSN 0304-2685  
CDU 3: 061.6(05)

## SUMÁRIO

	8-11	Nota Editorial
Paulo Henrique MARTINS	12-19	Apresentação
Aleksander AGUILAR		<i>Presentación</i>
Juliana VITORINO		
Mariana YANTE		
Willy Soto ACOSTA	21-23	Primeiras palavras Brasil e América Central: Vizinhos, mas estranhos
	24-26	<i>Palabras iniciales</i> <i>Brasil y Centroamérica: vecinos</i> <i>pero extraños</i>
Aleksander AGUILAR	27-33	O massacre de el Mozote: a maldição de Marcos Diaz
	34-41	<i>La masacre de el Mozote: la</i> <i>maldición de Marcos Díaz</i>
Andrés Mora RAMIREZ	42-44	O projeto do grande canal da Nicarágua
	45-47	<i>El proyecto del gran canal de</i> <i>Nicaragua</i>
Álvaro CÁLIX	48-50	O círculo vicioso Centro-americano
	51-53	<i>El círculo vicioso</i> <i>Centroamericano</i>
Arno ARGUETA	54-57	Títulos, liberdade e consumo: Protestantismo na Guatemala
	58-61	<i>Títulos, libertad y consumo:</i> <i>Protestantismo en Guatemala</i>
Amaral Palevi Gómez	62-65	A segurança e a construção da violência nos jovens em El Salvador
ARÉVALO	66-69	<i>La seguridad y la construcción</i> <i>de la violencia entre los</i> <i>jóvenes en El Salvador</i>
Carmen Elena Villacorta	70-74	Não saber perder
ZULUAGA	75-79	<i>No saber perder</i>

ISSN 0304-2685

Ciência & Trópico	Recife	v. 38	n. 1	p. 1-186	jan./jun.	2014
-------------------	--------	-------	------	----------	-----------	------

Esteban DE GORI	80-86	Batalha eleitoral no Panamá e o fortalecimento das direitas políticas
	87-93	<i>Pugna electoral en Panamá y el fortalecimiento de las derechas políticas</i>
Juliana VITORINO	94-97	Crianças migrantes: drama estadunidense ou tragédia Centro-Americana?
	98-101	<i>Niños migrantes: ¿drama estadounidense o tragedia Centroamericana?</i>
Julieta ROSTICA	102-104	40º aniversário da morte de Miguel Ángel Asturias
	105-107	<i>40º aniversario de la muerte de Miguel Ángel Asturias</i>
Mercedes Elena SEOANE	108-109	O descobrimento da América Central através de sua literatura
	110-111	<i>El descubrimiento de Centroamérica a través de sua literatura</i>
Rudis Yilmar Flores HERNANDEZ	112-114	A luta dos movimentos sociais pelo direito à água em El Salvador
	115-117	<i>La lucha de los movimientos sociales por el derecho al agua en El Salvador</i>
Saira Johanna BARRERA	118-120	23 Anos de (des) acordos (econômicos) de paz em El Salvador
	121-123	<i>23 Años de (des) acuerdos (económicos) de paz en el salvador</i>

ISSN 0304-2685

Ciência & Trópico	Recife	v. 38	n. 1	p. 1-186	jan./jun.	2014
-------------------	--------	-------	------	----------	-----------	------

Álvaro CALIX	124-126	Diversificação de atores empresariais: acumulação econômica e acomodação política
	127-129	<i>Diversificación de actores empresariales: acumulación económica y acomodamientos políticos</i>
Andrés Mora RAMÍREZ	130-133	Pobreza e mudanças climáticas: o que ocorre na américa central?
	134-136	<i>Pobreza y cambio climático: ¿qué pasa en centroamérica?</i>
Arno ARGUETA	137-141	Uma olhada no cinema feito na guatemala – o espelho, a cultura formativa e identidade
	142-146	<i>Una ojeada al cine hecho en guatemala — el espejo, cultura formativa e identidad</i>
Carmen Elena Villacorta ZULUAGA	147-151	Repercussões de El Salvador na Colômbia
	152-156	<i>Resonancias de El Salvador en Colombia</i>
Mercedes Elena SEOANE	157-160	Literatura, identidade e mercado
	161-164	<i>Literatura, identidad y mercado</i>
Rudis Yilmar Flores HERNÁNDEZ	165-167	Petrocaribe em El Salvador e a integração latinoamericana
	168-170	<i>Petrocaribe en El Salvador y la integración latinoamericana</i>
Willy Soto ACOSTA María Fernanda Morales CAMACHO	171-178	As raízes de uma tragédia humana ou a história feita presente
	179-186	<i>Las raíces de una tragedia humana o la historia hecha presente</i>

ISSN 0304-2685

Ciência & Trópico	Recife	v. 38	n. 1	p. 1-186	jan./jun.	2014
-------------------	--------	-------	------	----------	-----------	------

## NOTA EDITORIAL

Os artigos incluídos nesta edição da *Revista Ciência & Trópico* foram feitos em parceria com a plataforma O ISTMO, ligada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais do Desenvolvimento, do programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. A plataforma, que busca explicar multidisciplinarmente temas centro-americanos, traz junto a *Ciência & Trópico*, nesta edição, uma reunião de ensaios, análises e artigos referentes a pesquisas sociais. Por essa razão, dialoga com a tradição da Revista e da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) em buscar intercessões temáticas para discutir as questões sociopolíticas concernentes aos trópicos e, em especial, na construção do elo acadêmico entre Brasil e os países latino-americanos.

O histórico de publicações da Fundação Joaquim Nabuco, iniciando-se pelos Boletins do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), revela uma tradição de interesse pela parceria com instituições internacionais. Em 1952, as parcerias foram publicadas nos Noticiários do primeiro Boletim, que expressa a articulação do Instituto com instituições do Norte da África, em razão das semelhanças políticas e socioeconômicas da região com Brasil, e apresenta resultados de trabalhos realizados com diversas divisões da Organização das Nações Unidas, como a Unesco. Ainda nessa seção do primeiro Boletim, revela-se o que se seguiria como tradição da Fundação Joaquim Nabuco: consolidar a inter e multidisciplinaridade em nível internacional – noticiando palestras de acadêmicos portugueses e franceses sobre pesquisas sociais.



Nas publicações subsequentes, encontram-se análises de obras e publicações de autores americanos, europeus e africanos. No terceiro volume, publicado em 1954, é anunciado que o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais estabeleceria uma parceria com o Institut Français d'Afrique Noire e com o West African Institute of Social and Economic Research.

Em relação a América Latina, os Boletins do IJNPS trazem diversas publicações de artigos, análises e notícias. Entre elas, o anúncio da passagem, no Boletim de volume 12, em 1963, do sociólogo alemão especialista em América Latina, Helmut Schelsky, recebido pelo Instituto para proferir uma palestra. No número anterior, volume 11 (1962), é publicado um relatório, intitulado *Pesquisa Social na América Latina*, do pesquisador René Ribeiro acerca de sua participação nas conferências ocorridas na Cidade do México no Social Science Research Council e no XXXV Congresso Internacional de Americanistas, em 1962. Na ocasião, o pesquisador estabeleceu contato com o Centro de Investigaciones Sociales (CISAC), da Colômbia. Ribeiro ressalta as discussões nas conferências que participou, apresentando tópicos como parcerias acadêmicas entre universidades latino-americanas, desenvolvimento profissional em Ciências Sociais, etc. As relações, inclusive, do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais com outras instituições de pesquisas latino-americanas data-se de anos anteriores, como é dito nos volume 8 do Boletim, publicado em 1958. Nele, destacam-se duas parcerias voltadas para o aperfeiçoamento de acadêmicos em pesquisas sociais, uma com o Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento e outra com o Programa Interamericano para o Aperfeiçoamento de diplomados em Ciências Sociais, que contava com a administração da União PanAmericana.

O Boletim do IJNPS, na década de 1970, foi substituído pela *Revista Ciência Trópico*, com ampla circulação. Em 1989, no volume 17, o ensaio de J. W. Bautista Vidal, *Um espaço dos Trópicos: a busca da sobrevivência*, traz uma crítica ao cenário latino-americano, ressaltando as relações econômicas, políticas, sociais e culturais entre os países tropicais e do bloco anglo-saxão. Em 1992, destaca-se o artigo dos pesquisadores norte-americanos David T. Geithman e Clifford E. Landers, *Political and economic forces in Colombian society as reflected in the literature of "La Violencia"*, que traz uma análise do impacto da violên-

cia de massa na sociedade colombiana após a Segunda Guerra Mundial por meio das literaturas ficcionais latino-americanas, a exemplo de Gabriel Garcia Márquez e Alvaro Valencia Tovar.

Por fim, distinguem-se nas recentes publicações, entre os anos de 2011 e 2012, de três números especiais (35.1, 35.2 e 36.1) contendo 25 artigos produzidos na Quinta Escola de Verão Sul-Sul, com o tema “Repensar o Desenvolvimento: Alternativas Regionais e Globais para o Desenvolvimento do Sul”, realizado por meio do Programa de Colaboração Acadêmica entre África, América Latina e Ásia, e do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Nessas três edições, dez artigos especializaram-se em tratar da América Latina, discutindo participação governamental, em *Desarrollo participativo em la sociedad cubana actual*, de Hans Carrilho Guach; direitos de imigrantes, em *Ampliación de los derechos políticos de los inmigrantes*, por Maria Virgínia Bonora; política industrial, em *Política industrial, la experiencia boliviana*, de Roberto Del Barco Gamarra; a “agência cultural”, em *De los agentes a la agencia*, de Estafanía González Vélez; desenvolvimento socioprodutivo do Mercosul, em *Los desafíos de una agenda regional para el desarrollo*, de Luciano Borgoglio; cooperação regional de mercado entre Mercosul, Alba e Unasur, em *Los condicionantes hegemónicos sobre las alternativas regionales de desarrollo en el Sul*, de Victoria Mutti; análise dos impactos socioeconômicos da política pós-neoliberal na América Latina, em *Economic and social policy in post-neoliberal Latin America*, de Tara Ruttenberg; Diplomacia dos Povos, em *La diplomacia de los pueblos, relaciones internacionales alternativas desde el Sur*, de Karla Díaz Martínez; e anti-neoliberalismo, em *A brief history of anti-neoliberalism in South American Political Economy and Development Paradigms in the XXI Century*, de José Francisco Puello Socarrás.

Pesquisadores do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) contribuíram com artigos de que exemplo *La represa de Yacyretá en el desarrollo energético y territorial*, de Silvina Carrizo e Fernando Brunstein. E, mais recentemente, o autor cubano Gerson Herrera Pupo, discute *El papel de la Industria azucarera en la estructuración territorial de la provincia de Camagüey*.

Assim, a Fundaj e a *Ciência & Trópico*, com a missão de gerar conhecimento a partir de uma visão comparada internacional, apresenta

as publicações da plataforma O ISTMO, que é uma rede de centro-americanistas para informação, opinião e análise sobre a América Central. Fortalece, assim, a pesquisa teórica, em que está presente a análise das estruturas e problemas sociopolíticos dos povos, das expressões culturais, das identidades, da inserção internacional e do desenvolvimento das sociedades na América Central. Este número, portanto, resgata, 60 anos depois, a importância que o antigo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais debateu, publicou e deu visibilidade a tópicos que hoje embasam iniciativas pioneiras como a da plataforma O ISTMO.

Alexandrina Sobreira  
Editora

## APRESENTAÇÃO

A região que se entende como América Latina mobiliza, nessas primeiras décadas do século XXI, diversos e poderosos interesses econômicos e políticos. Mas um pequeno istmo, em específico, desse continente, embora geograficamente inscrito no centro, situa-se num lugar periférico tanto do sistema internacional em geral, como do espaço latinoamericano, em particular. Paradoxalmente, ele está encravado com virtual desdém entre o hegemônico Norte e o promissor Sul do nosso vasto continente. É o que chamamos América Central.

Corriqueiramente esquecido por boa parte da investigação acadêmica das Ciências Sociais, o istmo centro-americano, que o poeta Pablo Neruda denominou “*la dulce cintura de América*”, é conformado por sete Estados (Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá) com menos de 50 milhões de habitantes em pouco mais de 500 mil km<sup>2</sup>. Trata-se de uma região marcada por uma alta complexidade histórica e por difusas e estimulantes relações sociopolíticas contemporâneas. A América Central, de povos cujas raízes culturais, diversas e profundas, remontam às civilizações pré-colombianas Maias, foi singularmente afetada pelo encontro colonial e é particularmente influenciada por processos recentes de ingerências políticas externas que a levaram a ser caracterizada como um espaço de convulsão social.

Em âmbito mundial, a região centro-americana foi foco de atenção, nas últimas décadas, de uma geração de acadêmicos concentrados

em problemas relacionados principalmente com as causas e consequências dos conflitos armados e dos desafios da transição à democracia. Hoje, contudo, para os centro-americanistas, existem novos interesses na região – tais como migrações, violência, narcotráfico e crime organizado, desenvolvimento econômico, relações internacionais – que ampliam os desafios das Ciências Sociais na reflexão contextual de temas transterritoriais. Os novos temas motivam a abertura do debate sobre o estado atual da pesquisa sobre a América Central, sobre os problemas e respostas, sobre teorias e métodos a serem organizados para responder à complexidade da sociedade e da política da região no mundo global.

Designada por uma espécie de destino geográfico, uma das especificidades desse istmo no contexto latino-americano é justamente a de uma região de trânsito entre os dois oceanos, posição que marcou sua história no passado e lhe influencia no presente, dando-lhe peso geopolítico e características identitárias que a colocam em condições particulares para converter-se em um âmbito que merece análise específica.

A América Central, no entanto, não se limita a um destino geográfico. A realidade sociopolítica da região, hoje, debate-se entre a afirmação do neocolonialismo e a reação a este. Por um lado, a condição neocolonial afirma-se através dos modelos hegemônicos de desenvolvimento de corte neoliberal e capitaneados por uma agenda geopolítica agressiva dos Estados Unidos, que pressionar por um assimétrico livre comércio e uma ampla abertura a investimentos estrangeiros diretos. Por outro, temos as reações ao neocolonial por tendências expressas em projetos não hegemônicos que buscam a construção de uma nova arquitetura de integração baseada na complementaridade entre os países latino-americanos. Aqui, pode-se situar os impulsos do Brasil – sobretudo na gestão de Lula, com suas políticas de liderança sem hegemonia e de cooperação sul-sul aos centro-americanos – e da China, que avassaladoramente vem inundando a América Latina, em geral, e a América Central em específico, de investimentos financeiros e *commodities* de baixo custo.

Outrora, o interesse acadêmico no istmo se baseou nos conflitos armados e na transição para a democracia. Mais de vinte anos depois de findados esses conflitos, queremos contribuir para a análise e entendimento de uma região que se vê diante da necessidade de encarar velhos, novos e renovados dilemas e que exigem uma abordagem macrossocial

e transterritorial, visto que os destinos da região somente podem ser pensados com relações ao ambiente social, econômico e político mais amplo. Queremos abordar a América Central contemporânea sem deixar escapar temas que estão na ordem do dia, resultados das novas configurações sociopolíticas no istmo. Pensamos em particular naqueles temas que têm a ver com a guinada ao centro e à esquerda da maioria dos países do bloco centro-americano, a partir de 2004, num contexto no qual não se pode relevar a influência das relações econômicas, políticas e estratégicas com os Estados Unidos. Aquele ano marcou o início de uma série de governos que procuraram romper com o neocolonialismo mediante a afirmação de políticas voltadas para um maior grau de autonomia, autodeterminação e soberania nas suas relações com os Estados Unidos e com outros países do chamado Sul Global.

Enganam-se os que pensam que a realidade centro-americana apenas interessa aos centro-americanos. Em uma perspectiva anticolonial, adotamos que o que acontece naquela região interessa a todo continente e também ao Brasil e aos brasileiros. Nessa direção, há um esforço de pesquisadores nordestinos de colaborar para a criação do Instituto da América Latina (IAL) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com vistas a agregar pesquisadores e recursos de modo a contribuir para renovar as reflexões latino-americanistas na UFPE e em instituições acadêmicas renomadas na região, como a Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (Fundaj). Nesse sentido, a organização deste número especial da Revista *Ciência & Trópico*, editada pela Fundaj, contribui para o estreitamento dos esforços de pesquisadores e instituições comprometidos com os estudos centro-americanistas. Acreditamos na ampliação do entendimento de que entre o Norte e o Sul, está o Centro! E esse Centro precisa ser visto, conhecido, problematizado, questionado e compreendido pela academia brasileira.

Neste número especial, seguimos uma fórmula distinta: uma série de artigos curtos, contribuições de professores, pesquisadores e acadêmicos de diversos países da América Latina que conformam a rede O Istmo ([www.oistmo.com](http://www.oistmo.com)), iniciativa dos doutorandos da UFPE, especializada em temas centro-americanos e que hoje integra o Instituto da América Latina. São artigos que buscam fazer uma aproximação ao variado repertório de eventos e fatos históricos, políticos e sociais que, acreditamos, fazem parte dessa contemporaneidade centro-americana

a qual nos referimos. Era necessário que, ao olhar a América Central, pudéssemos enxergar a multiplicidade de novos temas que conformam essa fotografia atualizada das realidades desses países no sistema internacional atual.

Recife, 30 de março de 2015.

Paulo Henrique Martins – Coordenador do Instituto da América Latina (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE).

Aleksander Aguilar, Juliana Vitorino e Mariana Yante – membros pesquisadores do Instituto da América Latina (UFPE).

## PRESENTACIÓN

La región que llamamos Latinoamérica moviliza en estas primeras décadas del siglo XXI diversos y poderosos intereses económicos y políticos. Pero un pequeño istmo de este continente, aunque geográficamente circunscripto en el centro, se ubica en un sitio periférico tanto en el sistema internacional, en general, como en el espacio latinoamericano, en específico. Como paradoja, está clavado con virtual desinterés entre el hegemónico Norte y el promisor Sur de nuestro enorme continente. Es lo que llamamos América Central.

A menudo olvidado por gran parte de la investigación académica de las ciencias sociales, el istmo centroamericano, aquél que el poeta Pablo Neruda llamó “la dulce cintura de América”, está conformado por siete Estados (Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua y Panamá), tiene menos que 50 millones de habitantes que viven en poco más de 500 mil km<sup>2</sup>. Se trata de una región marcada por una alta complejidad histórica y por difusas y estimulantes relaciones sociopolíticas contemporáneas. La Centroamérica de pueblos cuyas raíces culturales diversas y profundas, que remontan a las civilizaciones precolombinas mayas, fue intensamente afectada por el encuentro colonial y es particularmente influenciada por los procesos recientes de injerencias políticas externas que la llevaron a caracterizarse como un espacio de convulsión social.

En ámbito mundial, la región centroamericana ha sido foco de atención, en las últimas décadas, de una generación de académicos con-



centrados en problemas relacionados principalmente con las causas y consecuencias de los conflictos armados y los desafíos de la transición a la democracia. Sin embargo, hoy existen nuevos intereses para los centroamericanistas – la migración, la violencia, el narcotráfico y el crimen organizado, el desarrollo económico y las relaciones internacionales – que aumentan los desafíos de las ciencias sociales en la reflexión contextual de temas transterritoriales. Estos nuevos temas motivan la apertura del debate sobre el estado actual de la investigación sobre Centroamérica, sobre los problemas y respuestas, sobre teorías y métodos que respondan a la complejidad de la sociedad y de la política de la región en el mundo global.

Designada por una especie de destino geográfico, una de las especificidades de este istmo, en el contexto latinoamericano, es justamente la de una región de tránsito entre dos océanos, posición que marcó su historia en el pasado y influencia en el tiempo presente, regalándole peso geopolítico y características identitarias que le ponen en condiciones particulares para convertirse en un ámbito que merece análisis específica.

Pero Centroamérica no es apenas un límite geográfico. La realidad sociopolítica de la región está comprendida entre la afirmación de un neocolonialismo y la reacción a este neocolonialismo. De un lado, la condición neocolonial se afirma a través de modelos hegemónicos de desarrollo con corte neoliberal y capitaneados por una agenda geopolítica agresiva de los Estados Unidos que presiona por un asimétrico libre comercio y amplia apertura a inversiones extranjeras directas. De otro lado, tenemos las reacciones al neocolonialismo a partir de tendencias expresadas en proyectos no hegemónicos que buscan la construcción de una nueva arquitectura de integración basada en la complementariedad entre los países latino-americanos. Aquí, podemos ubicar los impulsos de Brasil, sobre todo en los gobiernos de Lula – con sus políticas de liderazgo sin hegemonía y de cooperación sur-sur hacia los centroamericanos – y de China, que avasalladoramente está inundando Latinoamérica, en general, y Centroamérica, en específico, de inversiones financieras y *commodities* de bajo coste.

En otros tiempos, el interés académico en el istmo se basó en los conflictos armados y en la transición a la democracia. Más de veinte años después de terminados estos conflictos, queremos contribuir para

el análisis y el entendimiento de una región que se ve delante de la necesidad de encarar viejos, nuevos y renovados dilemas y que exigen un abordaje macrosocial y transterritorial, una vez que los destinos de la región solamente pueden ser pensados si relacionados al ambiente social, económico y político más amplio. Queremos abordar esta Centroamérica contemporánea sin dejar escapar temas que están en la agenda actual, resultados de nuevas configuraciones sociopolíticas en el istmo. Pensamos en particular en aquellos temas que tienen que ver con el vuelco de centro-izquierdas en la mayoría de los países del bloque centroamericano a partir del 2004, en un contexto en que no se puede relevar la influencia de las relaciones económicas, políticas y estratégicas con Estados Unidos. El año de 2004 marcó el inicio de una serie de gobiernos que buscaron romper con el neocolonialismo mediante la afirmación de políticas que cobraban mayores grados de autonomía, autodeterminación y soberanía en sus relaciones con Estados Unidos y otros países del denominado Sur Global.

Se equivocan los que piensan que la realidad centroamericana interesa apenas a los centroamericanos. A partir de una perspectiva anticolonial, asumimos que lo que pasa en aquella región interesa a todo el continente y también a Brasil y los brasileños. En este sentido, existe un esfuerzo de investigadores del noreste de Brasil de colaboraren para la creación del *Instituto da América Latina* (IAL) de la Universidad Federal de Pernambuco (UFPE), con vistas a agregar investigadores y recursos para contribuir en la renovación acerca de las reflexiones latinoamericanistas en la UFPE y en instituciones académicas prestigiosas, como es la *Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais* (Fundaj). De esta forma, la organización de este número especial de la *Revista Ciência & Trópico*, editada por la Fundaj, contribuye para el estrechamiento de los esfuerzos de investigadores e instituciones comprometidos con los estudios centroamericanistas. Creemos en la ampliación del entendimiento de que entre en Norte y el Sur está el Centro. Y este Centro necesita ser visto, conocido, problematizado, cuestionado y comprendido por la academia brasileña.

En este número especial de la *Revista Ciência & Trópico* seguimos una fórmula distinta: una serie de artículos cortos, contribuciones de profesores, investigadores y académicos de diversos países de América Latina que conforman la red *O Istmo* ([www.oistmo.com](http://www.oistmo.com)), iniciativa

de doctorandos de la UFPE, especializada en temas centroamericanos y que hoy integra el *Instituto da América Latina*. Son artículos que pretenden un acercamiento al variado repertorio de eventos y hechos históricos, políticos y sociales que, creemos, son parte de la contemporaneidad centroamericana. Era necesario que al mirar Centroamérica, pudiéramos ver la multiplicidad de nuevos temas que conforman esa fotografía actualizada de las realidades de estos países en el sistema internacional actual.

Recife, 30 de marzo de 2015.

Paulo Henrique Martins – Coordinador del Instituto da América Latina (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE).

Aleksander Aguilar, Juliana Vitorino y Mariana Yante – miembros pesquisadores del Instituto da América Latina (UFPE).

---

## ARTIGOS

## PRIMEIRAS PALAVRAS

*First words*

### BRASIL E AMÉRICA CENTRAL: VIZINHOS, MAS ESTRANHOS<sup>1</sup>

*Brazil and Central America:*

*Unknown neighbours*

Willy Soto Acosta\*

É um lugar comum dizer que a história da América Central, após a segunda metade do século XIX, tem sido influenciada, na maior parte das vezes de maneira negativa, pelos Estados Unidos da América. Outra trivialidade é expressar que desde a independência dessa região da Espanha, em 1821, não se cessaram esforços integracionistas que coexistem com fortes sentimentos nacionalistas/localistas que freiam o avanço unionista.

Faz-se necessário reconhecer, também, que, nos últimos tempos, a integração centro-americana toma um novo impulso, quiçá não tanto pela irmandade, mas devido a um reconhecimento realista e pragmático de que é necessário um bloco regional para fazer frente às ameaças emergentes (crime organizado, efeitos do Câmbio Climático, pobreza extrema, fenômenos transnacionais etc.). A expressão pejorativa, mas parcialmente válida, de “Estados falidos” reflete essa situação de impotência em face de fenômenos que excedem as capacidades reais desses países. A realidade transnacional se impõe insistentemente ante os imaginários local-nacionais. O outrora Estado dono e senhor de tudo se vê no espelho e descobre como envelhece cada vez mais rápido!

---

<sup>1</sup> Tradução de Mariana Yante B. Pereira.

\* Licenciado em Ciência Política e Mestre em Sociologia pela Universidad de Costa Rica. Possui especialização em Estudos Políticos e doutorado em Ciência Política pela *Université de Droit, d' Economie et des Sciences d' Aix-Marseille*. Professor de graduação em Relações Internacionais e do programa de doutorado em Estudos Latino-americanos da Universidad Nacional de Costa Rica (Heredia).

Nem tudo é solidão para nossa região. Seu “irmão mais velho”, o México, há muitas décadas olha em direção a seu Sul – a América Central. Na época dourada da política externa mexicana latino-americana e terceiro-mundista, o fazia como um desplante em relação ao Império do Norte (*“Pobre México, tão longe de Deus e tão próximos dos Estados Unidos!”*). Ou devemos recordar a bofetada que o México deferiu na cara estadunidense quando, em 1981, no melhor da Guerra Fria, teve o *tupé* – juntamente com o governo socialista francês – de reconhecer a guerrilha salvadorenha como “força política representativa”? Depois de tal “insolência”, a atitude mexicana tem oscilado entre ser um representante e intermediário – em termos comerciais e políticos – dos interesses norte-americanos no Istmo e sua nostalgia de voltar a seus tempos de juventude de uma política externa “independente”.

Esta relação complexa asteca-centro-americana adquire uma nova dimensão com o ressurgimento da identidade latino-americana que produz o “socialismo do Século XXI”, originado na América do Sul, principalmente na Venezuela, com Hugo Chávez. Quiçá a condensação de tudo isso seja a constituição da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), em 2010. A partir de então, este fenômeno vai impregnar o curso das relações entre México e América Central, e entre estes países e os Estados Unidos.

O fortalecimento de uma identidade latino-americana coincide com outro fato não menos importante: o surgimento do Brasil como um BRICS, como uma potência “emergente”. Mas, para a América Latina, este novo papel de seu vizinho sul-americano serviria de muito pouco se o Brasil replica o modelo estadunidense de potência, ou seja, de controlar e dominar econômica e politicamente o Istmo.

Resulta óbvio que o interesse nacional brasileiro é exercer sua hegemonia em seus círculos mais próximos: os outros BRICS, o MERCOSUL e o resto dos países da América do Sul. No entanto, esse contexto da CELAC, da América Central e do Caribe esperaria uma liderança brasileira baseada na cooperação Sul-Sul.

Da mesma forma, a América Central tem um grande objetivo: saber gerir suas relações com o Brasil – e, em menor medida, com o México – para diminuir seu tradicional vínculo assimétrico com os

Estados Unidos. Isso mesmo se aplica à China: a crescente presença do gigante asiático na região centro-americana é uma carta que se deve utilizar astutamente.

Este novo contexto é uma oportunidade única e promissora para que estes dois vizinhos deixem de ser estranhos e comecem a entabular fortes laços de cooperação. Cada um dos dois – Brasil e América Central – tem muito a dar e muito que aprender do outro.

## **PALABRAS INICIALES**

*First words*

### **BRASIL Y CENTROAMÉRICA: VECINOS PERO EXTRAÑOS**

*Brazil and Central America:*

*Unknown neighbours*

Willy Soto Acosta\*

Es un lugar común decir que la historia de Centroamérica, después de la segunda mitad del Siglo XIX, ha estado influenciada, la mayor parte de las veces de manera negativa, por los Estados Unidos de América. Otra Verdad de Perogrullo es expresar que desde la Independencia de esta región de España en 1821, no han cesado esfuerzos integracionistas que coexisten con fuertes sentimientos nacionalistas/localistas que frenan el avance unionista.

Hay que reconocer también que en los últimos lustros la integración centroamericana toma un nuevo impulso, quizás no tanto por hermandad sino por un reconocimiento realista y pragmático de que es necesario un bloque regional para hacer frente a las amenazas emergentes (crimen organizado, efectos del Cambio Climático, pobreza extrema, fenómenos transnacionales, etc.). La expresión peyorativa pero parcialmente válida de “Estados fallidos”, refleja esta situación de impotencia ante fenómenos que desbordan las capacidades reales de estos países. La realidad transnacional se impone tercamente ante los imaginarios local-nacionales. El otrora Estado dueño y señor de todo se mira en el espejo y descubre como envejece cada vez más rápido!

---

\* Licenciado en Ciencia Política e Maestría en Sociología en la Universidad de Costa Rica. Tiene especialización en Estudios Políticos e doctorado en Ciencia Política pela Université de Droit, d' Economie et des Sciences d' Aix-Marseille. Profesor de graduación en Relaciones Internacionales e do programa de doctorado em Estudos Latino-americanos da Universidad Nacional de Costa Rica (Heredia).



No todo es soledad para nuestra región. Su “hermano mayor”, México, desde hace muchas décadas mira hacia su Sur, Centroamérica. En la época dorada de la política exterior mexicana latinoamericanista y tercermundista, lo hacía como un desplante hacia el Imperio del Norte (“*¡Pobre México, tan lejos de Dios y tan cerca de los Estados Unidos!*”). ¿O debemos recordar la bofetada que México propinó en la cara estadounidense cuando en 1981, en lo mejor de la Guerra Fría, tuvo el *tupé* –junto con el gobierno socialista francés– de reconocer a la guerrilla salvadoreña como “fuerza política representativa”? Después de tal “insolencia”, la actitud mexicana ha oscilado entre ser un representante e intermediario – en términos comerciales y políticos– de los intereses norteamericanos en el Istmo y su añoranza de volver a su tiempos mozos de una política exterior “independiente”.

Esta relación compleja azteca-centroamericana adquiere una nueva dimensión con el resurgimiento de la identidad latinoamericana que produce el “socialismo del Siglo XXI” originado en Sudamérica, principalmente en Venezuela con Hugo Chávez. Quizás la condensación de todo esto sea la constitución de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) en el 2010. En adelante este fenómeno va a impregnar el curso de las relaciones entre México y Centroamérica y entre esos países y los Estados Unidos.

El fortalecimiento de una identidad latinoamericana coincide con otro hecho no menos importante: el surgimiento de Brasil como un BRICS, como una potencia “emergente”. Pero para Centroamérica este nuevo papel de su vecino sudamericano serviría de muy poco si Brasil replica el modelo estadounidense de potencia, es decir, de controlar y dominar económica y políticamente al Istmo.

Resulta obvio que el interés nacional brasileño es ejercer su hegemonía en sus círculos más cercanos: los otros BRICS, el MERCOSUR y el resto de países de Sudamérica. Pero en el contexto de la CELAC, Centroamérica y el Caribe esperarían un liderazgo brasileño basado en la cooperación Sur-Sur.

Igualmente Centroamérica tiene un gran reto: saber gestionar sus relaciones con Brasil –y en menor medida con México– para disminuir su tradicional nexos asimétrico con Estados Unidos. Esto mismo se aplica a China: la creciente presencia del gigante asiático en la región centroamericana es una carta que se debe utilizar astutamente.

Este nuevo contexto es una oportunidad única y prometedora para que estos dos vecinos dejen de ser extraños y comiencen a entablar fuertes lazos de cooperación. Cada uno de los dos – Brasil y Centroamérica- tiene mucho que dar y mucho que aprender del otro.

# **O MASSACRE DE EL MOZOTE: a maldição de Marcos Diaz<sup>1</sup>**

*THE MASSACRE IN EL MOZOTE:  
the Marcos Diaz's curse*

Aleksander Aguilar\*

## **1 INTRODUÇÃO**

O episódio ocorrido em El Mozote, em El Salvador, em 11 de dezembro de 1981, é um dos maiores massacres cometidos contra civis na história recente da América Latina, com pelo menos o dobro de vítimas que My Lai, e quizá levado a cabo com mais requintes de crueldade do que o da vergonha, mundialmente famosa, promovida na aldeia vietnamita pelos Estados Unidos durante a guerra, nos anos 1960.

O famigerado ex-batalhão *Atlacatl* do exército salvadorenho, numa tentativa desesperada de conter o brote revolucionário no país no início dos anos 1980, aterrorizou e assassinou quase 1.200 civis pacíficos, incluindo idosos, mulheres e crianças de colo. A missão do *Atlacatl*, financiada e treinada pelos Estados Unidos, era colocar em prática as medidas necessárias para operações conhecidas como *tierra arrasada* ou, no jargão do próprio exército na época, “secar o rio para evitar que os peixes cresçam”. Contudo, para muitos salvadorenhos, especialmente os da geração que nasceu depois da guerra que durou oficialmente entre 1980-1992, El Mozote é distante, no tempo e também no espaço, apesar do cenário da matança estar a menos de 300 km da capital, San Salvador.

Essa é a ironia da recente e obscura história salvadorenha. *El pulgarcito de America* (o pequeno polegar da América, como foi apelidado

---

<sup>1</sup> Este texto foi publicado originalmente na versão impressa do jornal Brasil de Fato em 27 de maio de 2011. Revisado e atualizado para publicação no sítio eletrônico de O Istmo por ocasião do aniversário de 33 anos da tragédia.

\* Jornalista e linguista, doutorando em Ciência Política, membro do Instituto da América Latina e coordenador da rede O ISTMO.

o país pela escritora Gabriela Mistral) também quer virar páginas de dor. Mas punir os criminosos, rechaçar a impunidade e manter viva a memória nem sempre foi – e muitas vezes não é – entendida como a prova séria dessa disposição. O País continua ignorando-se e sendo ignorado. Setores da sociedade, aqueles que estiveram envolvidos com massacres, esquadrões da morte e desaparecimentos, querem incentivar o esquecimento em lugar da tomada de consciência crítica, e isso faz com que, como nação, o lugar se mantenha olvidado.

Em nível latino-americano, essa invisibilidade e desmemória é igualmente latente. Brasileiros, particularmente, também tendem a conhecer mais da simbólica história de My Lai do que sobre os fenômenos e dores, com semelhança de caráter e motivações, que nosso continente sofreu. Não temos a menor ideia do que foi o El Mozote. A América Central toda, e quase sempre, não é vista no senso comum mais do que como um pedaço de terra entre o sul e o império onde houve guerras, há vulcões e terremotos e nem nos envergonhamos dessa grotesca e absurdamente rasa percepção que temos da nossa própria geografia e história.

## 2 PARA CHEGAR AO EL MOZOTE

Sem veículo próprio – como acontece em muitos destinos de El Salvador – o acesso não é muito simples, embora as estradas hoje em dia sejam bastante razoáveis. A falta de um sistema de transporte público decente no país faz com que a viagem seja uma jornada.

Sáímos no início da tarde do deprimente Terminal do Oriente de San Salvador com destino à cidade de San Miguel, de onde se toma outro ônibus. Ao chegar aí, pouco depois das cinco horas, já não há transporte até a famosa Perquin, (cidadela que foi o centro do controle guerrilheiro na região nos anos 1980), com exceção das populares tra-seiras de camionetes em uma viagem de duas horas até outro lugarejo histórico, Francisco Gotera, para daí pegar outra *pick-up*. Para evitar estar na estrada ao anoitecer, decidimos passar a noite em San Miguel para seguir às seis da manhã seguinte.

No outro dia, depois de mais três horas em outro precário ônibus, chegamos ao lugar onde está o Museu da Revolução Salvadorenha, um pequeno e humilde prédio, organizado pelos próprios ex-combatentes que ainda vivem na região, que abriga um verdadeiro arquivo histórico: armas usadas na guerra, cartazes da *Frente Farabundo Martí Libera-*

*ción Nacional* (FMLN) e de organizações internacionais em solidariedade à ex-guerrilha, fotos de homens e mulheres que lutaram na revolução, cascos de bombas de 500 libras do arsenal norte-americano que eram despejados pelo exército de El Salvador (financiado pelos Estados Unidos na sua política de contrainsurgência e intervencionista), e até os carros utilizados por dois dos cinco comandantes do FMLN durante a guerra, Schafik Handal e Joaquin VillaLobos.

Visitamos o museu pela manhã com o objetivo de ir ao El Mozote pela tarde, mas depois das 13h já não há nem *pick-ups* que passem pelo desvio de Arambala, que dá acesso ao local, de onde temos que tomar outro ônibus para, por fim, chegar ao cenário do massacre. Assim, logo de buscar hospedagem em Perquin para mais uma noite, foi apenas na manhã seguinte que conseguimos chegar a El Mozote.

Uma minúscula vila, entrada nas montanhas da parte norte-oriental do País, quase na fronteira com Honduras. Hoje, o vilarejo não deve ser muito diferente do El Mozote do início dos anos 80, a não ser pela presença de um monumento à memória do massacre e pelo simpático e singular “posto de informação turística” em frente à igreja. Alguns minutos depois de descermos do ônibus – com mochilas e caras de turista – no meio da silenciosa e polvorenta vila, uma jovem se aproxima disposta a nos contar a história. Ao redor, só se vê uma dúzia de residências; a igreja; o passo eventual de uma criança ou adolescente de bicicleta; dois ou três homens, depois da cerca, com lenha ou apetrechos de trabalho agrícola nas costas; alguns cachorros famintos perambulando; um poço pintado de branco de onde se ergue um alto bambu com uma bandeira vermelha do FMLN no topo, e uma pequena mercearia de onde nos observa uma curiosa senhora.

Estamos em frente à diminuta praça onde está o monumento à memória do massacre e que guarda os restos mortais de um milhar de pessoas assassinadas. É ali, em frente àquela placa de metal recortada na forma da silhueta de uma família, colocada em frente a um muro de tijolos com os nomes das vítimas, que ouvimos a humilde guia turística do El Mozote relatar a triste história da miserável vila e recorrer os lugares exatos das execuções, dos escombros das casas que resistiram aos incêndios provocados pelos soldados para esconder a vergonha da barbárie ali cometida.

### 3 VERGONHA ESCONDIDA

Durante onze anos uma mulher, Rufina Amaya Marquez, foi diante de todo o mundo a única testemunha do massacre, mas pouca gente lhe dava crédito. Ela foi a única pessoa que, milagrosa e bravamente, sobreviveu à asquerosa operação *Yunque y Martillo* do famigerado Batalhão *Atlacatl* do exército salvadorenho no dia 11 de dezembro de 1981, quando foi executada toda a população de El Mozote e arredores.

Até outubro de 1992, ano em que a guerra civil de pelo menos doze anos em El Salvador por fim havia terminado, Washington teve sucesso em manter o crime em segredo; enterrado entre mais de mil cadáveres no extremo oriente do país.

Rufina, que viu seu marido e quatro filhos (um deles de oito meses de idade, que lhe foi arrancado do peito) serem assassinados, conseguiu, com uma extraordinária força psicológica, contar a história ao mundo. Seu relato, verificado *in loco* por jornalistas norte-americanos, foi manchete do *The Washington Post* e do *The New York Times*, após a legendaria Radio Venceremos (órgão oficial de comunicação da guerrilha) ter denunciado o massacre. Porém a Casa Branca, que, naquele momento, começo de 1982, debatia se manteria ou não mais apoio para o governo ditatorial salvadorenho combater a guerrilha, precisava desacreditar a história que, no período intrincado da Guerra Fria, deixava o País entre o dilema de manter a “segurança nacional” e o suposto respeito aos direitos humanos (já que os políticos americanos estavam cientes do nível de violência em El Salvador) que os Estados Unidos julgavam, e julgam, exercer.

### 4 “SECAR O RIO”

No dia primeiro de dezembro de 1981, a guerrilha foi informada de que havia sido confirmado um operativo militar de grande envergadura na região. O governo salvadorenho queria “resgatar” a região de Morazán das mãos dos guerrilheiros que tinham o controle político no oriente do país. Os oficiais temiam que se a guerrilha não fosse retirada de Morazán, o País, o menor de todo o continente Americano, com apenas 21 mil km quadrados, pudesse terminar dividido em dois.

O batalhão *Atlacatl*, treinado pelo carismático e truculento coronel Domingos Monterrosa (homem de confiança dos norte-america-

nos) era uma classe diferente da maioria dos soldados salvadorenhos. Eram mais ferozes, mais profissionais e muito melhor equipados. Sempre com dinheiro e estrutura norte-americana. Nesse período, os EUA haviam dado um passo a frente no financiamento da guerra, mas não estavam dispostos a envolver seus soldados diretamente, já que o País ainda estava sob a ressaca histórica do Vietnã.

O El Mozote estava dentro da zona controlada pela guerrilha, mas os rebeldes não eram capazes de oferecer aos civis suficiente proteção. Em uma operação do exército de grande porte, a população civil também tinha que fugir. Mas a população do El Mozote, no início daquele dezembro, decidiu ficar.

## 5 A MALDIÇÃO

Como em muitas outras comunidades do Departamento de Morazán, a população se esforçava em manter-se neutra durante a guerra e muitas vezes, de fato, tinha medo da guerrilha. Contudo, a confiança no exército, e em Marcos Diaz, contribuiu para levar todo o vilarejo à morte.

A narrativa do livro “Vagalumes no El Mozote” (tradução livre do espanhol), publicado em El Salvador pelo Museu da Palavra e da Imagem (MUPI), com relatos da história feitos por Santiago – quem havia sido o responsável pela legendária Radio Venceremos (cujo nome real é Carlos Henrique Consalvi, atual diretor do MUPI) –, pelo jornalista norte-americano Mark Danner e pela própria Rufina Amaya, explicita os fatos. Marcos Diaz, dono da única mercearia da comunidade, organizou uma plenária em frente a sua casa no início de dezembro de 81. Ele contou aos moradores o que lhe haviam dito em San Miguel, onde ele fazia as compras para abastecer sua lojinha.

Um oficial do exército lhe garantiu que, apesar de a operação militar estar realmente dirigindo-se ao El Mozote, o melhor a fazer era ficar na vila e permanecer nas casas para não correr o risco de que os soldados os confundissem com guerrilheiros em retirada. Marcos Diaz confiou na sua fonte no exército, e a população do El Mozote confiou em Marcos Diaz.

A maioria ficou na vila, sabendo que o exército se aproximava, mas confiantes de que, por não serem colaboradores da guerrilha, nada de mal lhes ocorreria. A certeza converteu-se em decepção e morte e, para Marcos Diaz, em uma maldição. O batalhão *Atlacatl* estava ali para levar a cabo uma estratégia política-civil organizada. E milhares foram assassinados.

Oficialmente, a missão era aniquilar a Radio Venceremos. A rádio da guerrilha era a obsessão do coronel Monterrosa, que não admitia e se enfurecia com a sua existência. O *Atlacatl* foi ao norte de Morazan, com destino a Guacamaya, onde de fato foi um dos lugares de funcionamento da emissora. Porém a inteligência da guerrilha já havia tomado conhecimento do operativo, e o coletivo da rádio partiu do acampamento muito antes da chegada do exército. Durante seu trajeto a Guacamaya, o *Atlacatl* aterrorizou e assassinou em Perquin, em Torilas e no El Mozote finalizou sua missão de barbárie.

“Vagalumes no El Mozote” relata que o batalhão levou dois dias para cumprir o que se pode chamar de ritual. A população foi dividida entre homens, mulheres e crianças; cada grupo encerrado em uma casa da comunidade. Os homens, que estavam na igreja, foram os primeiros. Foram levados em pequenos grupos atrás do prédio e metralhados, e os que ficavam agonizando eram decapitados. As cabeças, cujos crânios foram encontrados anos mais tarde, foram amontoadas perto da sacristia. Pouco depois foi a vez das mulheres. Os soldados selecionavam as mais jovens e as arrastavam para os cerros nos arredores. As outras ouviam os gritos das que estavam sendo estupradas. Depois, os soldados voltaram às casas e começaram a separar as mães dos filhos. Grupos de mulheres eram levados à execução na pequena praça da vila, e a casa aos poucos se enchia de órfãos aos prantos. Os soldados do *Atlacatl* por fim terminaram sua missão, matando todas as crianças do El Mozote.

Rufina Amaya assistia a todo o repugnante ritual escondida atrás de um pé de maçã, que ainda existe no El Mozote reconstruído. Quando enfileiravam as mulheres na praça, ela, que estava ao final de um dos grupos, aproveitou a distração do soldado em meio ao alarido de desespero e se arrastou por baixo de uma cerca, escondendo-se atrás da árvore onde permaneceu por todo um dia e toda uma noite. Ela faleceu em 2007, mas deixou registrado no livro publicado pelo MUPI o seguinte depoimento:

Yo no sabía qué hacer. Estaban matando a mis hijos. Sabía que se regresaba allá me harían pedazos, pero no podía resistir escuchar los gritos de mis hijos. No podía soportarlo. Tenía miedo de llorar ruidosamente. Pensé que iba a gritar, que me iba a volver loca. No podía soportarlo y suplicaba a Dios que me ayudara. Le prometí que si él me ayudaba, yo le contaría al mundo lo que había ocurrido aquí. Después me amarre el cabello y la falda entre las piernas y me arrastre sobre el estómago detrás del



árbol. Allí había animales. Unas vacas y un perro me vieron e yo tuve miedo de que hicieran algún ruido, pero Dios hizo que estuvieran silenciosos. Me arrastre entre ellos. Cruce la calle bajo un cero de púas y cruce entre las plantas de maguey hacia el otro lado. Me arrastre lejos a través de las espinas. Cavé un pequeño hoyo con mis manos y coloque mi cara dentro de él para poder llorar sin que nadie me oyera. Todavía podía oír los niños gritando y llorando. Me quedé allí con la cara en la tierra y lloré.

Durante as negociações para a paz em El Salvador, já no começo dos anos 90, foi estabelecido que seria criada, com intermediação da ONU, uma comissão internacional, chamada Comissão da Verdade, para investigar e fazer públicos os acontecimentos que marcaram a história país e apontar recomendações. O documento define a guerra civil salvadorenha como “loucura” e “delirante”.

Assim como no Brasil pós-ditadura, a luta por memória, verdade e justiça em El Salvador tem sido conduzida pela sociedade civil organizada. A inédita e histórica vitória eleitoral da FMLN em 2009, o ex-grupo guerrilheiro transformado em partido institucional depois dos Acordos de Paz de 92, que se repetiu em 2014, agora com o ex-comandante da guerrilha, Sanchez Ceren, gerou expectativas positivas em diversas organizações de direitos humanos e atores políticos do país, inclusive na comunidade internacional, para a plena realização dos direitos das vítimas por justiça e reparação, nesse episódio do El Mozote e em diversos outros casos de violação dos direitos humanos durante a guerra civil no País, que deixaram um saldo de pelo menos 70 mil mortes.

Entretanto, apesar de positivas iniciativas de memória histórica, pouco se fez em ações de Justiça de Transição. Permanece como o grande desafio da democracia salvadorenha e da plena reconciliação nacional – analogamente ao desafio brasileiro pós-regimes militares – a revisão da Lei de Anistia. Ela é uma norma ainda vigente, que estabelece a extinção penal de todos os que estiveram envolvidos na violação dos direitos humanos durante o conflito salvadorenho. Na prática, a possibilidade das vítimas exigirem justiça com base na informação do relatório da Comissão da Verdade está vedada por esse obstáculo.

Ainda hoje, nenhuma investigação ampla foi levada a cabo no país pelo Estado, ninguém foi condenado em El Salvador e permanece a impunidade.

# LA MASACRE DE EL MOZOTE: la maldición de Marcos Díaz<sup>1</sup>

## *THE MASSACRE IN EL MOZOTE: the Marcos Diaz's curse*

Aleksander Aguilar\*

### 1 INTRODUCCIÓN

El episodio ocurrido en El Mozote, en El Salvador, el 11 de octubre del 1981, es una de las mayores masacres cometidas contra civiles en la historia reciente de América Latina, con por lo menos el doble de víctimas que My Lai y quizás con más exceso de crueldad que la vergonzosa y mundialmente conocida masacre que Estados Unidos promovió en la aldea vietnamita durante la guerra, en los años 1960.

El deplorable ex batallón *Atlatcatl* del ejército salvadoreño, en un intento desesperado por contener el brote revolucionario en el país en el inicio de los años 1980, aterrorizó y asesinó a casi 1200 civiles pacíficos, incluyendo ancianos, mujeres y bebés. La misión del *Atlatcatl*, con financiamiento y entrenamiento de Estados Unidos, era colocar en práctica las medidas necesarias para operaciones conocidas como *tierra arrasada* o, en el lenguaje del propio ejército en la época “secar el río para evitar que los peces crezcan”. Sin embargo, para muchos salvadoreños, especialmente los de la generación que nació después de la guerra que se llevó a cabo oficialmente entre 1980 y 1992, El Mozote

---

<sup>1</sup> Este texto fue publicado en la versión impresa del diario *Brasil de Fato* el 27 de mayo de 2011. Revisado y actualizado para publicación en el sitio electrónico de *O Istmo* por ocasión del aniversario de 33 años de la tragedia. Traducción de Flávia Farias de Oliveira.

\* Periodista e lingüista, doctorando em Ciencia Política, membro do Instituto da América Latina e coordenador da rede O ISTMO.

es distante, en el tiempo y también en el espacio, a pesar del escenario de matanza a menos de 300 km de la capital, San Salvador.

Esa es la ironía de la reciente y oscura historia salvadoreña. “El pulgarcito de América”, como lo llama la escritora Gabriela Mistral, también quiere dar la vuelta la página del dolor. Pero punir a los criminales, rechazar la impunidad y mantener viva la memoria no siempre ha sido – y muchas veces no lo es – entendido como la prueba seria de esa disposición. El país sigue ignorándose y siendo ignorado. Sectores de la sociedad, aquellos que se involucraron en las masacres, en los escuadrones de la muerte y en desapariciones, quieren incentivar el olvido en lugar de la toma de consciencia crítica y eso hace que, como nación, el lugar se mantenga olvidado.

A nivel latinoamericano, esa invisibilidad y desmemoria es igualmente latente. Los brasileños, particularmente, también tienden a conocer más de la simbólica historia de My Lai que sobre los fenómenos y dolores, con semejanza de carácter y motivaciones, sufridos en nuestro continente. No tenemos la menor idea de lo que fue El Mozote. El sentido común ve, casi siempre, a América Central como apenas un pedazo de tierra entre el sur y el imperio, donde hubo guerras, donde hay volcanes y terremotos. Y no nos avergonzamos de esta lamentable y absurdamente superficial percepción que tenemos acerca de nuestra propia geografía e historia.

## 2 PARA LLEGAR A EL MOZOTE

Sin vehículo propio – como ocurre en muchos destinos de El Salvador – el acceso no es muy simple, aunque las carreteras hoy en día estén bastante mejor. La falta de un sistema de transporte público adecuado en el país hace que el viaje sea complicado.

Salimos al inicio de la tarde de la deprimente Terminal del Oriente de San Salvador con destino a la ciudad de San Miguel, donde se toma otro bus. Al llegar allí, poco después de las cinco horas, ya no hay transporte hasta la famosa Perquín (ciudadela que fue el centro del control guerrillero en la región en los años 80) con excepción de las populares camionetas que realizan un viaje de dos horas hacia otro pueblecito histórico, Francisco Gotera, para desde ahí tomar otra pick-up. Para evitar estar en la carretera al anochecer, decidimos dormir en San Miguel y seguir a las seis de la mañana del día siguiente.

Al otro día, después de más de tres horas en otro precario bus, llegamos al lugar donde está el Museo de la Revolución Salvadoreña, un pequeño y humilde edificio, organizado por los propios ex combatientes que aún viven en la región, que abriga un verdadero archivo histórico: armas de la guerra; carteles del *Frente Farabundo Martí Liberación Nacional* (FMLN) y de organizaciones internacionales en solidaridad con la ex guerrilla; fotos de hombres y mujeres que lucharon en la revolución; cascos de bombas de 500 libras del arsenal norteamericano que eran tiradas por el ejército de El Salvador (financiado por Estados Unidos en su política intervencionista y de contrainsurgencia) y hasta los carros utilizados por dos de los cinco comandantes del FMLN durante la guerra, Schafik Handal y Joaquín Villa Lobos.

Visitamos el museo por la mañana con el objetivo de ir a El Mozote por la tarde, pero después de las 13 horas ya no hay pick-ups que pasen por el desvío de Arambala, que da acceso al lugar, en donde tenemos que tomar otro bus para, por fin, llegar al escenario de la masacre. Así, tras buscar hospedaje en Perquín para pasar una noche más, sólo a la mañana siguiente logramos llegar a El Mozote.

Un minúsculo pueblo, adentrado en las montañas de la parte Norte-oriental del país, casi en la frontera con Honduras. Hoy el pueblecito no debe ser muy diferente de lo que era El Mozote en el inicio de los años 80, a no ser por la presencia de un monumento a la memoria de la masacre y por el simpático y singular “punto de información turística” enfrente de la iglesia. Algunos minutos después de salir del bus – con mochilas y caras de turista – en el medio silencioso y polvoriento pueblecito, una joven se nos acerca dispuesta a contarnos la historia. Alrededor, sólo se ve una docena de casas; la iglesia; el eventual paso de un niño o adolescente en su bicicleta; dos o tres hombres por detrás del cercado, cargando leña o aparatos de trabajo agrícola; algunos perros hambrientos; un pozo pintado de blanco desde donde se yergue un alto bambú con una bandera roja del FMLN en el extremo superior, y una pequeña tienda desde donde nos observa una curiosa señora.

Estamos frente a la minúscula plaza donde está el monumento a la memoria de la masacre y que guarda los restos mortales de miles de personas asesinadas. Es allí, delante de aquella chapa de metal recortada con la forma de la silueta de una familia, colocada frente a un muro de ladrillos con los nombres de las víctimas, que oímos a la humilde

guía turística de El Mozote relatar la triste historia del miserable pueblo y recorrer los lugares exactos de las ejecuciones, de los restos de las casas que resistieron a los incendios provocados por los soldados para esconder la vergüenza de la barbarie allí cometida.

### 3 VERGÜENZA ESCONDIDA

Durante 11 años, una mujer, Rufina Amaya Márquez, fue para todo el mundo el único testigo de la masacre, pero poca gente le daba crédito. Ella fue la única persona que, milagrosa y bravamente, sobrevivió a la asquerosa operación *Yunque y Martillo* del deplorable batallón *Atlatcatl* del ejército salvadoreño el día 11 de diciembre de 1981, cuando ejecutaron a toda la población de El Mozote y alrededores.

Hasta octubre de 1992, año en que tuvo fin la guerra civil que duró por lo menos 12 años en El Salvador, Washington tuvo éxito en mantener el crimen en secreto; enterrado entre más de mil cadáveres en el extremo oriente del país.

Rufina, que vio el asesinato de su marido y de sus cuatro hijos (uno de ellos arrancado de su pecho con ocho meses de vida), logró, con una extraordinaria fuerza psicológica, contar la historia al mundo. Su relato, verificado *in loco* por periodistas norteamericanos, fue titular del *The Washington Post* y del *The New York Times* luego de que la legendaria Radio Venceremos (medio oficial de comunicación de la guerrilla) denunciara la masacre. Sin embargo, la Casa Blanca, en aquel momento, inicio de 1982, debatía si mantendría o no el apoyo para que el gobierno dictatorial salvadoreño combatiera la guerrilla. Estados Unidos necesitaba desacreditar la historia que, en el periodo de la Guerra Fría, dejaba al país en el dilema entre mantener la “seguridad nacional” y el supuesto respeto a los derechos humanos (ya que los políticos norteamericanos eran conscientes del nivel de violencia en El Salvador) que los Estados Unidos juzgaban, y juzgan, ejercer.

### 4 “SECAR EL RÍO”

El día primero de diciembre de 1981, informaron a la guerrilla que se había confirmado una operación militar de gran envergadura en la región. El gobierno salvadoreño quería “rescatar” la región de Mo-

razán de las manos de los guerrilleros que tenían el control político en el oriente del país. Los oficiales temían que si la guerrilla no se retirase de Morazán, el país más pequeño de todo el continente americano, con apenas 21 mil km cuadrados, podría dividirse en dos.

El batallón *Atlacatl*, entrenado por el carismático y truculento coronel Domingos Monterrosa (hombre de confianza de los norteamericanos) era una clase diferente de la mayoría de los soldados salvadoreños. Eran más feroces, más profesionales y mucho mejor equipados. Siempre con dinero y estructura norteamericana. En ese periodo, los EUA habían dado un paso adelante en lo que se refiere a la inversión en la guerra, pero no estaban dispuestos a involucrar a sus soldados directamente, ya que el país aún estaba bajo la resaca histórica de Vietnam.

El Mozote se encontraba dentro de la zona controlada por la guerrilla, pero los rebeldes no eran capaces de ofrecer suficiente protección a los civiles. En una operación de gran porte del ejército, la población civil también tendría que huir. Sin embargo, la población de El Mozote, en el inicio de aquel diciembre, decidió quedarse.

## 5 LA MALDICIÓN

Como en muchas otras comunidades del Departamento de Morazán, la población se esforzaba en mantenerse neutral durante la guerra y muchas veces, de hecho, tenía miedo de la guerrilla. Sin embargo, la confianza en el ejército, y en Marcos Díaz, contribuyó para llevar todo el pueblo a la muerte.

La narrativa del libro *Luciérnagas en El Mozote*, publicado en El Salvador por el Museo de la Palabra y de la Imagen (MUPI), con relatos de la historia realizados por Santiago – quien había sido el responsable por la legendaria Radio Venceremos (cuyo nombre real es Carlos Henrique Consalvi, actual director del MUPI) –, por el periodista norteamericano Mark Danner y por la propia Rufina Amaya, explicita los hechos. Marcos Díaz, dueño de la única tienda de la comunidad, organizó una asamblea enfrente de su casa en el inicio de diciembre de 1981. Él contó a la gente que vivía ahí lo que le habían dicho en San Miguel, donde hacía las compras para abastecer su tienda.

Un oficial del ejército le garantizó que, a pesar de que la operación militar estaba realmente dirigiéndose a El Mozote, lo mejor era

quedarse en el pueblo y permanecer en las casas para no correr el riesgo de que los soldados los confundieran con guerrilleros en retirada. Marcos Díaz confió en su fuente del ejército y la población de El Mozote confió en Marcos Díaz.

La mayoría de la gente se quedó en el pueblo, sabiendo que el ejército se acercaba, pero confiando en que, al no ser colaborador de la guerrilla, nada malo les ocurriría. La certeza se convirtió en decepción y muerte y, para Marcos Díaz, en una maldición. El batallón *Atlacatl* estaba allí para llevar a cabo una estrategia política-civil organizada. Y miles fueron asesinados. Oficialmente, la misión era aniquilar a la Radio Venceremos. La radio de la guerrilla era la obsesión del coronel Monterrosa, que no la admitía y se enojaba con su existencia. El *Atlacatl* fue al norte de Morazán, con destino a Guacamaya, uno de los lugares donde, de hecho, funcionó la emisora. No obstante, la inteligencia de la guerrilla ya había tomado conocimiento del operativo y el colectivo de la radio dejó el campamento mucho antes de la llegada del ejército. Durante su trayecto a Guacamaya, el *Atlacatl* aterrizó y asesinó en Perquín, en Torilas y en El Mozote finalizó su misión de barbarie.

*Luciérnagas en El Mozote* relata que el batallón llevó dos días para cumplir lo que se puede llamar de ritual. La población se dividió entre hombres, mujeres y niños; cada grupo encerrado en una casa de la comunidad. Los hombres, que estaban en la iglesia, fueron los primeros. Los llevaron en pequeños grupos a la parte de atrás del edificio donde los ametrallaron, y los que agonizaban fueron decapitados. Las cabezas, cuyos cráneos se encontraron años más tarde, se amontonaban cerca de la sacristía. Poco después fue el turno de las mujeres. Los soldados seleccionaban las más jóvenes y las arrastraban a los cerros de los alrededores. Las otras oían los gritos de las que estaban siendo violadas. Después, los soldados volvieron a las casas y empezaron a separar a las madres de sus hijos. Llevaban grupos de mujeres para ejecutarlas en la pequeña plaza del pueblo y la casa, de a poco, se llenaba de huérfanos en llanto. Los soldados del *Atlacatl* por fin terminaron su misión, matando a todos los niños de El Mozote.

Rufina Amaya veía todo el repugnante ritual escondida detrás de un manzano, que aún existe en El Mozote reconstruido. Cuando hacían fila las mujeres en la plaza, ella, que estaba al final de uno de los grupos, aprovechó la distracción del soldado en medio del alarido de desespe-

ración y se arrastró por debajo de una cerca escondiéndose detrás de un árbol donde permaneció por todo un día y toda una noche. Ella falleció el 2007, pero dejó registrado en el libro publicado por el MUPI el siguiente testimonio:

Yo no sabía qué hacer. Estaban matando a mis hijos. Sabía que si regresaba allá me harían pedazos, pero no podía resistir escuchar los gritos de mis hijos. No podía soportarlo. Tenía miedo de llorar ruidosamente. Pensé que iba a gritar, que me iba a volver loca. No podía soportarlo y suplicaba a Dios que me ayudara. Le prometí que si él me ayudaba, yo le contaría al mundo lo que había ocurrido aquí. Después me amarré el cabello y la falda entre las piernas y me arrastré sobre el estómago detrás del árbol. Allí había animales. Unas vacas y un perro me vieron y yo tuve miedo de que hicieran algún ruido, pero Dios hizo que estuvieran silenciosos. Me arrastré entre ellos. Crucé la calle bajo un cerco de púas y crucé entre las plantas de maguey hacia el otro lado. Me arrastré lejos a través de las espinas. Cavé un pequeño hoyo con mis manos y coloqué mi cara dentro de él para poder llorar sin que nadie me oyera. Todavía podía oír los niños gritando y llorando. Me quedé allí con la cara en la tierra y lloré.

Durante las negociaciones para la paz en El Salvador, ya en el comienzo de los años 90, se estableció que se crearía, con intermediación de la ONU, una comisión internacional, llamada Comisión de la Verdad, para investigar y tornar públicos los acontecimientos que marcaron la historia del país y apuntar recomendaciones. El documento define la guerra civil salvadoreña como “locura” y “delirante”.

Así como en el Brasil de posdictadura, la lucha por memoria, verdad y justicia en El Salvador ha sido conducida por la sociedad civil organizada. La inédita e histórica victoria electoral de la FMLN en 2009, el ex grupo guerrillero transformado en partido institucional tras los Acuerdos de Paz del 92, que se repitió en 2014, esta vez con el ex comandante de la guerrilla, Sánchez Ceren, generó expectativas positivas en diversas organizaciones de derechos humanos y actores políticos del país, incluso en la comunidad internacional, para la plena realización de los derechos de las víctimas por la justicia y reparación en ese episodio de El Mozote y en otros diversos casos de violación de los derechos humanos durante la guerra civil en el país, que dejó un saldo de por lo menos 70 mil muertos.



Sin embargo, a pesar de las positivas iniciativas de memoria histórica, se hizo muy poco en acciones de Justicia de Transición. Permanece como el gran desafío de la democracia salvadoreña y de la plena reconciliación nacional – análogamente al desafío brasileño pos regímenes militares – la revisión de la Ley de Amnistía. Tal Ley es una norma vigente que establece la extinción de reaponsabilidad penal de todos los que se involucraron en la violación de los derechos humanos durante el conflicto salvadoreño. En la práctica, la posibilidad de que las víctimas exijan justicia con base en la información del informe de la Comisión de la Verdad está vedada por ese obstáculo.

Aún hoy, el Estado no ha llevado a cabo en el país ninguna investigación amplia, nadie ha sido condenado en El Salvador y, así, permanece la impunidad.

# O PROJETO DO GRANDE CANAL DA NICARÁGUA<sup>1</sup>

## *The great Nicaragua Canal project*

Andrés Mora Ramirez\*

A empresa chinesa HKND Group e o governo sandinista da Nicarágua divulgaram a trajetória definitiva do Grande Canal interoceânico: um traçado de 278 km de longitude, desde a desembocadura do Rio Ponta Gorda, na costa do Caribe, até a desembocadura do Rio Brito em Rivas, na do Oceano Pacífico. Trata-se de um dos mais ambiciosos projetos de engenharia da história moderna e, por essa mesma razão, desperta tanto dúvidas sobre seu impacto ambiental<sup>2</sup>, como expectativas pelos benefícios diretos e indiretos que geraria para a economia do país centro-americano.

Em se concretizando sua construção, essa obra resultaria no apogeu de um velho sonho esboçado desde o final do século XIX pelo governo liberal de José Santos Zelaya, e cujo falido desenlace nessa época (quando Washington havia elegido o Panamá como o lugar onde seria traçado *seu* canal) marcou, em muitos sentidos, o desenvolvimento político deste país centro-americano durante o século XX, pois tornou insustentável o choque entre as aspirações comerciais e soberanas nicaraguenses e os interesses geoestratégicos imperialistas, em definitivo – dos Estados Unidos na América Central. Evidentemente, também serviu de “justificativa” às elites norte-americanas para invocar a Doutrina

---

<sup>1</sup> Traduzido por Mariana Yante B. Pereira.

\* Pesquisador do Instituto de Estudios Latinoamericanos e do Centro de Investigación y Docencia em Educación da Universidad Nacional de Costa Rica.

<sup>2</sup> Sobre a temática dos impactos ambientais, consultar PIANZOLA, Natalia. *Las dudas ambientales sobre el proyecto chino del canal de Nicaragua*. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2014/05/140506\\_ciencia\\_canal\\_nicaragua\\_dudas\\_ecologicas\\_np.shtml](http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2014/05/140506_ciencia_canal_nicaragua_dudas_ecologicas_np.shtml)>. Acesso em: 20 mar. 2015.

Monroe e empreender suas reiteradas práticas de intervencionismo econômico, político e militar.

Mas, antes disso, a possibilidade de construir um canal na Nicarágua já havia sido contemplada pelas potências imperais europeias desde o século XVII. Em outras palavras, o projeto do canal tem como plano de fundo histórico as disputas interimperialistas que definiram, em boa parte, a inserção subordinada da América Central no cenário do sistema internacional, desde o século XIX, até nossos dias. O historiador costarricense Rodrigo Quesada, em seu estudo sobre a presença do império britânico em nossos países, afirma que “o imperialismo sempre viu na América Central a possibilidade mais real de construir um canal interoceânico, e isto, desde a segunda parte do século XVI, sempre foi a razão mais essencial para dar boas-vindas aos centro-americanos à comunidade internacional. As consequências desta recepção estão à vista para quem queira”.

Hoje, essa *comunidade internacional* volta a pôr seus olhos – e seus interesses, não há dúvidas – na América Central, mas já não são os mesmos atores do passado: empresas públicas e privadas da China, Rússia e Irã, e inclusive dos Estados Unidos, já têm manifestado suas intenções de financiar e participar da megaconstrução. Nossa região poderia converter-se, assim, no destino de uma impressionante mobilização de capitais, como nunca se haveria conhecido nessas latitudes: no lapso de treze anos, desde o início das obras de ampliação do Canal do Panamá em 2007, até a data prevista para a finalização do Grande Canal da Nicarágua, no ano de 2020, se haverão investido mais de 50 bilhões de dólares, levando em conta os custos iniciais orçados e os imprevistos.

Que implicações geopolíticas terá para a Nicarágua a operação dessa via, no nível de suas relações diplomáticas com os Estados Unidos – que consideram o governo sandinista como “hostil” a seus interesses – e com outros países e blocos regionais? À vista do que ocorreu no Panamá e de sua larga luta pela recuperação da soberania sobre a rota interoceânica, de que maneira o modelo de concessão da construção e exploração do Canal durante cinquenta anos, prorrogáveis por outro meio século, permitirá à Nicarágua fortalecer-se como Estado, recrudescer suas receitas fiscais e reinvesti-las no desenvolvimento social e material do País?

São questionamentos que permanecerão abertos, e somente na medida em que avancem as obras e os acontecimentos políticos, sociais e ambientais relacionados a estes, poderemos elucidar as perguntas formuladas. Por ora, a única evidência é de que as dinâmicas do mundo que muda e que se reconfigura de forma acelerada, e que avança até a consolidação da multipolaridade no sistema internacional, expressam-se com força na América Central.

No entanto, o fato de que o projeto do Grande Canal se conceba a partir de uma perspectiva política e estratégica diferente daquela que, no início do século XX, se impulsionou por todos os meios – legais e espúrios – no Canal de Panamá para afiançar o domínio do istmo por parte dos Estados Unidos, já é um sinal auspicioso. Tomará que o povo nicaraguense e suas lideranças políticas, qualquer que seja sua filiação ideológica, compreendam a importância do momento histórico e das novas condições que o contexto global oferece para o Grande Canal; que sejam vigilantes sobre sua execução em todos os âmbitos, no resguardo de seu patrimônio ambiental e, sobretudo, que nos permitam que a promessa de bem-estar que se anuncia não seja arrebatada por ninguém.

# EL PROYECTO DEL GRAN CANAL DE NICARAGUA

## *The great Nicaragua Canal project*

Andrés Mora Ramírez\*

La empresa china HKND Group y el gobierno sandinista de Nicaragua dieron a conocer la ruta definitiva del Gran Canal interoceánico: un trazado de 278 km de longitud, desde la desembocadura del río Punta Gorda, en la costa del Caribe, hasta la desembocadura del río Brito en Rivas, en la costa del Océano Pacífico. Se trata de uno de los más ambiciosos proyectos de ingeniería de la historia moderna, y por esa misma razón, despierta tantas dudas sobre su impacto ambiental<sup>1</sup> como expectativas por los beneficios directos e indirectos que generaría para la economía del país centroamericano.

De concretarse su construcción, esta obra culminaría un viejo sueño esbozado desde finales del siglo XIX por el gobierno liberal de José Santos Zelaya, y cuyo fallido desenlace en esa época (cuando ya Washington había elegido a Panamá como el sitio de trazado de *su* canal) marcó en mucho sentidos el desarrollo político de este país centroamericano durante el siglo XX, pues hizo insostenible el choque entre las aspiraciones comerciales y soberanas nicaragüenses, y los intereses geoestratégicos–imperialistas, en definitiva– de Estados Unidos en América Central. Por supuesto, también le sirvió de “justificación” a las élites norteamericanas para invocar la Doctrina Monroe y emprender sus reiteradas prácticas de intervencionismo económico, político y militar.

---

\* Pesquisador do Instituto de Estudos Latinoamericanos e do Centro de Investigação y Docencia en Educación da Universidad Nacional de Costa Rica.

<sup>1</sup> A cerca de la temática de los impactos ambientales, consultar PIANZOLA, Natalia. *Las dudas ambientales sobre el proyecto chino del canal de Nicaragua*. Disponible: <[http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2014/05/140506\\_ciencia\\_canal\\_nicaragua\\_dudas\\_ecologicas\\_np.shtml](http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2014/05/140506_ciencia_canal_nicaragua_dudas_ecologicas_np.shtml)>. Acceso en: 20 mar. 2015.

Pero antes de esto, la posibilidad de construir un canal en Nicaragua ya había sido contemplada por las potencias imperiales europeas desde el siglo XVII. Es decir, el proyecto del canal tiene como telón de fondo histórico las disputas inter-imperialistas que definieron, en buena medida, la inserción subordinada de América Central en el escenario del sistema internacional, desde el siglo XIX hasta nuestros días. El historiador costarricense Rodrigo Quesada, en su estudio sobre la presencia del imperio británico en nuestros países, afirma que “el imperialismo siempre vio en América Central la posibilidad más real de construir un canal interoceánico, y esto, desde la segunda parte del siglo XVI, siempre fue la razón más esencial para darle la bienvenida a los centroamericanos a la comunidad internacional. Las consecuencias de esta bienvenida están a la vista para el que quiera”.

Hoy, esa *comunidad internacional* vuelve a posar sus ojos –y sus intereses, qué duda cabe– en América Central, pero ya no son los mismos actores del pasado: empresas públicas y privadas de China, Rusia, Irán e incluso de los Estados Unidos, ya han manifestado sus intenciones de financiar y participar de la megaconstrucción. Nuestra región podría convertirse así en el destino de una impresionante movilización de capitales, como nunca se había conocido en estas latitudes: en el lapso de 13 años, desde el inicio de las obras de ampliación del Canal de Panamá en 2007, hasta la fecha prevista de finalización del Gran Canal de Nicaragua, en el año 2020, se habrán invertido más \$50 mil millones de dólares, tomando en cuenta los costos iniciales presupuestados y los imprevistos.

¿Qué implicaciones geopolíticas tendrá para Nicaragua la operación de esta vía, a nivel de sus relaciones diplomáticas con los Estados Unidos –que consideran al gobierno sandinista como “hostil” a sus intereses– y con otros países y bloques regionales? A la vista de lo sucedido en Panamá y su larga lucha por la recuperación de la soberanía sobre la ruta interoceánica, ¿de qué manera el modelo de concesión de la construcción y explotación del Canal durante 50 años, prorrogable a otro medio siglo, le permitirá a Nicaragua fortalecerse como Estado, engrosar sus ingresos fiscales y reinvertirlos en el desarrollo social y material del país?

Son cuestionamientos que permanecerán abiertos y solo en la medida que avancen las obras y los acontecimientos políticos, sociales y ambientales relacionados con estas, podremos ir dilucidando las inte-

rrogantes. Por ahora, lo único claro es que las dinámicas de un mundo que cambia y se reconfigura aceleradamente, y que avanza hacia la consolidación de la multipolaridad en el sistema internacional, se expresan con fuerza en América Central.

Con todo, el hecho que el proyecto del Gran Canal se conciba desde una perspectiva política y estratégica diferente a la que, a inicios del siglo XX, se impuso por todos los medios – legales y espurios – en el Canal de Panamá para afianzar el dominio del istmo por parte de los Estados Unidos, es ya un signo halagüeño. Ojalá el pueblo nicaragüense y sus dirigencias políticas, cualquiera sea filiación ideológica, comprendan la importancia del momento histórico y de las nuevas condiciones que el contexto global ofrece para el Gran Canal; que sean vigilantes de su ejecución en todos los ámbitos, del resguardo de su patrimonio ambiental y, por sobre todo, que no permitan que la promesa de bienestar que se augura les sea arrebatada por nadie.

# O CÍRCULO VICIOSO CENTRO-AMERICANO<sup>1</sup>

## *The Central American vicious circle*

Álvaro Cálix\*

Afirma-se que a América Central tem avançado nas últimas duas décadas e meia. É uma meia verdade que esconde mais do que revela. A superação dos conflitos armados, os processos de democratização formal e a melhora nos indicadores sociais são boas notícias, mas não se pode fazer vista grossa e ignorar os déficits que colocam a região numa trajetória inerte em direção à fragmentação e à desagregação.

De fato, junto aos progressos observados, coexistem atrasos estruturais que neutralizam aos avanços, com particular ênfase nos países do CA4 (Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua). Os atrasos impedem a coesão social nos países e na região. Os altos níveis de incidência de pobreza e desigualdade são os resultados mais dramáticos dos déficits que demonstra a maioria dos países da região. Por trás desses fenômenos, aparecem anomalias que estruturam o perfil centro-americano, com exceções contadas. Destacam-se os altos níveis de desnutrição infantil, a baixa cobertura educativa dos níveis pré-escolar e médio, o fenômeno de jovens que não estudam nem trabalham (*NINIS*), a incidência crônica da economia informal e a violência social.

A desigualdade no acesso às oportunidades educativas, aos recursos produtivos e aos circuitos de empreendimento econômico está

---

<sup>1</sup> Tradução de Lucas Scholl Matter.

\* Escritor e pesquisador social. Doutor em Ciências Sociais (Programa Latinoamericano de Trabajo Social – Universidad Nacional Autónoma de Honduras). Membro do Centro de Investigación y Promoción de los Derechos Humanos en Honduras. Desempenhou-se como professor em vários programas de mestrado na Universidad Nacional Autónoma de Honduras e, também, no Mestrado Centro-americano em Ciência Política da Universidad de Costa Rica.



na base dos atrasos estruturais da região. O notável desequilíbrio na estrutura de oportunidades não é casual, pois corresponde a uma matriz política excludente, que explica a heterogeneidade econômica da região e a debilidade do Estado para corrigir as distorções. Hoje, mais que nunca, a região sofre a convergência de velhos e novos problemas que afetam a capacidade dos países para superar seus estágios de desenvolvimento.

Entre as principais novas ameaças, destacam-se:

- A geopolítica da violência e do crime organizado.
- Os impactos crescentes das alterações climáticas.
- A generalização da corrupção e da impunidade dos Estados.
- O estancamento do progresso democrático iniciado nos anos oitenta do século XX.
- A crise global que tem afetado especialmente os países e os mercados com os quais a região tem baseado majoritariamente suas relações econômicas.
- O aumento da conflitualidade social pela agressiva estratégia de acumulação, à custa dos recursos naturais em territórios rurais habitados pela população mais pobre.

Tendo por base a convergência entre velhos e novos problemas para além dos avanços em modernização e desenvolvimento, fica claro que um traço inédito nas sociedades centro-americanas é o aumento da complexidade social. Esta se baseia no acentuado ritmo de urbanização, na maior conectividade comunicacional, em um maior – mesmo que ainda insuficiente – nível educativo, na amplitude dos fluxos migratórios intra e extra-regionais, na diversificação/regionalização das atividades econômicas, assim como na diversificação dos atores sociais que reivindicam a incorporação política de suas demandas e pontos de vista.

Em face de uma maior complexidade de dinâmicas, cosmovisões e interesses, os sistemas político e econômico não têm sido capazes de transformar-se, a fim de integrar os diferentes atores sociais e setores populacionais. Pelo contrário, a política vem se conformando em garantir uma espécie de elitismo competitivo para a alternância de governos mediados por processos eleitorais; ao mesmo tempo, a economia tem buscado ampliar os eixos de acumulação econômica, a partir de uma

lógica de concentração dos benefícios, contornando, ademais, os impactos ambientais.

Essa lógica excludente explica também por que o sistema econômico aprofunda as lacunas de riqueza, incentiva a economia informal e a funcionalização dos capitais ilícitos dentro do subsistema financeiro. E continua muito dependente da oferta relativamente abundante de matérias primas, salários baixos e privilégios para ter acesso aos contratos com o Estado. Em contraste, as empresas que têm participado com maior inovação e valor agregado, geralmente não criam tantos postos de trabalho como se pensa, e em geral, parecem estar desconectadas do mundo das pequenas e médias empresas – no qual se concentra a maior parte da População Economicamente Ativa (PEA) centro-americana. Nesse contexto, o regime de incentivos outorgado pelos Estados tende a favorecer o investimento estrangeiro sem as condicionalidades suficientes e medidas políticas para gerar cadeias de produção.

Ao invés de avançar em direção a sistemas democráticos legítimos e eficazes, transita-se para o descontentamento e para o aumento do protesto social, pela incapacidade de incorporar mecanismo transparentes e institucionalizados para representar os distintos interesses e dirimir os conflitos.

Além de não mediar as profundas assimetrias de poder, a debilidade do Estado é refletida, também, na incapacidade de exercer o monopólio legítimo do uso da força, o que acarreta provoca um aumento generalizado da violência como meio para a resolução dos conflitos, o fortalecimento de atores ilícitos que penetram tanto no território, como nas instituições estatais, e, para piorar, o aumento da discricionariedade e do abuso das forças repressivas do Estado.

Em resumo, a América Central, sobretudo os países do triângulo norte, combina uma série de perigos que não estão sendo enfrentados da melhor maneira. Pior ainda, as elites parecem persistir em seu autismo e no bloqueio aos setores mais excluídos. Por isso é fundamental estudar e atuar para romper esse círculo vicioso; senão, os piores cenários estarão esperando na próxima esquina.

# EL CÍRCULO VICIOSO CENTROAMERICANO

## *The Central American vicious circle*

Álvaro Cáliz\*

Se dice que Centroamérica ha avanzado en las últimas dos décadas y media. Es una verdad a medias que esconde más de lo que revela. La superación de los conflictos armados, los procesos de democratización formal y la mejora en indicadores sociales son buenas noticias, pero no se puede voltear la cara e ignorar los déficits que colocan a la región en una ruta inercial hacia la fragmentación y la descomposición.

En efecto, junto a los progresos observados, coexisten rezagos estructurales que neutralizan a los avances, con particular énfasis en los países del CA4 (Guatemala, El Salvador, Honduras y Nicaragua). Los rezagos impiden la cohesión social en los países y en la región. Los altos niveles de incidencia de pobreza y desigualdad son los resultados más dramáticos de los déficits que muestran la mayoría de países de la región. Detrás de esos dos fenómenos, aparecen anomalías que estructuran el perfil centroamericano, con contadas excepciones. Destacan los altos niveles de desnutrición infantil, la baja cobertura educativa en preescolar y secundaria, el fenómeno de los jóvenes que no estudian ni trabajan (*NINIS*), la incidencia crónica de la economía informal y la violencia social.

El desigual acceso a las oportunidades educativas, a los recursos productivos y a los circuitos de emprendimiento económico está a la

---

\* Escritor y pesquisador social. Doctor en Ciencias Sociais (Programa Latinoamericano de Trabajo Social – Universidad Nacional Autónoma de Honduras). Miembro del Centro de Investigación y Promoción de los Derechos Humanos en Honduras. Desempeñó como profesor en varios programas de maestrías en la Universidad Nacional Autónoma de Honduras y, también, en la Maestría Centroamericano en Ciencia Política da Universidad de Costa Rica.

base de los rezagos estructurales de la región. El notable desbalance en la estructura de oportunidades no es fortuito, responde a una matriz política excluyente que explica la heterogeneidad económica de la región y la debilidad del Estado para corregir las distorsiones. Hoy como nunca la región sufre la convergencia de viejos y nuevos problemas que afectan la capacidad de los países para superar sus estadios de desarrollo.

Entre las principales nuevas amenazas se destacan:

- La geopolítica de la violencia y el crimen organizado.
- Los impactos crecientes de las alteraciones climáticas.
- La generalización de la corrupción y la impunidad de los Estados.
- El estancamiento del progreso democrático iniciado en los años ochenta del siglo XX.
- La crisis global que ha afectado especialmente a los países y mercados con los que la región ha basado mayormente sus relaciones económicas.
- El aumento de la conflictividad social por la agresiva estrategia de acumulación a costa de los recursos naturales en territorios rurales donde habita la población más pobre.

Sobre la base de la convergencia de viejos y nuevos problemas junto a los avances en modernización y desarrollo, queda claro que un rasgo inédito en las sociedades centroamericanas es el aumento de la complejidad social. Ésta se palpa en el acentuado ritmo de urbanización, en la mayor conectividad comunicacional, en un mayor –aunque todavía insuficiente– nivel educativo, en la amplitud de los flujos migratorios intra y extra regionales, en la diversificación/regionalización de las actividades económicas, así como en la diversificación de actores sociales que reclaman la incorporación política de sus demandas y puntos de vista.

Ante la mayor complejidad de dinámicas, cosmovisiones e intereses, el sistema político y el económico no han sido capaces de transformarse para integrar a los diferentes actores y sectores poblacionales. Por el contrario, la política se ha venido conformando con garantizar una especie de elitismo competitivo para la alternancia de gobiernos mediados por procesos electorales; en tanto que la economía ha buscado ampliar los ejes de acumulación económica desde una lógica de

concentración de los beneficios, soslayando además los impactos ambientales.

Esta lógica excluyente explica también por qué el sistema económico profundiza las brechas de riqueza, incentiva la economía informal y la funcionalización de los capitales ilícitos dentro del subsistema financiero. Se sigue dependiendo en mucho de la dotación relativamente abundante de materias primas, salarios bajos y privilegios para acceder a los contratos con el Estado. Mientras que las empresas que han incurrido con mayor innovación y valor agregado, no suelen crear tantos puestos de trabajo como se piensa y, en general, suelen estar desconectadas del mundo de las pequeñas y medianas empresas – en donde se concentra la mayor parte de la PEA centroamericana. En ese tenor, el régimen de incentivos otorgado por los Estados se decanta a favorecer la inversión extranjera sin las suficientes condicionalidades y medidas de política para generar encadenamientos productivos.

En lugar de avanzar hacia sistemas democráticos legítimos y eficaces, se transita hacia el descontento y el aumento de la protesta social, por la incapacidad de incorporar mecanismos transparentes e institucionalizados para representar los distintos intereses y dirimir los conflictos.

Aparte de no mediar en las profundas asimetrías de poder, la debilidad del Estado se plasma también en la incapacidad para ejercer el monopolio legítimo del uso de la fuerza, lo que acarrea un aumento generalizado de la violencia como vía para resolver los conflictos, el fortalecimiento de actores ilícitos que penetran tanto el territorio como las instituciones estatales y, para ponerle la tapa al pomo, el aumento de la discrecionalidad y abuso de las fuerzas represivas del Estado.

En suma, Centroamérica, sobre todo los países del triángulo norte, conjuga una serie de peligros que no están siendo enfrentados de la mejor manera. Peor aún, las elites parecen persistir en su autismo y en el bloqueo a los sectores más excluidos. Por eso es fundamental estudiar y actuar para romper este círculo vicioso; si no, los peores escenarios están a la vuelta de la esquina.

## **TÍTULOS, LIBERDADE E CONSUMO: Protestantismo na Guatemala<sup>1</sup>**

### *TITLES, FREEDOM AND CONSUMPTION: the Protestantism in Guatemala*

Arno Argueta\*

Uma simples folha de papel presa à porta de uma igreja no século XVI, em um país tão diferente (ou quiçá tão parecido?) da Guatemala dos dias atuais. Este folheto fatídico – as 95 teses de Martinho Lutero – apresentado em 31 de outubro de 1517, chegaria a assustar e, eventualmente, a derrubar a homogeneização e a generalização da Igreja Católica, bem como a produzir o protestantismo. Cria-se, assim, um movimento religioso que atualmente se reproduz e se expande pelo mundo. Contudo, não o seria até 1888, quando se funda a primeira igreja presbiteriana na Guatemala.

Devido ao fato de que esta divisão religiosa criou a separação entre Estados e religiões na Europa em um momento em que a Igreja Católica, os entes econômicos e o Estado trabalhavam conjuntamente, mostra-se interessante ressaltar as relações entre o protestantismo, a economia e o Estado na Guatemala.

Observemos, então, que estas relações aparecem como atos aparentemente não relacionados, mas cuja correlação histórico-cultural é inegável e pode ajudar-nos a entender, resgatar e dar sentido ao estado de crise em que ambas as instituições, religiosa e estatal, encontram-se em um mundo onde a economia governa globalmente.

No Porto de San José, em 02 de novembro de 1882, chega à Guatemala John Clarke Hill, missionário, representante da Junta de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos. Che-

---

<sup>1</sup> Tradução de Wenerton Ferreira.

\* Doutorando em Espanhol e Português pela Universidade do Texas (Estados Unidos).

gando à Guatemala juntamente com, e por ordem do, então Presidente, Don Justo Rufino Barrios, é aqui onde começa a travessia da Igreja Evangélica-Protestante na Guatemala. Conta o Dr. Virgílio Zapata, em seu livro sobre a história da Igreja Protestante na Guatemala, uma pitoresca e esclarecedora história sobre os motivos pelos quais Justo Rufino Barrios, católico, esteve tão interessado em estabelecer o protestantismo na Guatemala. Segundo a anedota, *Doña* Frances Cleaves, amiga da família do presidente, ceava com eles, quando Barrios entra “protestando furiosamente contra a interferência sistemática que o clero mantinha em face de suas reformas preferidas. A Sra. Cleaves discutiu o assunto com bom discernimento, e logo, em um momento estratégico, perguntou algo assim: ‘Sr. Presidente, já considerou a conveniência de implantar uma igreja evangélica na Guatemala para contrariar a interferência clerical?’”<sup>2</sup> (Zapata, 1982, p. 29). Sugestão esta que o Presidente ouviria, e levaria ao estabelecimento da primeira igreja presbiteriana por Eduardo Haymaker na esquina da 5ª Rua e da 6ª Avenida da Zona 1 (Zapata, 1982, p. 41). Se pudéssemos dizer algo sobre o liberalismo do reformador, Justo Rufino Barrios, é que abriu o País de uma maneira que seu predecessor, Rafael Carrera, nunca havia feito. Dessa forma, o protestantismo atuou com desculpa, resultado e meio através do qual Barrios se consolidava e consolidava as medidas econômicas liberais que o caracterizaram.

Assim, a chegada do protestantismo à Guatemala conseguiu romper com a hegemonia clerical-católica, graças à participação ativa de Barrios. Logrou, também, expandir a educação, já que Hill funda o Colégio Americano (Instituição educacional onde se ensinam tanto os filhos do presidente, como as crianças com menos oportunidades, através de bolsas) com dinheiro da igreja presbiteriana nos Estados Unidos e com fundos fornecidos pelo Presidente Barrios.

Talvez a maior contribuição do protestantismo seja uma mudança de pensamento, de conservador a liberal. Enquanto o catecismo estabelece várias camadas de controle através de diferentes pessoas

<sup>2</sup> Tradução livre do original: Barrios “[...] protestando airadamente acerca de la interferencia sistemática que el clero mantenía en contra de sus reformas favoritas. La Sra. Cleaves discutió el asunto con buen juicio, y luego, en estratégico momento, preguntó algo así: ‘Sr. Presidente, ¿ha considerado usted la conveniencia de empezar una iglesia evangélica en Guatemala para contrarrestar la interferencia clerical?’”.

que servem de conexão entre Deus e o crente (padres, frades, bispos, arcebispos, santos, virgens, o papa), o protestantismo as rejeita. O pensamento protestante, como na sexta tese de Lutero (“O papa não pode remir culpa alguma, senão declarando e confirmando que foi remida por Deus, ou perdoadando-a com certeza nos casos que lhe foram reservados.”), se desfaz do intermediário. Outro exemplo deste distanciamento era o uso do latim na liturgia católica. O seria até o Vaticano II, em 1963, quando se incita o uso de idiomas do vernáculo local para a celebração litúrgica. Em contraste, os missionários evangélicos como Federico Crowe, de 1837-1846, focam na distribuição de bíblias e panfletos evangelistas a pessoas de todos os segmentos sociais.

Paralelamente, o liberalismo tenta desfazer-se dos intermediários governamentais e econômicos, e tornar isso acessível a mais pessoas, expandindo e incluindo, assim, no mercado, a maior quantidade de gente possível, seja como mão-de-obra ou como compradores. Essa ideia, que poderíamos chamar de um pensamento *laissez-faire*, era necessária para aceitar o programa de “progresso” e de reforma que Barrios estabeleceu na Guatemala, pois já que o protestantismo se baseia nessa mesma ideia, ambas as instituições se estabelecem e se reforçam em prol do projeto libertário.

Atualmente, com um protestantismo já assentado nas mentes dos Guatemaltecos, havendo elegido presidentes “evangélicos”, e tendo megagregas com milhares de membros, o protestantismo se espalhou tanto quanto o mercado. Mais além do liberalismo, a Guatemala vive em um momento neoliberal. Neste neoliberalismo, o Estado perdeu a capacidade única de administrar a violência, encontra-se agora em um mundo globalizado onde o Banco Mundial, o FMI, a ONU ou ONGs internacionais, às vezes, parecem ter mais soberania sobre o território do Estado-nação que o governo em si. O que Hart e Negri chamam de Império. As massas e os trabalhadores do liberalismo são agora os Consumidores e Cidadãos do neoliberalismo, como entende Canclini. Nesta mudança de paradigma, cabe perguntar-se: o que mudou no protestantismo?

É fácil apontar as igrejas que mudaram o mapa da cidade da Guatemala com seus megaprojetos, como o é também apontar aqueles pastores que ganharam reputação nacional e internacional. No entanto, não podemos analisar o lugar e os produtos destes sem ver sua relação



com a Igreja Católica, por exemplo. Não se pode negar a centralidade do movimento ecumênico na assinatura da Paz de 1996. Tampouco se pode negar a influência da Teologia da Libertação no movimento revolucionário. E ainda que cada igreja, corrente e denominação se relacionem de forma diferente com o catolicismo, o católico e o protestante se servem um do outro para enfatizar sua própria identidade, e ambos se valem da espiritualidade indígena como um outro através do qual se definem, de novo, como agentes do progresso, agora neoliberais.

Como, então, definimos o movimento protestante guatemalteco do presente? Primeiramente, através das relações entre cada um destes grupos. A teologia da prosperidade e o crescimento de igrejas sem-denominações, por exemplo, enfatizam a liberdade de escolher e de ser membro do mercado. Esta simbiose entre o mercado e o protestantismo (que vem desde o início do protestantismo na Guatemala, como antes demonstrado) aparece também representada na horda de títulos que pastores, desde os que lideram megaigrejas, até pastores de pequenos estudos bíblicos obtêm.

Não é raro que “Pastor-Apóstolo-Doutor” apareçam na mesma oração. Porém, estes títulos não têm outro valor além de empacotar um produto como se fosse de alta qualidade (se realmente é ou não, já é outro assunto). No entanto, com o recente caso em que um ex-candidato presidencial, deputado da nação, obteve um doutorado com uma tese (ao menos parcialmente) plagiada e publicou um livro também plagiado, aparece frente ao guatemalteco protestante uma oportunidade. Esta é a possibilidade de pôr em dúvida e questionar se essa simbiose mercado-política-religião, que em outros tempos ajudou a estabelecer o protestantismo na Guatemala, ainda ajuda a cumprir as metas do protestantismo: a grande comissão, os dez mandamentos, a regra de ouro. Mantém-se, então, a incógnita: que consequência teve aquela folha com 95 teses? E será que um Martinho Lutero contemporâneo escreveria 95 *memes* em um *Tumblr*?

## REFERÊNCIA

ARCEYUZ ZAPATA, Virgilio. *Historia de la Iglesia Evangélica en Guatemala*. Ciudad de Guatemala: Génesis Publicidad, 1982.

## **TÍTULOS, LIBERTAD Y CONSUMO: Protestantismo en Guatemala**

### *TITLES, FREEDOM AND CONSUMPTION: the Protestantism in Guatemala*

Arno Argueta\*

Una simple hoja de papel pegada a la puerta de una iglesia en el siglo XVI en un país tan diferente (o quizá tan parecido?) a la Guatemala de hoy en día. Esta hojita fatídica – las 95 tesis de Martín Lutero – presentada un 31 de octubre de 1517 llegaría a asustar y eventualmente a derrumbar la homogeneización y totalización de la Iglesia Católica y produce el protestantismo. Se crea así un movimiento religioso que hoy en día se reproduce y expande en por el mundo. Sin embargo, no sería hasta 1888, cuando la primera iglesia presbiteriana se funda en Guatemala.

Debido a que esta división religiosa creó la separación de estados y religiones en Europa cuando la Iglesia Católica, entes económicos y Estado trabajaban unánimes, se hace interesante resaltar las relaciones entre el protestantismo, la economía y el Estado en Guatemala.

Veamos, entonces, que estas relaciones aparecen como actos aparentemente no relacionados, pero cuya correlación histórico-cultural no se puede negar y puede ayudarnos a entender, rescatar y hacer sentido del estado de crisis en que ambas instituciones, religiosa y estatal, se encuentran en un mundo donde la economía rige globalmente.

Al puerto San José, un 2 de noviembre de 1882, llega a Guatemala John Clarke Hill, misionero, representante de la Junta de Misiones Extranjeras de la Iglesia Presbiteriana de E.E.U.U. Llegando a Guatemala junto con y por consigna del entonces presidente, Don Justo Rufino Barrios, es aquí donde comienza la travesía de la iglesia evangélica-protestante en Guatemala.

---

\* Doctorando en Español y Portugués en la Universidad de Texas (Estados Unidos).

Cuenta el Dr. Virgilio Zapata en su libro sobre la historia de la iglesia protestante en Guatemala, una pintoresca e iluminadora historia sobre porqué Justo Rufino Barrios, católico, estuvo tan interesado en establecer el protestantismo en Guatemala. Según la anécdota, Doña Frances Cleaves, amiga de la familia del presidente, cenaba con ellos cuando entra Barrios “protestando airadamente acerca de la interferencia sistemática que el clero mantenía en contra de sus reformas favoritas. La Sra. Cleaves discutió el asunto con buen juicio, y luego, en estratégico momento, preguntó algo así: ‘Sr. Presidente, ¿ha considerado usted la conveniencia de empezar una iglesia evangélica en Guatemala para contrarrestar la interferencia clerical?’” (Zapata, 1982, p. 29). Sugerencia que el presidente escucharía y llevaría al establecimiento de la primera iglesia presbiteriana por Eduardo Haymaker en la esquina de la 5ª Calle y 6ª Avenida de la Zona 1 (Zapata, 1982, p. 41).

Si algo pudiéramos decir sobre el liberalismo del reformador, Justo Rufino Barrios, es que abrió al país de una forma que su predecesor, Rafael Carrera, nunca lo hizo. De esta forma, el protestantismo actuó como, excusa, resultado y medio a través del cual Barrios se consolidaba y consolidaba las medidas económicas liberalistas que lo caracterizaron.

Así, la llegada del protestantismo a Guatemala consiguió romper con la hegemonía clerical-católica, gracias a la participación activa de Barrios. Logró también expandir la educación, ya que Hill funda el Colegio Americano (institución educacional donde se enseñan tanto a los hijos del presidente como a niños con menos oportunidades a través de becas) con dinero de la iglesia presbiteriana en E.E.U.U. y con fondos proveídos por el presidente Barrios.

Quizá la mayor contribución del protestantismo sea un cambio de pensamiento de conservador a liberal. Mientras que el catecismo establece varias capas de control a través de las diferentes personas que sirven de conexión entre Dios y el creyente (padres, frailes, obispos, arzobispos, santos, vírgenes, el papa), el protestantismo las rechaza. El pensamiento protestante, como en la sexta tesis de Lutero (“El papa no puede remitir culpa alguna, sino declarando y testimoniando que ha sido remitida por Dios, o remitiéndola con certeza en los casos que se ha reservado.”) se deshace del intermediario. Otro ejemplo de este distanciamiento era el uso del latín en la liturgia católica. No sería hasta

Vaticano II en 1963 cuando se incita al uso de idiomas vernaculares locales para la celebración litúrgica. Mientras que los misioneros evangélicos como Federico Crowe de 1837-1846 se enfocan en la distribución de biblias y panfletos evangelísticos a personas de todos los estratos sociales.

Paralelamente, el liberalismo intenta deshacerse de los intermediarios gubernamentales y económicos, y hacer esto accesible a más personas, expandiendo e incluyendo así en el mercado a la mayor cantidad de gente posible, ya sea como mano de obra o compradores. Esta idea que podríamos llamar un pensamiento *laissez-faire*, era necesaria para aceptar el programa de “progreso” y reforma que Barrios estableció en Guatemala, ya que el protestantismo se basa en esta misma idea, ambas instituciones se establecen y refuerzan en pro del proyecto libertario.

Hoy en día, con un protestantismo ya asentado en las mentes de los Guatemaltecos, habiendo elegido a presidentes “evangélicos,” y teniendo mega-iglesias con miles de miembros, el protestantismo se ha esparcido tanto como el mercado. Más allá del liberalismo, Guatemala vive en un momento neoliberal. En este neoliberalismo, el Estado ha perdido la capacidad única de administrar violencia, se encuentra ahora en un mundo globalizado donde el Banco Mundial, el FMI, la ONU u ONGs internacionales, a veces, parecen tener más soberanía sobre el territorio del Estado-nación que el gobierno en sí. Lo que Hart y Negri llaman de Imperio. Las masas y los trabajadores del liberalismo son ahora los Consumidores y Ciudadanos del neoliberalismo como lo entiende Canclini. En este cambio de paradigma, cabe preguntarse ¿Cómo ha cambiado el protestantismo?

Es fácil apuntar a las iglesias que han cambiado el mapa de la ciudad de Guatemala con sus mega-proyectos, como lo es también apuntar a aquellos pastores que han ganado reputación nacional e internacional. Sin embargo, no podemos analizar el lugar y producto de estos sin ver su relación con la Iglesia Católica, por ejemplo. No se puede negar la centralidad del movimiento ecuménico en la firma de la Paz de 1996. Tampoco se puede negar la influencia de la teología de la liberación en el movimiento revolucionario. Y aunque cada iglesia, corriente y denominación se relaciona de diferente manera con el catolicismo, el católico y el protestante se sirven del otro para enfatizar su propia identidad,

y ambos se valen de la espiritualidad indígena como un otro a través del cual definirse, de nuevo, como agentes de progreso ahora neoliberales.

¿Cómo entonces definimos el movimiento protestante Guatemalteco del presente? Primero, a través de las relaciones entre cada uno de estos grupos. La teología de la prosperidad y el crecimiento de iglesias no-denominacionales, por ejemplo, enfatizan la libertad de escoger y de ser miembros del mercado. Esta simbiosis entre el mercado y el protestantismo (que viene desde los inicios del protestantismo en Guatemala, como antes mostrado) aparece también representada en la horda de títulos que pastores desde los que lideran mega-iglesias hasta pastores de pequeños estudios bíblicos obtienen.

No es raro que “Pastor-Apóstol-Doctor” parezcan en la misma oración. Pero estos títulos no tienen otra valoración más que empaquetar un producto como que fuera de alta calidad (lo sea o no, es otro asunto). Sin embargo, con el reciente caso en que un ex-candidato presidencial diputado de la nación obtuvo un doctorado con una tesis (por lo menos parcialmente) plagiada y publicó un libro también en plagio, aparece frente al guatemalteco protestante una oportunidad. Esta es la posibilidad de poner en duda y cuestionar si esa simbiosis mercado-política-religión, que en otro tiempo ayudó a establecer el protestantismo en Guatemala, aún ayuda a cumplir las metas del protestantismo: la gran comisión, los diez mandamientos, la regla de oro. Se mantiene, entonces, la incógnita. ¿Qué consecuencia tuvo aquella hoja con 95 tesis? ¿Y será que un Martín Lutero contemporáneo escribiría 95 *memes* en un *Tumblr*?

## REFERENCIA

ARCEYUZ ZAPATA, V. *Historia de la Iglesia Evangélica en Guatemala*. Ciudad de Guatemala: Génesis Publicidad, 1982.

## A SEGURANÇA E A CONSTRUÇÃO DA VIOLÊNCIA NOS JOVENS EM EL SALVADOR

### *Security and the violence making in El Salvador's youth*

Amaral Palevi Gómez Arévalo\*

Os jovens se integram à violência sendo, em um primeiro momento, vítimas desta. Assim, “la violencia se aprende, en parte, padeciéndola; cuando en la casa, en la escuela, en la cancha, en el parque, en la calle, en el autobús, en la televisión, en la discoteca o en cualquier lugar público, se observan actos violentos a diario<sup>1</sup>” (PICARDO, 2008, p. 313). Para exemplificar as palavras de Picardo, os dados da *Encuesta Nacional de Jóvenes* demonstram que “19.1% declara haber atestado riñas de maras y pandillas, el 8.1% haber visto violaciones u otro tipo de delito sexual y un 3% asegura que en su colonia, barrio o comunidad existe venta de armas<sup>2</sup>” (Instituto Universitario de Opinión Pública, 2008, p. 23). Estes indicadores devem chamar-nos à atenção sobre o contexto permeado de violência que ronda a vida dos jovens, e que se converte em parte de suas vidas, na medida em que eles se tornam testemunhas diretas das diferentes formas de manifestação de crimes, violências e mortes.

---

\* Docente de Ensino Superior, Doutor em Estudos Internacionais em Paz, Conflitos e Desenvolvimento (Universitat Jaume I), Graduado em Ciências da Educação (Universidad de El Salvador). Gestor de projetos de desenvolvimento comunitário com jovens, homens e atenção à população LGBT. Promotor de cultura de paz, a partir de meios audiovisuais.

<sup>1</sup> Tradução livre: “a violência é aprendida, em parte, padecendo-se dela; quando, na casa, na escola, na quadra, no parte, na rua, no ônibus, na televisão, na discoteca ou em qualquer outro lugar público, observam-se atos violentos diariamente”.

<sup>2</sup> Tradução livre: “19,1% declaram haver testemunhado rinhadas de ‘maras’ e de gangues, 8,1% haver visto estupros ou outro tipo de violência sexual, e 3% asseguram que em sua colônia, bairro ou comunidade existe venda de armas”.

Ao penetrar um pouco mais no contexto de violência no qual os jovens se desenvolvem, verificamos que estes identificam a família como um ambiente importante, haja vista que 49.7% da integração dos jovens às maras dão-se quando, em seu âmbito, existem disfunções nos papéis familiares (Instituto Nacional de La Juventud, 2011, p. 94). Conquanto uma análise sobre tais disfunções da família em El Salvador não possa ser realizada nesta colaboração em razão da extensão do tema, é necessário fazer-se referência à mudança estrutural das famílias salvadorenhas nos últimos anos. Por uma parte, é importante mencionar o aumento das mães solteiras chefes de família, bem como as famílias transnacionais que se têm constituído nos últimos anos em detrimento da família nuclear.

Da ideia de família nuclear emerge o conceito de família *mono-parental*, a qual compreende um dos pais, na maioria dos casos a mãe, que assume a responsabilidade na tutela dos(as) filhos(as). Tal situação muitas vezes se deve ao modelo machista de “indiferencia frente a todo aquello que no se relaciona claramente con su imagen de ‘macho’<sup>3</sup>” (Martín-Baró, 2012, p. 166), promovendo nos homens o pouco desenvolvimento dos valores de cuidado em seu núcleo familiar, tendo como resultado, em muitas oportunidades, o exercício da violência, a indiferença às relações familiares, a procura de novos parceiros sexuais, o consumo de bebidas alcoólicas em excesso, entre algumas ações que conduzem à ruptura de núcleos familiares.

Devido à migração crescente, está-se caminhando para um modelo de família que, ao mesmo tempo, é transnacional e extenso, dado que inclui a um ou a ambos os pais que residem fora do país, dando o aporte econômico, e aos avós ou tios como figuras paternas físicas, proporcionando os estímulos afetivos e socializadores às crianças, aos adolescentes e aos jovens.

O que se tem chamado de “crise da família”, em essência, são as mudanças e as dificuldades que se apresentam no momento atual para cumprir com as funções socializadoras, afetivas, comunicacionais e econômicas das crianças, adolescentes e jovens, os quais, ao residir nos contextos marginais, recebem com maior evidência os estímulos negativos e violentos que os positivos.

---

<sup>3</sup> Tradução livre: “indiferença em face de tudo aquilo que não se relaciona à sua imagem de ‘macho’”.

A aproximação cotidiana da violência se realiza a partir de um processo de naturalização desta. Se na casa, principal referencial afetivo, apresentam-se atos de violência – como maus-tratos, agressão sexual ou violência física de forma direta entre os seus membros –, somados ao resultado da violência estrutural da falta de emprego digno, que não permite aos pais dar todo o necessário para a manutenção do lar, ou que, devido à migração, os vínculos afetivos que se devem construir no interior da família não cheguem a se concretizar... o resultado é uma população jovem com alto risco de integrar os grupos delinquentiais como forma de escapar da violência que é exercida nas suas famílias, para exercer violência sobre outros. Criam-se, nesse sentido, as violências juvenis como relações sociais (in)comunicacionais:

Los jóvenes no nacen violentos. Van aprendiendo a ejercer violencias. En los contextos en que nacen y, van siendo sometidos a condiciones de vida que permiten que sus pulsiones se expresen más hacia la violencia que hacia la construcción colectiva de estilos de relaciones humanizadas y solidarias. Las violencias no son individuales o solitarias, sino una expresión colectiva, de un conjunto de sujetos que vinculan intereses, expectativas, deseos<sup>4</sup> (Organização das Nações Unidas, 2011, p. 26-27).

Existe uma necessidade de proteção (Instituto Nacional de la Juventud, 2011, p. 128) nos jovens que não é satisfeita pelos grupos familiares. Depois, na escola como segundo referencial de socialização, tem-se que “las condiciones del contexto escolar favorecen el desarrollo de conductas de violencia<sup>5</sup>” (Instituto Nacional de la Juventud, 2011, p. 92), desde a filosofia educativa da exclusão até práticas discriminatórias no interior desta (Gómez Arévalo, 2013). Estes fatos, ao conjugarem-se com a violência homicida do âmbito comunitário e local, são a porta de entrada para muitos jovens cometerem atos violentos que marcarão o resto de suas vidas.

<sup>4</sup> Tradução livre: “Os jovens não nascem violentos. Vão aprendendo a exercer violências. Nos contextos em que nascem, vão sendo submetidos a condições de vida que permitem que suas pulsões se expressem mais em direção à violência que no sentido da construção coletiva de estilos de relações humanizadas e solidárias. As violências não são individuais ou solitárias, mas uma expressão coletiva de um conjunto de sujeitos que se ligam a interesses, expectativas, desejos”.

<sup>5</sup> Tradução livre: “as condições do contexto escolar favorecem o desenvolvimento de condutas de violência”.



Em um terceiro momento, os espaços de contingência da violência entre jovens estão relacionados ao contexto social positivo, no qual os jovens “no confían ni valoran el apoyo social que pueda proporcionarles la red social (vecinos, líderes religiosos, amigos, etc.)”<sup>6</sup> (Instituto Nacional de la Juventud, 2011, p. 91).

Concluindo, ao não encontrar um espaço para satisfazer a necessidade de segurança na família, na escola e nos espaços comunitários positivos, os grupos juvenis organizados em torno da violência, “as maras”, convertem-se em espaços sociais que oferecem segurança aos jovens excluídos.

## REFERÊNCIAS

INSTITUTO NACIONAL DE LA JUVENTUD. *Política nacional de juventud: 2011-2024*. San Salvador: INJUVE, 2011.

INSTITUTO UNIVERSITARIO DE OPINIÓN PÚBLICA (Iudop). *Encuesta Nacional de Juventud: Proyecto Sembrando Futuro. Niñez y juventud sin violencia, desde la participación ciudadana y los derechos humanos*, San Salvador: UCA, 2008.

GÓMEZ ARÉVALO, A. P. *Educación para la Paz en América Latina: genealogía y propuesta para el sistema educativo de El Salvador*, Castellón: Universitat Jaume I, 2013.

MARTÍN-BARÓ, I. *Acción e ideología: Psicología social desde Centroamérica*. San Salvador: UCA Editores, 2012.

PICARDO, Ó. La niñez y juventud en Centroamérica: el impacto de las migraciones y la violencia. In: RIVAS VILLATORO, F. A. (Org.). *El Estado de la Educación en América Central: 2000-2008*. San Salvador: Imprenta Criterio, 2008. p. 285-327.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Guía para la prevención con jóvenes: hacia políticas de cohesión social y seguridad ciudadana*. Santiago de Chile: ONU, 2011.

---

<sup>6</sup> Tradução livre: “não confiam, nem dão valor ao apoio social que possam proporcionar-lhes as redes sociais (vizinhos, líderes religiosos, amigos etc.)”.

# LA SEGURIDAD Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA VIOLENCIA ENTRE LOS JÓVENES EN EL SALVADOR<sup>1</sup>

*Security and the violence making in El Salvador's youth*

Amaral Palevi Gómez Arévalo\*

Los jóvenes se integran a la violencia, en un primer momento, como víctimas de ésta. Así, “la violencia se aprende, en parte, padeciéndola; cuando en la casa, en la escuela, en la cancha, en el parque, en la calle, en el autobús, en la televisión, en la discoteca o en cualquier lugar público, se observan actos violentos a diario” (Picardo, 2008, p. 313). Para ejemplificar las palabras de Picardo, los datos de la *Encuesta Nacional de Jóvenes* demuestran que el “19.1% declara haber atestiguado riñas de maras y pandillas, el 8.1% haber visto violaciones u otro tipo de delito sexual y un 3% asegura que en su colonia, barrio o comunidad existe venta de armas” (Instituto Universitario de Opinión Pública, 2008, p. 23). Estos indicadores deben llamarnos la atención en relación al contexto permeado de violencia que circunda la vida de los jóvenes y que se convierte en parte de sus vidas, en la medida en que se tornan testigos directos de las diferentes formas de manifestación de crímenes, violencias y muertes.

Al penetrar un poco más en el contexto de violencia en el cual los jóvenes se desarrollan, verificamos que reconocen a la familia como un ambiente importante, una vez que el 49.7% de la integración de los jóvenes a las maras ocurre cuando, en este ámbito, existen disfunciones en los papeles familiares (Instituto Nacional de la Juventud, 2011,

---

<sup>1</sup> Traducción de Flávia Farias de Oliveira.

\* Docente de Educación Superior, Doctor em Estudos Internacionais em Paz, Conflitos e Desenvolvimento (Universitat Jaume I), Graduado em Ciências da Educação (Universidad de El Salvador). Gestor de proyectos de desarrollo comunitario con jóvenes, hombres e atención à población LGBT. Promotor de cultura de paz, a partir de medios audiovisuales.

p. 94). Un análisis sobre tales disfunciones de la familia en El Salvador no puede realizarse solamente en esta colaboración mensual, a causa de la amplitud del tema, pero sí se hace necesario hacer referencia a los cambios estructurales de las familias salvadoreñas en los últimos años. Por otra parte, es importante mencionar el aumento en el número de madres solteras que son jefes de familia y, también, de familias transnacionales que se han constituido en los últimos años en detrimento de la familia nuclear.

De la idea de familia nuclear, emerge el concepto de familia *monoparental*, la cual está compuesta por apenas uno de los padres, en la mayoría de los casos la madre, quien asume la responsabilidad en la tutela de los(las) hijos(as). Tal situación muchas veces se debe al modelo machista de “indiferencia frente a todo aquello que no se relaciona claramente con su imagen de ‘macho’” (Martín-Baró, 2012, p. 166), promoviendo en los hombres el poco desarrollo de los valores de cuidado en su núcleo familiar. Como resultado, existe, en muchos casos, el ejercicio de la violencia y de la indiferencia hacia las relaciones familiares. Esto se puede identificar a través de la busca de nuevos contactos sexuales, del exceso en el consumo de bebidas alcohólicas, además de algunas otras acciones que conducen a la ruptura de los núcleos familiares.

Debido a la creciente migración, se está construyendo un camino hacia un modelo de familia que es, al mismo tiempo, transnacional y extenso, pues incluye a uno o a ambos padres que viven fuera del país, dando el aporte económico, y también a los abuelos o tíos que asumen el lugar de figuras paternas físicas, proporcionando los estímulos afectivos y socializadores a los niños, los adolescentes y los jóvenes.

Lo que se ha llamado “crisis de la familia”, en esencia, son los cambios y las dificultades que se presentan en el momento actual para cumplir con las funciones socializadoras, afectivas, comunicacionales y económicas de los niños, adolescentes y jóvenes, los cuales, al vivir en los contextos marginales, reciben con mayor evidencia estímulos negativos y violentos en detrimento de los positivos.

La aproximación cotidiana a la violencia se realiza a partir de un proceso de naturalización de ésta. En la casa, principal referente afectivo, se presentan actos de violencia – maltratos, agresión sexual o violencia física de forma directa entre sus miembros -, sumados al resultado de la

violencia estructural de la falta de empleo digno, que no permite a los padres dar todo lo necesario para la manutención del hogar. A causa de la migración, los vínculos afectivos que se deben construir en el interior de la familia no llegan a concretarse. El resultado es una población joven con alto riesgo de integrarse a los grupos delincuentes como forma de escapar de la violencia existente en sus familias, para ejercer actos de violencia sobre los otros. Se crean, en este sentido, las violencias juveniles como relaciones sociales (in)comunicacionales:

Los jóvenes no nacen violentos. Van aprendiendo a ejercer violencias. En los contextos en que nacen y, van siendo sometidos a condiciones de vida que permiten que sus pulsiones se expresen más hacia la violencia que hacia la construcción colectiva de estilos de relaciones humanizadas y solidarias. Las violencias no son individuales o solitarias, sino una expresión colectiva, de un conjunto de sujetos que vinculan intereses, expectativas, deseos (Organización de las Naciones Unidas, 2011, p. 26-27).

Existe, en los jóvenes, una necesidad de protección (Instituto Nacional de la Juventud, 2011, p. 128) que los grupos familiares no han satisfecho. Y, en la escuela como segundo referente de socialización, nos encontramos con el hecho de que “las condiciones del contexto escolar favorecen el desarrollo de conductas de violencia” (Instituto Nacional de la Juventud, 2011, p. 92), desde la filosofía educativa de la exclusión hasta las prácticas discriminatorias en su interior (Gómez Arévalo, 2013). Estos hechos, unidos a la violencia homicida del ámbito comunitario y local, son la puerta de entrada para que muchos jóvenes lleven a cabo actos violentos que marcarán el resto de sus vidas.

En un tercer momento, los espacios de contingencia de la violencia entre los jóvenes están relacionados al contexto social positivo, en el cual los jóvenes “no confían ni valoran el apoyo social que pueda proporcionarles la red social (vecinos, líderes, religiosos, amigos, etc.)” (Instituto Nacional de la Juventud, 2011, p. 91).

Para concluir, al no encontrar, en la familia, en la escuela y en los espacios comunitarios positivos, un espacio para satisfacer la necesidad de seguridad, los grupos juveniles, organizados en torno a la violencia - “las maras” -, se convierten en espacios sociales que ofrecen seguridad a los jóvenes excluidos.

## REFERENCIAS

INSTITUTO NACIONAL DE LA JUVENTUD. Política nacional de juventud: 2011-2024. San Salvador: INJUVE, 2011.

INSTITUTO UNIVERSITARIO DE OPINIÓN PÚBLICA (Iudop). Encuesta Nacional de Juventud: Proyecto Sembrando Futuro. Niñez y juventud sin violencia, desde la participación ciudadana y los derechos humanos, San Salvador: UCA, 2008.

GÓMEZ ARÉVALO, A. P. Educación para la Paz en América Latina: genealogía y propuesta para el sistema educativo de El Salvador, Castellón: Universitat Jaume I, 2013.

MARTÍN-BARÓ, I. Acción e ideología: Psicología social desde Centroamérica. San Salvador: UCA Editores, 2012.

PICARDO, Ó. La niñez y juventud en Centroamérica: el impacto de las migraciones y la violencia. In: RIVAS VILLATORO, F. A. (Org.). El Estado de la Educación en América Central: 2000-2008. San Salvador: Imprenta Criterio, 2008. p. 285-327.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. Guía para la prevención con jóvenes: hacia políticas de cohesión social y seguridad ciudadana. Santiago de Chile: ONU, 2011.

# NÃO SABER PERDER<sup>1</sup>

## *The bad loser*

Carmen Elena Villacorta Zuluaga\*

Astuta, soberba e violenta: assim é a direita de El Salvador. Também quando, nas eleições presidenciais de 1984, o ARENA perdeu para o Partido Democrata Cristão (PDC), o candidato Roberto D'Aubuisson rejeitou os resultados e acusou o Conselho Central de Eleições (CCE) de haver atuado de forma fraudulenta. O primeiro e o segundo turno das eleições de aproximadamente três décadas atrás deram por vencedor o pedecista Napoleón Duarte. Na ocasião, também os adversários eleitorais da direita foram objeto da mais suja das campanhas e também então o povo salvadorenho os elegeu majoritariamente. O ARENA, então, recém-fundado, pôs a boca no mundo, tentando deslegitimar a precária institucionalidade do País. A circularidade da História produz paralelismo e hoje aqui estamos: frente ao mesmo partido de direita fazendo o mesmo protesto. Os arenistas não sabem perder.

Ressalte-se que a entrega do poder a Mauricio Funes, em 2009, de maneira pacífica e respeitosa foi uma exceção, e não a regra. Tal como aconteceu há pouco mais de anos, entregaram-no porque as circunstâncias os obrigaram a respeitar as regras do jogo democrático. Entregaram-no porque era a coisa mais inteligente que podiam fazer

---

<sup>1</sup> Alguns elementos textuais foram alterados, apenas para atualizar o texto quanto ao resultado final das eleições em El Salvador. (N. da O.). Tradução de Joelma Gusmão.

\* Escritora e acadêmica. Candidata a Doutorado em Estudos Latinoamericanos pela Universidad Nacional Autónoma do México (UNAM). Mestre em Estudos Latinoamericanos pela UNAM. Licenciada em Filosofia pela Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (UCA), de El Salvador, América Central. Investiga sobre transição à democracia em El Salvador y América Central.

e porque não lhes restou outro remédio. Entregaram-no confiantes em sua capacidade de recuperá-lo cinco anos mais tarde. Ou seja, agora. Durante a guerra, chegaram à cadeira presidencial em 1989, cinco anos depois da derrota que se negaram a reconhecer com dignidade. Na presente década, apostavam no mesmo: recuperar a condução do Estado o quanto antes. Daí seu rancor contra Antonio Saca, sobre quem recaiu a responsabilidade da derrota de 2009, e também sobre os deputados que se separaram do ARENA para fundar uma “nova direita” reunida no partido *Gran Alianza por la Unidad Nacional* (GANA).

Nós que pensávamos que essa divisão da direita seria definitiva, como se deduzia das beligerantes acusações mútuas que inundaram os meios de comunicação ao longo da gestão de Funes, nos equivocamos. Não existe nova direita. As diferenças deixaram de ser irreconciliáveis diante da possibilidade de dois líderes históricos da revolução chegarem à presidência e à vice-presidência do País. Sem fazê-lo publicamente, as divisões de uma só força de direita se reuniram para demonstrar que não estão derrotadas, que seguem orbitando com enorme peso e influência sobre El Salvador, e que não cederão facilmente um terreno que consideram seu por natureza: o controle do aparelho do Estado.

Diversos historiadores e estudiosos do processo salvadorenho confluem ao assinalar a inflexibilidade, a miopia e a intransigência das elites econômicas, das quais as forças de direita em questão são herdeiras. Até cinco anos atrás (considerando o período eleitoral de 2014), El Salvador esteve governado por essas forças, à exceção da tentativa centrista da democracia cristã durante os anos oitenta e de efêmeros esforços democratizantes anteriores, agressivamente interrompidos pela Força Armada. Considerando que o pequeno país se converteu em República em 1859, devemos observar que El Salvador estava há um século e meio nas mãos dessa direita que hoje se nega a aceitar sua derrota.

No século XIX, essas elites destruíram as propriedades comuns em que se tecia a vida comunitária das populações indígenas e, com voracidade de luxo, se apoderaram das terras cultiváveis para usufruto privado de anil, café, algodão e cana de açúcar. Assim, literalmente sobre as costas da maioria dos populares forçadas a um trabalho quase escravo, acumularam suas obscenas fortunas. Quando o problema da terra se tornou insustentável, instigado pela crise econômica mundial de 1930, e os indígenas despossuídos se levantaram em justo e dig-

no protesto, foram brutalmente reprimidos pela bota militar que a oligarquia agrária legitimou e manteve no poder desde então até 1979. Ainda hoje há na direita quem aplauda o ditador Maximiliano Hernández Martínez e reivindique o anticomunismo fanático que desde então é a espinha dorsal da cosmovisão das mentes conservadoras do País. Os mesmos que justificaram o massacre de mais de dez mil indígenas em 1932 também justificaram a perseguição e a matança indiscriminada de sacerdotes, monjas, líderes camponeses, sindicalistas e estudantes, intelectuais, mulheres, idosos e crianças, durante as décadas de 1970 e 1980. “Se meteram na política”, afirmam. Com isso querem dizer que organizar-se, pronunciar-se e opor-se a que El Salvador continuasse sumido na opressão e na ignomínia eram razões suficientes para ser torturado, preso, exilado, metralhado por helicópteros ou expulso de seu próprio lugar.

Para a direita salvadorenha, o povo carece de direitos. “Mas se a pobreza sempre existiu”, argumentam. O pobre tem que continuar sendo pobre para sempre e resignar-se docemente a isso. Não tem direito a vestir-se melhor, nem a comer melhor, nem a educar-se mais, nem a organizar-se politicamente e a exigir, muito menos a governar. O lugar natural do pobre é o do servente. Enquanto que o do rico é o do governante. Como puderam os setores politizados da “ralé” ter a ousadia de fundar guerrilhas, de conseguir unificá-las, de estruturar uma revolução, de sair dela convertidos em um partido político e de ganhar as eleições? Vencê-los! Os herdeiros legítimos dos donos do país, os intocáveis, os que durante cento e cinquenta anos puderam massacrar impunemente, explorar impiedosamente, legislar sempre a favor de si mesmos e roubar tranquilamente do erário público sem que jamais, até hoje, qualquer um deles tenha sido judicialmente processado por isso.

Parece e é uma piada de mau gosto que hoje em dia essa direita encha a boca com palavras como “democracia” e “povo”. Caso alguém queira um exemplo de antidemocracia, se alguém tem dúvida do que é ser antipopular, que pergunte um pouco acerca da história do ARENA. A quem reconhecem como seu grande líder, seu fundador, para cujo busto em uma avenida das zonas exclusivas da capital olham orgulhosos, foi D’Aubuisson: o cérebro dos esquadrões da morte e mentor intelectual do assassinato do Monsenhor Romero, entre outros crimes de lesa humanidade. Longe de desejar a democracia para El Salvador,



D'Aubuisson e seus seguidores trabalharam pela eliminação física da totalidade das forças progressistas. Calculavam em trezentas mil a quantidade de mortos necessários para que se reinasse novamente “a paz”. Uma paz de cemitério, como Hernández Martínez instaurou em 1932. Até que os Estados Unidos (que também, diga-se de passagem, não pouparam o derramamento do sangue salvadorenho) os forçou a inventar o ARENA.

O fim da Guerra Fria possibilitou que Alfredo Cristiani, “o presidente da paz”, o “menino bonito” da burguesia nacional, inaugurasse a série de governos neoliberais que lhe abririam as portas para as mais impiedosas medidas de ajuste estrutural. Assim, Cristiani e seus amigos puderam privatizar os bancos, o sistema de pensões e telecomunicações para comprá-los, com o objetivo de aumentar ainda mais as fortunas de suas famílias e garantir que a migração de seus capitais ao setor financeiro se sucedesse como flocos de algodão. A desagrarização, a dolarização e a terciarização da economia foram todas as medidas dos governos arenistas, opostas aos interesses dos setores populares (que se viram empobrecidos e desprotegidos) e favoráveis às elites que souberam aproveitar a crista da onda neoliberal. Norman Quijano, o último candidato presidencial do ARENA, não representa os interesses do povo, nem os representará. Não está em sua natureza.

Porque, se é assim, os arenistas continuam conquistando voto da metade do eleitorado salvadorenho? É uma das perguntas que lançou o imprevisível resultado do segundo turno dessas eleições presidenciais de 2014<sup>2</sup>. Isso não diminui os méritos do triunfo da Frente. Um triunfo que ascende sozinho, sem alianças com setores externos do partido e sob a liderança de dois antigos comandantes guerrilheiros. Tampouco a democracia representativa pertencia ao ideário histórico do FMLN, isso tem que ser dito.

No entanto, a Frente foi a força política que aprendeu mais rápido a jogar com as regras desse jogo e a respeitá-las. Aceitou suas derrotas ao longo das duas décadas de pós-guerra na qual nos jogaram à escuridão neoliberal e agora celebra seu triunfo, sem deixar de reco-

---

<sup>2</sup> O candidato da *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional* (FMLN), Salvador Sánchez Cerén, confirmou sua vantagem inicial e ganhou o segundo turno das eleições presidenciais, de acordo com o *Tribunal Supremo Electoral* (TSE), com 50,22% dos votos. ((N. da O.).

nhecer os grandes desafios que tem pela frente. Um deles é continuar demonstrando, por meios pacíficos, como tem feito até agora, que é um instrumento do povo. Porque o que já demonstrou com armas em punho quando foi necessário, e sem elas desde que se tornou um partido político, é que tem aumentado sua correnteza eleitoral. A violência revolucionária foi resultado da violência histórica das elites contra o povo salvadorenho. O FMLN soube passar essa página para entrar no sistema de partidos e adotar as eleições como meio de acesso ao poder. Seu triunfo do 09 de março de 2014 é também a derrota de um século e meio de soberba e de naturalização da injustiça. El Salvador não é uma fazenda privada da oligarquia, nem o Estado pertence à direita. ARENA: respeite o mandato soberano do povo.

# NO SABER PERDER<sup>1</sup>

## *The bad loser*

Carmen Elena Villacorta Zuluaga\*

Artera, soberbia y violenta: así es la derecha de El Salvador. También cuando, en las elecciones presidenciales de 1984, ARENA perdió ante el Partido Demócrata Cristiano (PDC), el candidato Roberto D'Aubuisson rechazó los resultados y acusó al Consejo Central de Elecciones (CCE) de haber actuado fraudulentamente. La primera y la segunda vuelta de los comicios de aproximadamente tres décadas dieron por ganador al pedecista Napoleón Duarte. También entonces los adversarios electorales de la derecha fueron objeto de la más sucia de las campañas y también entonces el pueblo salvadoreño los eligió mayoritariamente. ARENA, entonces recién fundado, puso el grito en el cielo, intentando deslegitimar la precaria institucionalidad del país. La circularidad de la historia produce paralelismos y hoy aquí estamos: frente al mismo partido de derecha haciendo el mismo berrinche. Los areneros no saben perder.

Que en 2009 entregaran el poder a Mauricio Funes de la manera pacífica y respetuosa en que lo hicieron fue la excepción, no la regla. Tal y como sucedió hace poco más de treinta años, lo entregaron porque las circunstancias los han obligado a respetar las reglas del juego demo-

---

<sup>1</sup> Algunos elementos textuales fueron alterados solamente para actualizar las informaciones en cuanto a los resultados de la segunda vuelta de las elecciones en El Salvador. (N. de la O.)

\* Escritora y académica. Candidata a Doctorado en Estudios Latinoamericanos en la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Maestría en Estudios Latinoamericanos pela UNAM. Licenciada en Filosofía pela Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (UCA), de El Salvador, América Central. Investiga sobre transición à democracia en El Salvador y América Central.

crático. Lo entregaron porque era lo más inteligente que podían hacer y porque no les quedó más remedio. Lo entregaron confiando en su capacidad para recuperarlo cinco años más tarde. Es decir, ahora. Durante la guerra arribaron a la silla presidencial en 1989, un lustro después de la derrota que se negaron a reconocer con altura.

En la presente década apostaban a lo mismo: a recuperar la conducción del Estado cuánto antes. De ahí su encono contra Antonio Saca, sobre quien recayó la responsabilidad de la derrota de 2009, y también sobre los diputados que se escindieron de ARENA para fundar una “nueva derecha” agrupada en el partido Gran Alianza por la unidad Nacional (GAN).

Quienes pensábamos que ésta división de la derecha era definitiva, como se deducía de las beligerantes acusaciones mutuas con las que inundaron los medios de comunicación a lo largo de la gestión de Funes, nos equivocamos. No hay nueva derecha. Las diferencias dejaron de ser irreconciliables ante la posibilidad de que dos líderes históricos de la revolución arribaran a la presidencia y la vicepresidencia del país. Sin hacerlo público, las facciones de una sola fuerza de derecha se reunificaron para demostrar que no están derrotadas, que siguen orbitando con enorme peso e influjo sobre El Salvador y que no cederán fácilmente un terreno que consideran suyo por naturaleza: el control del aparato del Estado.

Diversos historiadores y estudiosos del proceso salvadoreño coinciden en señalar la inflexibilidad, miopía y cerrazón de las élites económicas, de las cuales las fuerzas de derecha en cuestión son herederas. Hasta hace cinco años (de las elecciones del 2014), El Salvador estuvo gobernado por esas fuerzas, a excepción del intento centrista de la democracia cristiana durante los ochenta y de efímeros esfuerzos democratizadores previos, agresivamente interrumpidos por la Fuerza Armada. Si consideramos que el pequeño país se convirtió en República en 1859, debemos contemplar que El Salvador llevaba un siglo y medio en manos de esa derecha que hoy se niega a aceptar su derrota.

En el siglo XIX, esas élites destruyeron los ejidos en los que se tejía la vida comunitaria de las poblaciones indígenas y, con lujo de voracidad, se apoderaron de las tierras cultivables para el usufructo privado del añil, el café, el algodón y la caña de azúcar. Así, literalmente sobre las espaldas de las mayorías populares a las que forzaron

a un trabajo casi esclavo, amasaron sus obscenas fortunas. Cuando el problema de la tierra se volvió insostenible, azuzado por la crisis económica mundial de 1930, y los indígenas desposeídos se levantaron en justa y digna protesta, fueron brutalmente reprimidos por la bota militar que la oligarquía agraria legitimó y sostuvo en el poder desde entonces hasta 1979. Aún hoy hay quienes en la derecha aplauden al dictador Maximiliano Hernández Martínez y reivindican el anticomunismo fanático que desde entonces vertebró la cosmovisión de las mentes conservadoras del país. Los mismos que justificaron la masacre de más de 10 mil indígenas en 1932, justificaron la persecución y la matanza indiscriminada de sacerdotes, monjas, líderes campesinos, sindicales y estudiantiles, intelectuales, mujeres, ancianos y niños, durante las décadas de 1970 y 1980. “Se metieron en política”, afirman. Lo cual quiere decir que organizarse, pronunciarse y oponerse a que El Salvador continuara sumido en la opresión y en la ignominia era razón suficiente para ser torturado, preso, exiliado, ametrallado desde helicópteros o ultimado en el propio hogar.

Para la derecha salvadoreña el pueblo carece de derechos. “Pero si la pobreza siempre ha existido”, argumentan. El pobre tiene que seguir siendo pobre para siempre y resignarse dócilmente a ello. No tiene derecho a vestirse mejor, ni a comer mejor, ni a educarse más, mucho menos a organizarse políticamente y a exigir, ya no digamos a gobernar. El lugar natural del pobre es el del sirviente. Mientras que el del rico es el del gobernante. ¿Cómo se les ocurrió a los sectores politizados de la “chusma” tener la osadía de fundar guerrillas, de lograr unificarlas, de enarbolar una revolución, de salir de ella convertidos en un partido político y de ganar las elecciones? ¡Ganarles a ellos! Los herederos legítimos de los dueños del país, los intocables, los que durante ciento cincuenta años pudieron masacrar impunemente, explotar inmisericordemente, legislar siempre a favor de sí mismos y robar tranquilamente del erario público sin que jamás ninguno, hasta hoy, fuera judicialmente perseguido por ello.

Parece y es una broma de mal gusto que hoy en día esa derecha se llene la boca con palabras como democracia y pueblo. Si alguien quiere un ejemplo de antidemocracia, si a alguien le cabe duda de lo que es ser antipopular, que indague un poco en la historia de ARENA. Al que reconocen como su gran líder, su fundador, del cual lucen orgu-

llosos un busto en una avenida de las zonas exclusivas de la capital fue D'Aubuisson: el cerebro de los escuadrones de la muerte y autor intelectual del asesinato de Monseñor Romero, entre otros crímenes de lesa humanidad. Lejos de desear la democracia para El Salvador, D'Aubuisson y sus secuaces trabajaron por la eliminación física de la totalidad de las fuerzas progresistas. Calculaban en 300 mil la cantidad de muertos necesarios para que en el país reinara de nuevo “la paz”. Una paz de cementerio, como la que Hernández Martínez instauró en 1932. Hasta que los Estados Unidos (quienes, dicho sea de paso, tampoco escatimaron en hacer correr sangre salvadoreña) lo forzaron a inventarse a ARENA.

El fin de la Guerra Fría posibilitó que Alfredo Cristiani, el “presidente de la paz”, el “niño bonito” de la burguesía nacional, inaugurara la serie de gobiernos neoliberales que le abrieron la puerta a las más despiadadas medidas de ajuste estructural. Así, Cristiani y sus amigos pudieron privatizar la banca, el sistema de pensiones y las telecomunicaciones para comprarlas, con el objeto de abultar aún más las fortunas de sus familias y garantizar que la migración de sus capitales hacia el sector financiero sucediera en copos de algodón. La desagrarización, la dolarización y la terciarización de la economía fueron todas medidas de los gobiernos areneros, opuestas a los intereses de los sectores populares (que se vieron empobrecidos y desprotegidos) y favorables a las élites que supieron aprovechar la cresta de la ola neoliberal. Norman Quijano, el último candidato presidencial de ARENA, es de extracción popular y esa fue una buena jugada electoral del partido. Pero ARENA no representa los intereses del pueblo, ni los representará. No está en su naturaleza.

¿Por qué, si eso es así, los areneros continúan captando el voto de la mitad del electorado salvadoreño? Es una de las preguntas que arrojó el impredecible resultado de la segunda vuelta de las elecciones presidenciales de 2014<sup>2</sup>. Ello no le resta méritos al triunfo del Frente. Un triunfo al que accede solo, sin alianzas con sectores externos al partido y bajo el liderazgo de dos antiguos comandantes guerrilleros. Tampoco la democracia representativa pertenecía al ideario histórico

---

<sup>2</sup> El candidato del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN), Salvador Sánchez Cerén, obtuvo la victoria en la segunda vuelta de los comicios presidenciales de 2014, con 50.11 por ciento de votos, según el Tribunal Supremo Electoral (TSE) (N. de la O.).

del FMLN, hay que decirlo. Pero ha sido el Frente la fuerza política que más rápido aprendió a jugar con las reglas de ese juego y a respetarlas. Aceptó sus derrotas a lo largo de las dos décadas de posguerra en la que se nos impuso la oscuridad neoliberal y ahora celebra su triunfo, sin dejar de reconocer los grandes retos que tiene por delante. Uno de ellos es continuar demostrando, por medios pacíficos como hasta ahora, que es el instrumento del pueblo. Porque lo ha demostrado, con armas en la mano cuando fue necesario, y sin ellas desde que se convirtió en partido político, es que ha aumentado sensiblemente su caudal electoral. La violencia revolucionaria fue resultado de la violencia histórica de las élites contra el pueblo salvadoreño. El FMLN supo pasar esa página para entrar al sistema de partidos y adoptar las elecciones como medio de acceso al poder. Su triunfo del pasado 9 de marzo de 2014 es también la derrota de siglo y medio de soberbia y naturalización de la injusticia. El Salvador no es una hacienda privada de la oligarquía, ni el Estado es pertenencia de la derecha. ARENA: a respetar el mandato soberano del Pueblo.

## BATALHA ELEITORAL NO PANAMÁ E O FORTALECIMENTO DAS DIREITAS POLÍTICAS<sup>1</sup>

*Electoral rivalry in Panama and the strengthening  
or the right wing political forces*

Esteban De Gori\*

As eleições no Panamá – no último 04 de maio de 2014 – não estão fora do contexto político centro-americano. Tampouco as questões suscitadas pelos novos presidentes da região.

Em Honduras, a importante eleição de Xiomara Castro e seu *Partido Libre* não conseguiu deslegitimar a continuidade do Partido Nacional, nem desestruturar sua capacidade política nos territórios.

Em El Salvador, apesar do triunfo do FMLN, as propostas neo-conservadoras tiveram uma adesão importante, tanto que Sanchez Céren triunfou com por mais de 6.000 votos. Apesar de o governo de Otto Molina na Guatemala haver perdido consenso, as opções existentes para as próximas eleições não se afastam dos “livretos” neoliberais e securitistas.

O novo presidente da Costa Rica, Luís Guillermo Solís, embora tenha triunfado com uma importante legitimidade e apoio significativo à sua vontade de introduzir mudanças, ainda está por ver se poderá limitar os interesses de grupos empresariais para avançar suas promessas de campanha.

Na Nicarágua, o governo de Daniel Ortega talvez seja o único governo que tenha podido negociar ou enfrentar pressões dos grupos

---

<sup>1</sup> Esta colaboração foi escrita antes do resultado da batalha eleitoral no Panamá (cujo resultado encontra-se na nota de rodapé seguinte), mas reflete a realidade ideologicamente polarizada que a região tem atravessado nas últimas disputas eleitorais. (N. da O.). Tradução de Wenerton Ferreira.

\* Doutor em Ciências Sociais (Universidad de Buenos Aires), Pesquisador CONICET. Diretor do Projeto UBACyT “Elites en Centroamerica, siglos XX-XXI”.



empresariais e promover alianças e acordos – internos e externos (fundamentalmente, a ALBA) – o que lhe tem permitido ampliar sua base social e consolidar o Estado nicaraguense como um ator-chave no processo de desenvolvimento interno. Trata-se do governo talvez menos “assediado” por oposições estruturadas ou por oposições neoconservadoras com significativas performances eleitorais. Por sua vez, é o país que tem insistido em construir um canal interoceânico alternativo ao Canal do Panamá, em um acordo que envolve capital chinês, o qual marca, em termos geopolíticos, uma aposta de multiplicação de aliados e uma tentativa de consolidar-se como um competidor da administração dos fluxos comerciais marítimos.

A maioria dos governos da região – salvo a Nicarágua – ou é presidida por partidos neoconservadores, ou é assediada e golpeada por esses setores. Em outras palavras, existe nas sociedades centro-americanas e nos sistemas políticos um compartilhado “consenso neoconservador” que orienta e legitima as ações dos atores. Entretanto, devemos também destacar que a marca progressista da maioria dos governos da América do Sul tem impactado as direitas políticas, as quais – na atualidade podemos observar em seus programas de governo – têm se apropriado de algumas políticas inclusivas realizadas pelos governos sul-americanos. Isto é, estamos diante de uma mutação de direitas neoconservadoras que buscam introduzir algumas políticas inclusivas para garantir seu domínio.

O Panamá não escapa a esta realidade. Seus partidos, apesar das diferenças, têm compartilhado um imaginário neoconservador, porém nestas eleições (maio de 2014) incorporaram algumas políticas inclusivas e reatualizaram o papel do Estado. Este “neoconservadorismo social” tem compreendido, por meio das experiências dos governos progressistas sul-americanos, que as políticas de caráter inclusivo vêm tendo como resultado a ampliação da legitimidade social. Inclusive, estas políticas podem compreender-se ao modo de uma fronteira para a promoção de candidatos “chavistas” ou esquerdistas.

No ano de 2009, o tradicional *Partido Revolucionario Democrático* (PRD), espaço criado por Omar Torrijos em 1979, era derrotado pelo *Partido Cambio Democrático* e seu aliados. Ricardo Martinelli, fundador deste partido, por meio de um acordo com o *Partido Panameñista* obtinha, de maneira inédita, a Presidência da República. Dize-

mos que isso ocorreu de forma inesperada, porque devemos recordar que Martinelli havia obtido o último lugar nas eleições presidenciais de 2004 (5,3% dos votos).

Assim, destrona-se o então governista *Partido Revolucionario Democrático* (PRD), dirigido por Martin Torrijos (filho de Omar Torrijos), provocando um novo cenário político. O *Partido Cambio Democrático* viria romper a predominância e a alternância de dois grandes partidos tradicionais desde a transição democrática (1989-1994): O PRD – que alcançou a presidência de 1994-1999 e de 2004-2009 – e o *Partido Panameñista* (PP ou Partido Arnulfista) – que havia governado o país de 1989 a 1994 e de 1999 a 2004. Ambos os partidos se reconstituíram logo após a invasão norte-americana (1989), com a marca disciplinadora desta e com o acordo entre ambos os partidos de recuperar as regras de competência democrática para o acesso ao Estado.

A ascensão do multimilionário Ricardo Martinelli – o qual não provinha dos partidos tradicionais PRD e PP – expressava o acesso do empresariado à administração estatal e à condução ou redirecionamento das políticas econômicas. Este triunfo não marcou uma significativa ruptura ideológica com a administração de Torrijos (2004 - 2009), mas um reforço do conglomerado de direitas que se articulam – com interesses assimétricos e com diversas capacidades de pressão – nos partidos distintos.

Em outras palavras, tem-se produzido uma afirmação das políticas neoliberais e dos atores que as sustentam. De fato, em parte, a derrota de Torrijos (2004-2009) não é explicada por um conflito social sustentado com os grupos empresariais para aumentar a transferência de ingressos aos setores populares, mas se explica pelo deficiente funcionamento do transporte público, a crise educacional, o crescente custo de vida, a degradação ambiental, a segurança pública e a corrupção. Situação paradoxal, já que isto é produto de um contexto de importante e inédito crescimento econômico, de ampliação da infraestrutura do canal interoceânico e de redução do desemprego. Em outras palavras, esse crescimento não foi percebido como algo positivo, nem alcançado pela maioria da população, fundamentalmente pelas classes médias e populares.

A essas questões que debilitaram a gestão do PRD, deveria somar-se a tensão interna que se produziram nas eleições partidárias para

eleger um candidato a presidente para as eleições de 2009 (um intenso conflito entre Balbina Herrera e o candidato presidencial em 2014, Juan Carlos Navarro).

O Partido *Cambio Democrático* e Ricardo Martinelli obtiveram os votos dos setores populares, produzindo um grande fracasso para a histórica base eleitoral do PRD. Este candidato – para dar um exemplo disso – se apresentava como o “milionário que calça os sapatos do povo” e sustentava, como uma inversão simbólica, que sua adversária – Balbina Herrera – possuía “coração de milionária”.

Por sua vez, aproveitaram a autocensura da candidata do PRD para que não fosse considerada esquerdista, torrijista ou, pior ainda, norieguista, e instalaram um conjunto de propostas e apelações aos setores populares. Além disso, obtiveram votos das classes médias com uma vontade de mudança e com um discurso antipolítico, que transformava a gestão e a administração em uma tarefa atribuída à ação política.

Contudo, talvez a questão mais relevante a se destacar foi que *Cambio Democrático* e Martinelli – com a ajuda da Embaixada Norte-Americana – conseguiram disciplinar e pressionar o histórico *Partido Panameñista* para que acompanhasse uma candidatura presidencial que não era própria do partido. Nessa negociação, o PP somente pôde lançar o candidato à vice-presidência Juan Carlos Varela (que hoje se candidata às eleições de 2014). Assim, o empresariado e um conjunto de atores políticos subordinaram este partido à sua estratégia política e eleitoral.

O outro dado político importante é que aliança composta por Martinelli conseguiu a maioria na Assembleia Nacional (52%), tomando, então, o controle e a autonomia para realizar e propor leis. Em contraste, o PRD somente conseguiu 30,99% dos votos. Dessa maneira, como indicou um conjunto de analistas, não se estava em face da chegada de um novo conglomerado ideológico, mas sim diante de um deslocamento de uma posição de centro-direita por uma direita radicalizada em seu neoconservadorismo, e de um “esvaziamento” conceitual e cultural do político.

O governo de Martinelli consolidou o acesso “direto” do empresariado às políticas públicas e econômicas do Estado; isso coincidiu, sobretudo, com o aprofundamento da crise econômica internacional e com a necessidade de estes atores não se prejudicarem diante dos “avatares” externos. Dessa maneira, ampliou-se abertamente a “coloniza-

ção” do Estado por parte de uma elite empresarial, ou seja, ocorreu uma onda de “empresarialização” do Estado panamenho.

Embora tenham logrado administrar os efeitos da crise internacional, apelando às fórmulas e modelos oferecidos pelos centros hegemônicos, não conseguiram solucionar – entre outras coisas – a desigualdade, os problemas de transporte público e a crescente insegurança. O novo governo ampliou os tratados de livre comércio e se incorporou aos novos alinhamentos geopolíticos que disputam com o MERCOSUL e a ALBA. Neste processo, firmou-se o poder dos grupos empresariais e financeiros vinculados a estas “oportunidades de negócios”, sobretudo aqueles vinculados à mineração e à construção civil (infraestrutura e empreendimentos imobiliários).

A aposta econômica de Martinelli aprofundou o saldo negativo da balança comercial, duplicou a dívida pública e consolidou a desigualdade social (o Panamá é um dos países com maior índice de desigualdade, ocupando o número 17 a nível mundial – Índice Gini: 51.9, 2012 -). Segundo a CEPAL, 25,3% vivem em situação de pobreza e 12,4% em extrema pobreza (2012). À incapacidade para resolver as demandas dos setores populares e médios somou-se a resistência que se originou quando Martinelli tentou controlar a Corte Suprema, buscando uma habilitação para reeleição. Essas questões, como algumas suspeitas de corrupção e o maltrato aos meios de comunicação, contribuíram para desgastar e erodir a autoridade presidencial.

Nesse contexto, o *Partido Revolucionario Democrático* foi se consolidando e encontrou brechas e fissuras deixadas pelo oficialismo, que lhe permitiram o fortalecimento político para a ascensão de Juan Carlos Navarro como candidato a presidente. Também colaborou com o reposicionamento do PRD a decisão do *Partido Parnameñista* de não continuar sua coalisão com o *Cambio Democrático* para as eleições de 2014, e lançar um candidato próprio, que conhecia a administração estatal e que, nesse momento, figurava como vice-presidente de Martinelli, Juan Carlos Varela.

O processo eleitoral de maio de 2014 trouxe consigo a seleção de candidatos para as candidaturas e para as reacomodações políticas. As sondagens e pesquisas de abril de 2014 (23/4, IPSOS) demonstraram uma leve vantagem do candidato do PRD (34,2%) sobre o candidato do CD (33,9%). Apesar de nos encontrarmos diante de um possível empate

“técnico”, a tendência foi invertendo-se, já que o candidato do CD havia liderado todas as pesquisas anteriores<sup>2</sup>.

O ex-ministro de *Vivienda y Ordenamiento Territorial* (Moradia e Ordenamento Territorial) do governo de Martinelli, José Domingos Arias, se apresenta como presidenciável pela coligação entre *Cambio Democrático* (CD) e o *Movimiento Liberal Republicano Nacionalista* (MOLIRENA). Embora fosse o favorito nas pesquisas, a má gestão política e social de Martinelli fez com que perdesse importantes adesões, e hoje se encontrasse diante de um eventual “empate técnico” com o candidato do PRD, acompanhado da candidata à vice-presidência Marta Linares de Martinelli, isto é, pela esposa do atual presidente. Expressa-se, dessa maneira, a vontade de Martinelli de controlar o partido e de que seu candidato se torne presidente.

No plano de governo de Arias, existe uma aposta em mudanças no transporte público, na criação de polícia comunitária para enfrentar a insegurança, como também no desenvolvimento de políticas voltadas para a casa própria. Dessa forma, Arias se volta para uma agenda política e econômica que o governo de Martinelli negligenciou ou tratou de maneira relativa. De alguma forma, se apresenta como a continuidade com mudanças, da mesma maneira que fez Johnny Araya do *Partido Liberación Nacional* na Costa Rica.

O *Partido Revolucionario Democrático* (PRD) tem como candidato Juan Carlos Navarro (empresário e “ambientalista”), o qual se recuperou de um levantamento inicial que indicava uma diferença negativa de 10 pontos percentuais em relação a Arias. O plano de governo de Navarro critica as dificuldades sociais que têm sido aprofundadas no governo de Martinelli. Propõe medidas para que os setores populares tenham acesso à cesta básica, a qual se alcançaria através de alianças com o empresariado rural. Por sua vez, o plano indica diversos programas (PLANO NUTRIÇÃO 5 e “Panamá sem fome”) para combater a pobreza. Como Arias, concorda com a criação de um plano de habitação e de medidas de combate ao desemprego. Dessa maneira, o PRD – ven-

---

<sup>2</sup> Por meio da Resolução nº 22, de 30 de janeiro de 2015, o *Tribunal Electoral de la República de Panamá* declarou encerrado o processo eleitoral iniciado no ano anterior, com a vitória presidencial do *Partido Panameñista* (30,8%). O PRD obteve 28,1% dos votos para presidente, e o *Cambio Democrático*, 26,1% (N. da .O.).

do seus próprios fracassos e os do governo Martinelli – mantém uma agenda neoliberal, a qual incorpora políticas públicas que dão conta do desejo de revitalizar o papel do Estado na economia panamenha.

Por último, o *Partido Parnameñista* (PP), em aliança com o Partido Popular (PP), apresenta como candidato Juan Carlos Varela, que se encontra em terceiro lugar, com 29,1% das intenções de voto (IP-SOS,23/4), mostrando um crescimento de mais de cinco pontos percentuais em relação à pesquisa anterior.

Tendo em conta estes dados provisórios podemos atentar para algumas questões.

Primeiramente, o cenário eleitoral está controlado por três forças políticas, as quais concentram aproximadamente um terço do total dos sufrágios, o que suporá um “esquema de negociação e acordo” na Assembleia Nacional para garantir votos nos projetos de lei.

Em segundo lugar, a gestão governamental do *Partido Cambio Democrático* não conseguiu construir uma nova predominância no sistema político panamenho, forçando uma lógica bipartidária ou monopartidária, mas, contrariamente, consolidou-se como um dos três grandes atores da política panamenha, juntamente com o PRD e o *Partido Panameñista*.

Em terceiro lugar, o governo de Martinelli tem consolidado um poder empresarial vinculado aos benefícios que outorgam os tratados de livre comércio, o negócio de minerações, a construção civil e aqueles que provêm do setor financeiro. Em outras palavras, o próximo presidente – já que nenhum dos três candidatos disse o contrário – continuará como observador da Aliança do Pacífico e insistirá em tornar-se membro pleno, como conservará os tratados de livre comércio já firmados e estabelecidos. Dessa maneira, o alinhamento com os Estados Unidos (principal provedor e cliente) parece que se manterá intacto.

Agora, será necessário aguardar os resultados das eleições e os repertórios de ação que irá propor o novo presidente do Panamá. O que parece efetivamente claro é que, mais além das contingências, os três projetos eleitorais em conflito consolidarão o conglomerado das direitas políticas e dos consensos neoconservadores.

## PUGNA ELECTORAL EN PANAMÁ Y EL FORTALECIMIENTO DE LAS DERECHAS POLÍTICAS<sup>1</sup>

*Electoral rivalry in Panama and the strengthening of the right wing political forces*

Esteban De Gori\*

Las elecciones en Panamá – el último 4 de mayo de 2014 – no están sustraídas del contexto político centroamericano. Ni de los interrogantes que abren los nuevos presidentes de la región.

En Honduras, la importante elección de Xiomara Castro y su Partido Libre no lograron deslegitimar la continuidad del Partido Nacional, ni desestructurar su capacidad política en los territorios.

En el Salvador, pese al triunfo del FMLN, los planteos neoconservadores han tenido una adhesión importante, tal es así que Sánchez Cerén triunfó por más de 6000 votos. El gobierno de Otto Molina en Guatemala, si bien ha perdido consenso, las opciones para las próximas elecciones no se mueven de los “libretos” neoliberales y securitistas.

El nuevo presidente de Costa Rica –Luis Guillermo Solís–, si bien ha triunfado con una importante legitimidad y con un apoyo significativo a su voluntad de introducir cambios, quedará por ver si puede limitar los intereses de los grupos empresariales para avanzar en sus promesas de campaña. Nicaragua y el gobierno de Daniel Ortega, tal vez, es el único gobierno que ha podido negociar o sortear las presiones de los grupos empresariales y avanzar en alianzas y acuerdos – internos y externos (fundamentalmente, el ALBA) – que le han permitido ampliar su

---

<sup>1</sup> Esta colaboración fue escrita antes del resultado de la pugna electoral en Panamá (cuyo resultado encontrarse en la siguiente nota a pie de página), pero refleje la realidad ideológicamente polarizada que la región ha atravesado en las últimas disputas electorales. (N. de la O.)

\* Doctor en Ciencias Sociales (Universidad de Buenos Aires), Pesquisidor CONICET. Director do Proyecto UBACyT “Elites en Centroamerica, siglos XX-XXI”.



base social y consolidar al estado nicaragüense como un actor clave en el proceso de desarrollo interno. Es el gobierno, tal vez, menos “asediado” por oposiciones estructuradas o por oposiciones neoconservadoras con significativas performances electorales. A su vez, es el país que ha insistido en construir un canal interoceánico alternativo al canal de Panamá en un acuerdo con capitales chinos, lo cual marca, en términos geopolíticos, una apuesta por multiplicar sus aliados y un intento por consolidarse en un competidor en la administración de los flujos comerciales marítimos.

La mayoría de los gobiernos de la región – salvo Nicaragua –, o bien son presididos por partidos neoconservadores, o bien son asediados y golpeados por estos sectores. Es decir, existen en las sociedades centroamericanas y en los sistemas políticos un legitimado y compartido “consenso neoconservador” que orienta y legitima las acciones de los actores. Pero también debemos destacar, que la impronta progresista de la mayoría de los gobiernos de América del Sur, ha impactado en las derechas políticas, las cuales – en la actualidad y podemos observarlo en sus programas de gobierno – se han apropiado de algunas políticas inclusivas realizadas por los gobiernos suramericanos. Es decir, estamos ante la mutación de derechas neoconservadoras que buscan introducir algunas políticas inclusivas para garantizar su dominio.

Panamá no escapa a esta realidad. Sus partidos, pese a las diferencias, han compartido un imaginario neoconservador, pero en estas elecciones (mayo de 2014) han incorporado algunas políticas inclusivas y han reactualizado el rol del Estado. Este “neoconservadurismo social” ha comprendido por las experiencias de los gobiernos progresistas suramericanos que las políticas de carácter inclusivo han tenido como resultado la ampliación de la legitimidad social. Inclusive, estas políticas pueden comprenderse al modo de una frontera para el avance de candidatos “chavistas” o de izquierdas.

En el año 2009, el tradicional Partido Revolucionario Democrático (PRD), espacio fundado por Omar Torrijos en 1979, era derrotado por el partido Cambio Democrático y sus aliados. Ricardo Martinelli, fundador de este partido, con acuerdo con el Partido Panameñista, obtenía, de manera inédita, la presidencia de la república. Decimos que lo hace de forma inesperada porque debemos recordar que Martinelli había obtenido el último lugar en la elección presidencial de 2004 (5.3% de los votos).



De esta forma, se desplaza al oficialista Partido Revolucionario Democrático (PRD), dirigido por Martín Torrijos (hijo de Omar Torrijos) provocando un nuevo escenario político. Cambio Democrático venía a romper la predominancia y alternancia de dos grandes partidos tradicionales desde la transición democrática (1989-1994): el PRD – que logró la presidencia de 1994-1999 y del 2004-2009 – y el Partido Panameñista (PP o Partido Arnulfista) – que había gobernado el país de 1989 a 1994 y de 1999 a 2004. Ambos partidos se reconstituyeron luego de la invasión norteamericana (1989), con la impronta disciplinaria de ésta y con el acuerdo entre ambos partidos de recuperar las reglas de competencia democrática para el acceso al Estado.

El ascenso del multimillonario Ricardo Martinelli – el cual no provenía de los partidos tradicionales PRD y PP – expresaba el acceso del empresariado a la administración estatal y a la conducción o reencauzamiento de las políticas económicas. Este triunfo no marcó una significativa ruptura ideológica con la administración de Torrijos (2004-2009), sino un afianzamiento del conglomerado de derechas que se articulan – con intereses asimétricos y con diversa capacidad de presión – en los distintos partidos.

Es decir, se ha producido una afirmación de las políticas neoliberales y de los actores que las sostienen. De hecho, en parte la derrota de Torrijos no se explica por un sostenido conflicto social con los grupos empresariales para aumentar la transferencia de ingresos a los sectores populares, sino que se explica por el deficiente funcionamiento del transporte público, la crisis educativa, el creciente costo de vida, la degradación ambiental, la inseguridad pública y la corrupción. Situación paradójica, ya que esto se produjo en un contexto de importante e inédito crecimiento económico, de ampliación de la infraestructura del canal interoceánico y de reducción del desempleo. Es decir, este crecimiento que no fue percibido como algo positivo ni alcanzado por la mayoría de la población, fundamentalmente por las clases medias y populares.

También, a estas cuestiones que debilitaron la gestión del PRD, debería sumarse la tensión interna que se produjeron en las elecciones partidarias para elegir candidato a presidente para las elecciones de 2009 (un intenso conflicto entre Balbina Herrera y el candidato presidencial en 2014, Juan Carlos Navarro).

Cambio Democrático y Ricardo Martinelli lograron los votos de los sectores populares, produciendo un gran cimbronazo en la histórica base electoral del PRD. Este candidato – para dar un ejemplo de esto – se presentaba como el “millonario que se ponía los zapatos del pueblo” e indicaba a modo de inversión simbólica que su contrincante – Balbina Herrera – poseía “corazón de millonaria”. A su vez, aprovecharon la autocensura de la candidata del PRD para no ser considerada izquierdista, torrijista o peor aún, norieguista, e instalaron un conjunto de propuestas y apelaciones a los sectores populares. Además de esto, obtuvo votos de las clases medias con una voluntad de cambio y con un discurso anti político que transformaba a la gestión y la administración en una tarea escindida de la acción política.

Pero, tal vez, la cuestión más relevante a destacar fue que Cambio Democrático y Martinelli – con ayuda de la embajada norteamericana – lograron disciplinar y presionar al histórico Partido Panameñista para que acompañe una candidatura presidencial que no era propia de este partido. En esa negociación, el PP solo pudo impulsar al candidato a la vicepresidencia Juan Carlos Varela (quien hoy se postula para las elecciones de 2014). Es decir, el empresariado y un conjunto de actores políticos subordinaron a este partido a su estrategia política y electoral.

El otro dato político importante es que la alianza que llevó a Martinelli logró la mayoría en la Asamblea Nacional (52%), haciéndose así del control y de la autonomía para realizar y proponer leyes. Mientras que el PRD solo cosechó el 30.99% de los votos. De esta manera, como indicaron un conjunto de analistas, no se estaba ante la llegada de un nuevo conglomerado ideológico sino del desplazamiento de una opción de centro-derecha por una derecha radicalizada en su neoconservadurismo y en el “vaciamiento” conceptual y cultural de lo político.

El gobierno de Martinelli consolidó el acceso “directo” del empresariado en las políticas públicas y económicas del Estado, sobre todo, esto coincidió con la profundización de la crisis económica internacional y con la necesidad de estos actores de no perjudicarse ante los avatares externos. De esta manera, se amplió abiertamente la “colonización” del Estado por parte de una elite empresarial. Es decir, se produjo una “empresarialización” del Estado panameño.

Si bien lograron administrar los efectos de la crisis internacional apelando a las fórmulas y modelos que ofrecían los centros hegemó-

nicos, no lograron solucionar – entre otras cosas – la desigualdad, los problemas de transporte público y la creciente inseguridad. El nuevo gobierno amplió los tratados de libre comercio y se incorporó a los nuevos lineamientos geopolíticos que disputan con el MERCOSUR y el ALBA. En este proceso, se afirmó el poder de grupos empresariales y financieros vinculados a estas “oportunidades de negocios”, sobre todo, aquellos vinculados a la minería y a la construcción (infraestructuras y desarrollos inmobiliarios).

La apuesta económica de Martinelli profundizó el saldo negativo de la balanza comercial, duplicó la deuda pública y afirmó la desigualdad social (Panamá es uno de los países más desiguales, ocupa el número 17 a nivel mundial –Índice Gini: 51.9, 2012-). Según la CEPAL, el 25.3% vive en situación de pobreza y el 12.4% en la extrema pobreza (2012). A la incapacidad para resolver las demandas de los sectores populares y medios se sumó la resistencia que se originó cuando Martinelli intentó controlar la Corte Suprema buscando una habilitación para la reelección. Estas cuestiones, como algunas sospechas de corrupción y el maltrato a los medios de comunicación, contribuyeron a desgastar y erosionar la autoridad presidencial.

En este contexto, se fue consolidando el Partido Revolucionario Democrático. Encontró grietas y fisuras del oficialismo que le permitieron acumular políticamente y fortalecer el ascenso de Juan Carlos Navarro, como candidato a presidente. También colaboró con el reposicionamiento del PRD la decisión del Partido Panameñista de no continuar con Cambio Democrático para las elecciones de 2014 e instalaron un candidato propio. Uno que conocía la administración estatal y que en ese momento oficiaba de vicepresidente de Martinelli, Juan Carlos Varela.

El proceso electoral de mayo de 2014 trajo aparejado la selección de candidatos para las candidaturas y reacomodamientos políticos. En los sondeos y encuestas de abril de 2014 (23/4, IPSOS) se le otorgó una leve ventaja al candidato del PRD (34.2%) sobre el candidato de CD (33.9%). Pese a que nos encontramos ante un posible empate “técnico”, la tendencia fue invirtiéndose ya que el candidato del CD había encabezado todas las encuestas anteriores<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Por medio de la Resolución n. 22, de 30 de enero de 2015, el Tribunal Electoral de la República de Panamá declaró cerrado el proceso electoral iniciado en el

El ex ministro de Vivienda y Ordenamiento Territorial del gobierno de Martinelli, José Domingo Arias, se presenta como candidato presidencial por la coalición entre Cambio Democrático (CD) y el Movimiento Liberal Republicano Nacionalista (MOLIRENA). Si bien era el favorito de las encuestadoras, la mala gestión política y social de Martinelli le hizo perder importantes adhesiones y hoy se encuentra ante un eventual “empate técnico” con el candidato del PRD. Éste es acompañado como candidata a la vicepresidencia por Marta Linares de Martinelli, es decir, por la esposa del actual presidente. Expresándose de esta manera, la voluntad de Martinelli de controlar el partido y a su candidato si resulta ser presidente.

En el plan de gobierno de Arias existe una apuesta por la modificación en el transporte público, por la creación de policías comunitarias para enfrentar la inseguridad, como también el desarrollo de un plan de vivienda propia. Es decir, Arias vuelve sobre una agenda política y económica que el gobierno de Martinelli descuido o trato de manera relativa. De alguna manera, se presenta como la continuidad con cambios, de la misma manera que lo hizo Johnny Araya del Partido Liberación Nacional en Costa Rica.

El Partido Revolucionario Democrático (PRD), lleva como candidato a Juan Carlos Navarro [empresario y “ambientalista”], el cual ha repuntado las iniciales encuesta que le daban una diferencia negativa con respecto a Arias de más de 10 puntos. El Plan de gobierno de Navarro critica las penurias sociales que ha profundizado el gobierno de Martinelli. Propone medidas para que los sectores populares accedan a la canasta de productos básicos; propuesta se lograría con una alianza con el empresariado rural. A su vez, indica en el Plan diversos programas (PLAN NUTRICION 5 y “Panamá sin hambre”) para combatir la pobreza. Al igual que Arias, está de acuerdo en la creación de un plan de viviendas y de medidas para combatir el desempleo. De esta manera, el PRD – leyendo sus propios fracasos y los del gobierno Martinelli – mantuvo una agenda neoliberal a la cual incorpora políticas públicas que dan cuenta del intento de revitalizar el papel del Estado en la economía panameña.

---

año anterior, con la victoria presidencial del Partido Panameñista (30.8%). El PRD obtuvo 28.1% de las intenciones para presidente, y Cambio Democrático el 26.1% (N. de la O.).

Por último, el Partido Panameñista (PP) en alianza con el Partido Popular (PP) presentaron como candidato a Juan Carlos Varela, quien se encuentra tercero con una intención de voto de 29.1% (IPSOS, 23/4). Dando cuenta así, de un crecimiento de más de cinco puntos con la anterior encuesta.

Teniendo en cuenta estos datos provisionales podemos advertir algunas cuestiones.

Primero, el escenario electoral está controlado por tres fuerzas políticas, la cuales concentran aproximadamente un tercio del total de los sufragios. Lo que supondrá un “esquema de negociación y acuerdo” en la Asamblea Nacional para lograr votar algunas leyes.

Segundo, la gestión gubernamental de Cambio Democrático no ha logrado construir una nueva predominancia en el sistema político panameño forzando una lógica bipartidista o unipartidista, sino que se ha consolidado como uno de los tres grandes actores de la política panameña, conjuntamente con el PRD y el Partido Panameñista.

Tercero, el gobierno de Martinelli ha consolidado un poder empresarial vinculado a los beneficios que otorgan los tratados de libre comercio, el negocio minero, la construcción y aquellos que provienen de la plaza financiera. Es decir, el próximo presidente – ya que ninguno de los tres candidatos ha dicho lo contrario – continuará como observador a la Alianza del Pacífico e insistirá en convertirse en miembro pleno, como conservaran los Tratados de Libre Comercio ya firmados y establecidos. De esta manera, el alineamiento con Estados Unidos (principal proveedor y cliente) parece que se mantendrá intacto.

Ahora habrá que esperar los resultados electorales y los repertorios de acción que proponga el nuevo presidente de Panamá. Lo que sí parece claro, que más allá de las contingencias, los tres proyectos electorales en pugna se consolidará el conglomerado de las derechas políticas y los consensos neoconservadoras.

## **CRIANÇAS MIGRANTES: drama estadunidense ou tragédia centro-americana?**

### *CHILD MIGRATION: United States drama or Central America tragedy?*

Juliana Vitorino\*

A literatura acadêmica que trata das migrações centro-americanas é vasta, embora conte com uma agenda de pesquisa desorganizada. Por conta do lugar periférico que ocupa a América Central, a explicação número um para o deslocamento de pessoas vem dos clássicos argumentos socioeconômicos: pobreza, desigualdade social e de acesso a políticas públicas fundamentais, desemprego, crises econômicas. Por conta do singular histórico de violências, ditaduras, guerras e ingerências externas, construiu-se uma segunda explicação: a da migração por violência ou perseguição política.

Após o fim das Guerras Centro-americanas (Nicarágua, 1979; El Salvador, 1980-1992; Guatemala, 1966-1996), todas elas com aparato repressivo financiado pelo governo dos Estados Unidos, a região encontrava-se frágil, destruída, politicamente polarizada e economicamente inviável. Apostou-se na responsabilidade internacional para amenizar alguns problemas e foi assim que ONGs internacionais adentraram nos países, organismos internacionais financiaram projetos de infraestrutura e seus governos endividaram-se com organismos financeiros, forçando uma dependência externa que abriu caminho para um neoliberalismo ainda mais profundo e radical.

Persistiram a pobreza, o desemprego, a fragilidade institucional e sucessivas crises econômicas. Nesse contexto, milhares de pessoas

---

\* Graduada em Relações Internacionais, mestre e doutoranda em Ciência Política, Professora de Relações Internacionais e pesquisadora sobre migrações centro-americanas e desenvolvimento. É umas coordenadoras da rede O ISTMO e membra do Instituto da América Latina.

migraram, sobretudo, para os Estados Unidos, em busca de uma forma melhor de vida. No início dos anos 1990, a América Central ainda contou com a impertinência do Governo Bush (1989-1993), que deportou milhares de centro-americanos membros de gangues que haviam cumprido pena em prisões estadunidenses. As gangues, conhecidas na América Central por *maras* ou *pandillas*, eram um dos grandes problemas de segurança para os Estados Unidos e muitas delas eram compostas por imigrantes, como a *Mara Salvatrucha 13* e a *Pandilla Barrio 18*, que eram, em resumo, formadas por imigrantes centro-americanos que haviam fugido das Guerras.

No início dos anos 2000, as estruturas criminais tanto da Mara Salvatrucha 13, como da Barrio 18, hoje consideradas duas das maiores gangues do mundo, estavam bem enraizadas em uma América Central ainda pobre e de instituições frágeis. Foi quando começou o período de fortalecimento e recrutamento de novos membros, que passaram a ser não somente os jovens que outrora admiravam o poder dos “caras que vieram do Norte”, mas jovens moradores de bairros pobres ou estudantes de escolas secundárias, ambos ambientes controlados pelas gangues. Dentre os recrutados, chama a atenção o número de adolescentes que veem na gangue uma espécie de família, que ampara e aceita, mas que pode punir e até matar. O fato de pertencerem a famílias desestruturadas pela migração os une. Foram crianças que cresceram longe de seus pais e mães e que não tiveram em seu processo de formação a presença de figuras norteadoras que foram obrigadas a emigrar em busca das oportunidades de sobrevivência negadas em seus países.

Há alguns anos que se constata uma crescente evasão escolar, que vem ocorrendo cada vez mais cedo. Suspeitava-se que isso se devia à migração para reencontro familiar. Porém, a perseguição de gangues e o recrutamento começaram a se impor como principais motivadores da fuga para os Estados Unidos. O padrão migratório tornou-se tão evidente que academicamente começamos a usar termos mais apropriados à realidade centro-americana, como é o caso da migração ocasionada por violência. E também houve a defesa, por parte de organismos internacionais, da concessão de refúgio para migrantes perseguidos pela violência de gangues. Estas eram sinalizações de que as migrações passavam por um período de agravamento, no entanto, os Estados centro-americanos não tomaram nenhuma medida resolutiva.



Recentemente, vários meios de comunicação internacionais e brasileiros começaram a repercutir uma situação peculiar: a chegada de milhares de crianças (estima-se entre 50 e 60 mil) à fronteira do México com os Estados Unidos. Apesar da migração infantil não ser novidade, 2014 representou o auge, em termos numéricos, do atravessamento de crianças. De forma quase unânime, também nos informam que as crianças chegam “desacompanhadas” à fronteira, nada mais distante da realidade. Toda travessia, de qualquer migrante, é feita por coitoes, que cobram entre 4.000 e 7000 dólares para realizar a viagem em direção aos Estados Unidos. Geralmente, famílias que já migraram recorrem a esse tipo de serviço para reunirem-se com seus filhos, retirando-os do perigo que representam as *pandillas*, para que tenham a chance de sobreviver em um lugar melhor. Elas fogem da incerteza do futuro, fogem para tentar ter vida. Mas, parece que querer vida, no entanto, é querer demais, já que o governo estadunidense informou que não permitirá a entrada dessas crianças em seu território. Serão todas enviadas de volta, em mais uma onda de deportação de centro-americanos.

Outro discurso que acabou se construindo foi o de que supostamente a crise das crianças, como está sendo chamada, foi ocasionada por causa da falsa informação de que as crianças, ao chegar à fronteira, “desacompanhadas e sem documentos”, não podem ser deportadas pelas autoridades fronteiriças e lhes seriam dadas documentos para que possam entrar de forma regularizada nos Estados Unidos. Novamente, algo longe da realidade. É difícil acreditar que imigrantes indocumentados, acostumados a perecer toda sorte de perseguições e conviver em um submundo com suas subcidadanias, acreditem que essa opção seja factível. Por outro lado, de acordo com autoridades diplomáticas centro-americanas, uma explicação melhor seria a própria melhora de vida dos centro-americanos nos Estados Unidos, que lhes proporciona a possibilidade de planejar uma reunificação familiar a qualquer custo.

É compreensível que o Presidente Barack Obama – aquele Democrata que defendeu durante a campanha à reeleição uma Reforma Migratória e, até agora, pouco fez para viabilizá-la – decida proteger a Terra da Liberdade de imigrantes indocumentados. A justificativa da fragilidade econômica pós-crise de 2008 e a salvaguarda de empregos podem até passar como aceitáveis. Porém, existe um argumento que tem passado despercebido: o problema das migrações massivas para os



Estados Unidos, que descamba na atual crise que envolve as crianças indocumentadas, deve ser tratado como responsabilidade compartilhada entre governos centro-americanos e governo estadunidense. Nesse cenário, o governo dos EUA não é isento de culpa, já que foi, ele mesmo, promotor de desestabilizações políticas, ingerências, financiador de guerras civis na América Central, além de ter transplantado e piorado o problema da violência do pós-guerra com a deportação de membros de gangues para El Salvador, Guatemala e Honduras, países onde nasceram esses novos migrantes indesejáveis.

A resolução do problema, seja permitindo o reencontro familiar ou concedendo refúgio, é ação que deve ser pleiteada. E, se concedida, não deve ser encarada como benevolência, mas como reparação por haver ocasionado ou aprofundado as causas estruturais que fizeram com que a migração fosse encarada como valorizado mecanismo de sobrevivência.

## NIÑOS MIGRANTES: ¿drama estadounidense o tragedia centroamericana?<sup>1</sup>

*CHILD MIGRATION:  
United States drama or Central America tragedy?*

Juliana Vitorino\*

La literatura académica que trata de las migraciones centroamericanas es amplia, aunque disponga de una agenda de investigación desorganizada. A causa del lugar periférico que América Central ocupa, la explicación primera para el desplazamiento de personas adviene de los clásicos argumentos socioeconómicos: pobreza, desigualdad social y de acceso a políticas públicas fundamentales, desempleo, crisis económica. Por motivo del singular histórico de violencias, dictaduras, guerras e injerencias externas, se construyó una segunda explicación: la de la migración por violencia o persecución política.

Tras el fin de las guerras centroamericanas (Nicaragua, 1979; El Salvador, 1980-1992; Guatemala, 1966-1996), todas con aparato represivo financiado por el gobierno de los Estados Unidos, la región se encontraba frágil, destruida, políticamente polarizada y económicamente inviable. Se apostó a la responsabilidad internacional para amenizar algunos problemas y, de esta forma, ONGs internacionales se instalaron en los países, organismos internacionales financiaron proyectos de infraestructura y los gobiernos centroamericanos contrajeron deudas con organismos financieros, provocando una dependencia externa que puso en marcha un neoliberalismo aún más profundo y radical.

Persistieron la pobreza, el desempleo, la fragilidad institucional y sucesivas crisis económicas. En ese contexto, miles de personas

---

<sup>1</sup> Traducción de Flávia Farias de Oliveira.

\* Graduada em Relações Internacionais, maestría y doctoranda em Ciência Política, Profesora de Relações Internacionais y pesquisadora sobre migrações centro-americanas y desarrollo. És una de la coordinadoras da rede O ISTMO y miembro do Instituto da América Latina.

migraron, sobre todo, para los Estados Unidos, en busca de una vida mejor. En el inicio de los años 90, América Central además sufrió la impertinencia del Gobierno Bush (1989-1993), que deportó a miles de centroamericanos miembros de pandillas que habían cumplido pena en prisiones estadounidenses. Las pandillas, también conocidas en América Central como *Maras*, eran uno de los grandes problemas de seguridad para los Estados Unidos y muchas estaban compuestas por inmigrantes, como la *Mara Salvatrucha 13* y la *Pandilla Barrio 18*, que estaban formadas por inmigrantes centroamericanos que habían huido de las Guerras.

En el inicio de los años 2000, las estructuras criminales, tanto de la *Mara Salvatrucha 13* como la del *Barrio 18*, hoy consideradas dos de las más grandes pandillas del mundo, estaban bien arraigadas en una América Central todavía pobre y de instituciones frágiles. En ese momento, empezó el periodo de fortalecimiento y reclutamiento de nuevos miembros, que pasaron a ser los jóvenes, no solamente los que antes admiraban el poder de los “tipos que venían del Norte”, sino también de los que vivían en los barrios pobres o de los estudiantes de escuelas secundarias, ambos ambientes controlados por las pandillas. Entre los reclutados, llama la atención el número de adolescentes que ven en la pandilla una especie de familia que los cuida y los acepta, pero que puede punir e incluso matar. El hecho de que pertenezcan a familias desestructuradas por la migración los une. Se trata de niños que crecieron lejos de sus padres y madres y que no tuvieron, en su proceso de formación, la presencia de figuras en las que pudieran verse, una vez que éstas se vieron obligadas a emigrar en busca de oportunidades de sobrevivencia negadas en sus países.

Hace algunos años se constata una creciente evasión escolar, que ocurre cada vez más temprano. Se sospechaba que tal hecho resultaba de la migración para reencuentro familiar. Sin embargo, la persecución de pandillas y el reclutamiento empezaron a imponerse como principales motivadores de fuga para los Estados Unidos. El patrón migratorio se convirtió en algo tan evidente que académicamente empezamos a usar términos más apropiados a la realidad centroamericana, como es el caso de la migración ocasionada por violencia. Hubo, también, la defensa, por parte de los organismos internacionales, de la concesión de refugio para migrantes perseguidos por la violencia de las pandi-

llas. Éstas eran señales de que las migraciones pasaban por un periodo de agravamiento. Con todo, los Estados centroamericanos no tomaron ninguna medida resolutive.

Recientemente, varios medios de comunicación internacionales y brasileños comenzaron a repercutir una situación peculiar: la llegada de miles de niños (se estima que entre cincuenta y sesenta mil) a la frontera de México con los Estados Unidos. A pesar de la migración infantil no ser una novedad, el 2014 representó el ápice en lo que se refiere al número de niños que cruzaron la referida frontera. Casi de forma unánime, también nos informan que los niños llegan “desacompañados” a la frontera, nada más distante de la realidad. Todo el cruce, de cualquier migrante, es ejecutado por coyotes, que cobran entre cuatro y siete mil dólares para realizar el viaje hacia los Estados Unidos. Generalmente, familias que ya migraron recurren a ese tipo de servicio para poder reunirse con sus hijos y alejarlos del peligro que representan las pandillas, para que, así, tengan la oportunidad de sobrevivir en un lugar mejor. Estas familias huyen de la incerteza del futuro, huyen para intentar tener vida. Pero, parece que querer vida, sin embargo, es querer demasiado, ya que el gobierno estadounidense informó que no permitirá la entrada de estos niños a su territorio. Serán todos devueltos, en una ola más de deportación de centroamericanos.

Otro discurso que se construyó es el de que supuestamente la crisis de los niños, como la están llamando, fue ocasionada a causa de la falsa información de que los niños, al llegar a la frontera “desacompañados y sin documentos”, no podrían ser deportados por las autoridades fronterizas y que les darían documentos para que pudieran entrar de forma regularizada a los Estados Unidos. Nuevamente, algo lejos de la realidad. Es difícil creer que inmigrantes indocumentados, acostumbrados a sufrir todo tipo de persecuciones y a convivir en un submundo con sus subciudadanías, crean que esa opción sea factible. Por otro lado, de acuerdo con autoridades diplomáticas centroamericanas, una explicación mejor sería la propia mejora de vida de los centroamericanos en los Estados Unidos, que les proporciona la posibilidad de planificar una reunificación familiar a cualquier precio.

Es comprensible que el Presidente Barack Obama – el Demócrata que defendió, durante su campaña a la reelección, una Reforma Migratoria y, hasta ahora, hizo muy poco para llevarla a cabo – decida

proteger la “Tierra de la Libertad” de inmigrantes indocumentados. La justificativa de la fragilidad económica tras la crisis del 2008 y la salvaguardia de empleos podrían pasar como aceptables. No obstante, existe un argumento que pasa desapercibido: el problema de las migraciones masivas hacia los Estados Unidos, que recae en la actual crisis que involucra a los niños indocumentados, debe ser tratado como responsabilidad compartida entre los gobiernos centroamericanos y el gobierno estadounidense. En ese contexto, el gobierno de los EUA no está exento de culpa, una vez que promovió desestabilizaciones políticas e injerencias y financió guerras civiles en América Central, además de haber trasplantado y empeorado el problema de la violencia del posguerra con la deportación de miembros de pandillas para El Salvador, Guatemala y Honduras, países donde nacieron esos nuevos migrantes “indeseables”.

La resolución del problema, sea permitiendo el reencuentro familiar o concediendo refugio, es una acción que se debe reivindicar. Y, si se concede, no se la debe tomar como una actitud de benevolencia, sino como reparación por haber ocasionado o profundizado las causas estructurales, las cuales hicieron que la migración pasara a ser entendida como un valorado mecanismo de sobrevivencia.

## 40º ANIVERSÁRIO DA MORTE DE MIGUEL ÁNGEL ASTURIAS<sup>1</sup>

*The 40th death anniversary of Miguel Ángel Asturias*

Julieta Rostica\*

No último mês de junho de 2014, coincidiram dois aniversários de grande importância para a sociedade guatemalteca e para a América Latina. Completaram-se sessenta anos do final da revolução guatemalteca (1944-1954) e quarenta do falecimento do prêmio Nobel de Literatura, Miguel Ángel Asturias (1899-1974). A obra de Asturias, profusamente valorizada em todo o mundo no começo dos anos sessenta, permanece hoje em dia no esquecimento. Os escritores do chamado *boom* latino-americano dos anos sessenta e setenta ofuscaram a figura de um gênio, pioneiro e fundador do realismo mágico. *Lendas da Guatemala*, *O Senhor Presidente*, *Homens de Milho*, colocaram, sem dúvidas, um precedente na literatura do subcontinente.

Menos conhecida foi sua atividade política desde a Revolução de Outubro (1944-1954), a qual, dadas as coincidências do calendário, merece ser revelada. Miguel Ángel Asturias foi nomeado agregado cultural na Embaixada de Buenos Aires entre 1947 e 1952, e Embaixador em El Salvador entre 1952 e 1954, a partir de onde se previa que ingressaria a invasão de mercenários treinados e armados pelos Estados Unidos em 1954. Como tal, foi parte da delegação liderada pelo Chanceler Guillermo Toriello, na X Conferência Interamericana. As últimas estrofes do fantástico discurso de Toriello foram escritas pelo próprio Asturias:

Sobre las inmensas tierras, mares y cielos de América el aliento  
de los Libertadores mantiene flotando las banderas de la liber-

---

<sup>1</sup> Tradução de Eugenio Xavier.

\* Socióloga, mestra em Estudos Latino-americanos (Universidad Autonoma de Madrid) e doutora em Ciências Sociais e Humanas (Unqui).

tad. Aquí estamos, Bolívar, y al venir a esta tierra privilegiada que os vio nacer, conscientes de nuestro destino, nos presentamos ante vuestros ojos, sin las cadenas de la tiranía que por siglos nos oprimió, y que Vos, Libertador, nos enseñaste a hacer pedazos. Guatemala es digna de Vos, Capitán de la dignidad de América.<sup>2</sup>

Exilado na Argentina depois do golpe de Estado de 1954, Miguel Ángel Asturias somou-se ao grupo de intelectuais orgânicos dos governos revolucionários que escreveram livros urgentes, no calor dos fatos, para que o mundo conhecesse o que aconteceu na Guatemala. *Weekend na Guatemala* foi dedicado “A Guatemala, mi Patria, viva en la sangre de sus estudiantes-héroes, sus campesinos mártires, sus trabajadores sacrificados y su pueblo en lucha”<sup>3</sup>. A partir desse momento, sua narrativa mudou. Publicou a famosa trilogia bananeira (*Vento Forte*, *O Papa Verde* e *Os Olhos dos Enterrados*) durante os anos cinquenta, por meio da qual denunciou a extrema dependência, na forma brutal do enclave econômico, que sitiou a região: a *United Fruit Company* e sua articulação com as ditaduras que a apoiaram.

No mesmo ano da Revolução Cubana, conheceu Fidel Castro em Buenos Aires e, em agosto desse mesmo ano, viajou a Cuba, convidado por Fidel. Em uma de suas crônicas, escreveu:

[...] nada hay más apasionante que esta forma política de ir transformándolo todo sobre la marcha en beneficio de todos, de la gran mayoría, no de unos pocos. Sustituir al campesino sin tierra por el campesino con tierra. Dar lo suyo a los desposeídos. El sólo pensarlo es hermoso. Y es lo que se está realizando en Cuba. Devolver los bienes de la tierra a los que la trabajan, a los que mojan los surcos con su sudor, a los que acunan las semillas, a los que ahora verán los frutos como los suyos. Dar comida a

<sup>2</sup> Tradução livre: “Sobre as imensas terras, mares e céus da América o alento dos Libertadores mantém flamulando as bandeiras da liberdade. Aqui estamos, Bolívar, e ao vir a esta terra privilegiada que os viu nascer, conscientes do nosso destino, nos apresentamos diante dos vossos olhos, sem as cadeias da tirania que por séculos nos oprimiu, e que Vós, Libertador, nos ensinastes a despedaçar. A Guatemala é digna de vós, Capitão da dignidade da América”.

<sup>3</sup> Tradução livre: “À Guatemala, minha pátria, viva no sangue de seus estudantes-heróis, de seus agricultores mártires, de seus trabalhadores sacrificados e de seu povo em luta”.

los que antes no comían. Eso se está haciendo en Cuba<sup>4</sup> (janeiro-março 1960).

Asturias sempre advogou em favor da revolução, porém não da luta armada. Isso lhe trouxe alguns atritos com seu filho, Rodrigo Asturias, que se alistou na rebelião guerrilheira de 1962 para criar e comandar na década seguinte a *Organización del Pueblo em Armas*.

Em janeiro de 1962, Miguel Ángel Asturias presidiu a *Conferencia de los Pueblos Libres*, realizada em Montevideu, paralelamente à *Conferencia de Punta del Este*, a qual expulsou Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA). Logo após o golpe de Estado que derubou Arturo Frondizi, foi detido em Buenos Aires no dia 19 de abril de 1962, por sua “conhecida militância no comunismo e em suas organizações colaterais”. Por problemas de saúde, foi internado durante oito dias quando foi notificado, sem outra explicação, de sua liberdade. Segundo o que foi difundido na imprensa, Asturias pertencia à *Comisión de Solidariedad com Cuba*. Depois destes eventos, Asturias decidiu deixar a Argentina para nunca mais voltar. À posteridade, seria Prêmio Lênin da Paz e Prêmio Nobel de Literatura.

## REFERÊNCIAS

TORRIELO, Guillermo. *Discurso da Delegação da Guatemala*. X Conferência da Organização dos Estados Americanos. Caracas, 05 de março de 1954.

<sup>4</sup> Tradução livre: “[...] nada há mais apaixonante do que esta forma política de ir transformando tudo através da marcha em benefício de todos, da grande maioria, não de alguns poucos. Substituir o campesino sem terra pelo campesino com terra. Dar o seu aos despossuídos. Apenas imaginá-lo é belo. E é o que está acontecendo em Cuba. Devolver os bens da terra aos que a trabalham, aos que molham os sulcos com seu suor, aos que plantam as sementes, aos que agora colherão os frutos para si próprios. Dar comida aos que antes não comiam. Isso está sendo feito em Cuba.



## 40° ANIVERSARIO DE LA MUERTE DE MIGUEL ÁNGEL ASTURIAS

*The 40th death anniversary of Miguel Ángel Asturias*

Julieta Rostica\*

El pasado junio de 2014 coincidieron dos aniversarios de importancia vital para la sociedad guatemalteca y América Latina. Se cumplieron los sesenta años del final de la revolución guatemalteca (1944-1954) y los cuarenta del fallecimiento del premio Nobel de Literatura Miguel Ángel Asturias (1899-1974). La obra de Asturias, profusamente valorada en todo el mundo a comienzos de los años sesenta, hoy día permanece en el olvido. Los novelistas del llamado boom latinoamericano de los sesenta y setenta opacaron la figura de un genio, pionero y fundador del realismo mágico. *Leyendas de Guatemala*, *El Señor Presidente*, *Hombres de Maíz*, sentaron, sin dudas, un precedente en la literatura del subcontinente.

Menos conocida fue su actividad política desde la Revolución de Octubre (1944-1954), la cual, dadas las coincidencias del calendario, merece ser revelada. Miguel Ángel Asturias fue nombrado agregado cultural en la embajada de Buenos Aires entre 1947-1952 y embajador en El Salvador entre 1952-1954, desde donde se preveía que ingresaría la invasión de mercenarios entrenados y armados por Estados Unidos en 1954. Como tal, fue parte de la delegación que encabezó el canciller Guillermo Toriello en la X Conferencia Interamericana. Las últimas estrofas del fantástico discurso de Toriello fueron escritas por el mismo Asturias:

Sobre las inmensas tierras, mares y cielos de América el aliento  
de los Libertadores mantiene flotando las banderas de la liber-  
tad. Aquí estamos, Bolívar, y al venir a esta tierra privilegiada

---

\* Socióloga, Maestría en Estudios Latinoamericanos (Universidad Autónoma de Madrid) e doctora en Ciencias Sociales y Humanas (Unqui).

que os vio nacer, conscientes de nuestro destino, nos presentamos ante vuestros ojos, sin las cadenas de la tiranía que por siglos nos oprimió, y que Vos, Libertador, nos enseñaste a hacer pedazos. Guatemala es digna de Vos, Capitán de la dignidad de América.

Exiliado en Argentina tras el golpe de Estado de 1954, Miguel Ángel Asturias se sumó al grupo de intelectuales orgánicos de los gobiernos revolucionarios que escribieron libros urgentes, al calor de los hechos, para dar a conocer al mundo lo sucedido en Guatemala. *Weekend en Guatemala* fue dedicado “A Guatemala, mi Patria, viva en la sangre de sus estudiantes-héroes, sus campesinos mártires, sus trabajadores sacrificados y su pueblo en lucha”. A partir de ese momento, su narrativa cambió. Publicó la famosa trilogía bananera (*Viento fuerte*, *El papa verde* y *Los ojos de los enterrados*) durante los años cincuenta, en la que denunció la extrema dependencia en la forma brutal del enclave económico que asedió a la región: la *United Fruit Company* y su articulación con las dictaduras que le dieron asidero.

El mismo año de la revolución cubana conoció a Fidel Castro en Buenos Aires y en agosto de ese mismo año viajó a Cuba invitado por Fidel. En una de sus crónicas escribió:

[...] nada hay más apasionante que esta forma política de ir transformándolo todo sobre la marcha en beneficio de todos, de la gran mayoría, no de unos pocos. Sustituir al campesino sin tierra por el campesino con tierra. Dar lo suyo a los desposeídos. El sólo pensarlo es hermoso. Y es lo que se está realizando en Cuba. Devolver los bienes de la tierra a los que la trabajan, a los que mojan los surcos con su sudor, a los que acunan las semillas, a los que ahora verán los frutos como los suyos. Dar comida a los que antes no comían. Eso se está haciendo en Cuba (enero-marzo 1960).

Asturias siempre abogó por la revolución, pero no por la lucha armada. Eso le trajo algunas rigideces con su hijo, Rodrigo Asturias, quién se alistó en el levantamiento guerrillero de 1962 para crear y comandar la década siguiente la Organización del Pueblo en Armas.

En enero de 1962, Miguel Ángel Asturias presidió la Conferencia de los Pueblos Libres que se realizó en Montevideo, paralelamente a la Conferencia de Punta del Este en la cual se expulsó a Cuba de la OEA.

Luego del golpe de Estado que derrocó a Arturo Frondizi, fue detenido en Buenos Aires el 19 de abril de 1962 por su “conocida militancia en el comunismo y sus organismos colaterales”. Por problemas de salud lo internaron durante ocho días cuando se le notificó, sin otra explicación, su libertad. Según fue difundido en la prensa, Asturias pertenecía a la Comisión de Solidaridad con Cuba. Tras estos sucesos, Asturias decidió marcharse de la Argentina para nunca más regresar. Con posterioridad sería Premio Lenin de la Paz y Premio Nobel de literatura.

## REFERENCIAS

TORRIELO, Guillermo. *Discurso da Delegação da Guatemala*. X Conferência da Organização dos Estados Americanos. Caracas, 05 de março de 1954.

## O DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA CENTRAL ATRAVÉS DE SUA LITERATURA<sup>1</sup>

*The discovery of Central America in its literature*

Mercedes Elena Seoane\*

Digo na Europa, aonde me levou um azar, que estudo América Central; encaram-me com olhos respeitosos, mas assombrados. Intuo que não sabem muito bem de que região do mundo estou falando. No entanto, em meu país de origem, Argentina, o conhecimento não é muito mais profundo. Nem no México, muito mais próximo, onde tentei buscar meu objeto de estudo e convertê-lo em tese.

Ainda por cima, estudo Literatura. Foi depois de descobrir um autor centro-americano contemporâneo, Horacio Castellanos Moya. Amor à primeira vista (à primeira leitura).

A literatura centro-americana entrou poucas vezes no panteão consagrado por seus estudos literários, manuais e reflexões culturais de nosso continente. Miguel Ángel Asturias, claro, é o nome que mais representa o istmo e, frequentemente, o único filho dessas terras que logrou seu lugar no *Grand Canyon* latino-americano. Augusto Monterroso aparece com certa frequência nos programas universitários e nos textos teóricos sobre literatura latino-americana, mas muitos ainda acreditam que era mexicano. Roque Dalton, indispensável a qualquer estudo sobre o tema é, entretanto, bastante desconhecido fora das fronteiras do istmo ou dos estudos que reivindicam um tipo de literatura comprometida, pouco atrativa nestes tempos neoliberais e desalentados.

---

<sup>1</sup> Mariana Yante B. Pereira

\* Doutoranda em Estudos Sociais da América Latina (Universidad Nacional de Córdoba), Mestra em Estudos Latino-americanos (Universidad Nacional Autónoma de México).

O istmo parece esconder-se por trás das selvas e dos vulcões que constituem parte de sua geografia e, principalmente, do imaginário inconsistente que europeus e sul-americanos temos dele.

Não obstante, a narrativa e a poesia centro-americanas gozam de boa saúde. Apesar das dificuldades editoriais que flagelam toda a região – produto do mercantilismo desenfreado da época –, alguns autores transcendem as fronteiras e começam a fazer-se ouvir. Já desde algum tempo e acompanhada por sua fama nos tempos da revolução, a vasta obra do nicaraguense Sergio Ramírez alcança sua maturidade; o guatemalteco Arturo Arias e o autor hondurenho-salvadorenho Horacio Castellanos Moya, antes citados, provocam ódios e amores com seus textos muitas vezes insolentes; os poemas de Ernesto Cardenal atravessam épocas diversas, e a popularidade de Gioconda Belli no exterior é indiscutível.

Os textos centro-americanos apresentam uma característica a meu juízo fundamental: são fortemente atravessados por essa realidade extradiagética que os estruturalistas desejavam suprimir de suas análises; aqui seria muito difícil, ou ao menos empobreceria muito a leitura, pois as obras elegem representar com insistência as violências múltiplas de suas sociedades, as consequências das lutas recentes, da paz não de todo saldada e, em definitivo, de antigos e novos conflitos sociais. Trazem ao leitor a imagem construída, através de diferentes opções estéticas de seu contexto, e se inserem, inclusive, na arena da discussão extraliterária, problematizando noções, tais como identidade, memória histórica e nação. Os textos retomam esses discursos e os amoldam para convertê-los em matéria de ficção, objeto de paródia ou debate alternativo que somente se deve, em última instância, às regras da arte.

A imbricação profunda de texto e contexto (especialmente notória na profusão do gênero novela histórica, na larga trajetória do subgênero testemunhal e nos numerosos híbridos nascidos dos cruzamentos entre aqueles e a ficção mais “pura”) oferece ao leitor latino-americano e universal um caminho para desfazer a apatia e o desconhecimento que mantêm o istmo encerrado em um suposto provincianismo inexpugnável (não privativo deste, por certo, em um subcontinente como o nosso, onde o conhecimento dos vizinhos parece ser notavelmente pobre).

O desafio de começar a conhecer não somente a história, mas a produção cultural da América Central, é nosso. Quiçá a difusão de sua literatura possa servir para começar a reparar a lacuna histórica. E, sem dúvida, para deleitar-nos no caminho.

## EL DESCUBRIMIENTO DE CENTROAMÉRICA A TRAVÉS DE SU LITERATURA

*The discovery of Central America in its literature*

Mercedes Elena Seoane\*

Digo en Europa, a donde me llevó un azar, que estudio Centroamérica; me miran con ojos respetuosos pero asombrados. Intuyo que no saben muy bien de qué región del mundo estoy hablando. Sin embargo, en mi país de origen, Argentina, el conocimiento no es mucho más profundo. Ni en México, tanto más cercano, donde intenté cercar mi objeto de estudio y convertirlo en tesis.

Para colmo, estudio literatura. Fue después de descubrir a un autor centroamericano contemporáneo, Horacio Castellanos Moya. Amor a primera vista (a primera lectura).

La literatura centroamericana entró pocas veces al panteón consagrado por los estudios literarios, los manuales y las reflexiones culturales de nuestro continente. Miguel Ángel Asturias, claro, es el nombre que más representa al istmo y, frecuentemente, el único hijo de esas tierras que logró su lugar en el Gran Canon Latinoamericano. Augusto Monterroso aparece con cierta frecuencia en los programas universitarios y los textos teóricos sobre literatura latinoamericana, pero muchos creen aún que era mexicano. Roque Dalton, infaltable en cualquier estudio sobre el tema, es, sin embargo, bastante desconocido fuera de las fronteras del istmo o de los estudios que reivindicaban un tipo de literatura comprometida, poco atractiva en estos tiempos neoliberales y desalentados.

El istmo parece escondérsenos tras las selvas y los volcanes que constituyen parte de su geografía y, principalmente, del

---

\* Doctoranda em Estudos Sociais da América Latina (Universidade Nacional de Córdoba), Maestría en Estudios Latinoamericanos (Universidad Nacional Autónoma de México).

imaginario endeble que europeos y sudamericanos tenemos de él.

No obstante, la narrativa y poesía centroamericanas gozan de buena salud. A pesar de las dificultades editoriales que azotan a toda la región, producto del mercantilismo desenfrenado de la época, algunos autores trascienden las fronteras y comienzan a hacerse oír. Ya desde hace tiempo, y acompañada por su fama en tiempos de revolución, la vasta obra del nicaragüense Sergio Ramírez alcanza su madurez; el guatemalteco Arturo Arias y el autor hondureño-salvadoreño, Horacio Castellanos Moya, antes citado, provocan odios y amores con sus textos muchas veces insolentes; los poemas de Ernesto Cardenal atraviesan épocas diversas, y la popularidad de Gioconda Belli en el exterior es indiscutible.

Los textos centroamericanos presentan una característica a mi juicio fundamental: son fuertemente atravesados por esa realidad extradiegética que los estructuralistas deseaban suprimir de sus análisis; aquí sería muy difícil, o al menos, empobrecería mucho la lectura, pues las obras eligen re-presentar con insistencia las violencias múltiples de sus sociedades, las consecuencias de las luchas recientes, de la paz no del todo saldada y, en definitiva, de antiguos y nuevos conflictos sociales. Traen al lector la imagen construida, a través de diferentes opciones estéticas, de su contexto, y se insertan incluso en la arena de la discusión extraliteraria, problematizando nociones tales como identidad, memoria histórica y nación. Los textos retoman estos discursos y los moldean para convertirlos en materia de ficción, objeto de parodia o debate alternativo que sólo se debe, en última instancia, a las reglas del arte.

La imbricación profunda de texto y contexto (especialmente notoria en la profusión del género novela histórica, la larga trayectoria del sub-género testimonial y los numerosos híbridos nacidos de los cruces entre aquellos y la ficción más “pura”) ofrecen al lector latinoamericano y universal un camino para desandar la apatía y el desconocimiento que mantienen al istmo encerrado en una supuesta provincialidad inexpugnable (no privativa del mismo, por cierto, en un subcontinente como el nuestro, donde el conocimiento de los vecinos suele ser notablemente pobre).

El desafío de empezar a conocer, no sólo la historia, sino la producción cultural de Centroamérica es nuestro. Quizás la difusión de su literatura pueda servir para comenzar a reparar la brecha histórica. Y, sin dudas, para deleitarnos en el camino.

# A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELO DIREITO À ÁGUA EM EL SALVADOR<sup>1</sup>

*The social movements struggle for the right to water in El Salvador*

Rudis Yilmar Flores Hernandez\*

A água, uma das principais fontes de vida do planeta, segue sendo objeto de discussão e de uma ampla luta dos movimentos sociais. A consagração do acesso à água como um direito humano, bem público e recurso vital continua sendo importante bandeira de luta no século XXI. Esta luta está estreitamente vinculada à implementação de políticas econômicas, comerciais, ambientais e sociais que produzem bens, antepondo seu valor como mercadoria, e com a inserção deste recurso nas políticas impulsionadas pelo modelo neoliberal implementado desde a última década do século XX na maioria de países da América Latina.

Nas inúmeras cúpulas e conferências organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), discute-se amplamente a necessidade do acesso à água, elemento indispensável à existência humana, pela maior parte da população, e considera-se o acesso a este bem como um fator determinante para superar os velhos e endêmicos problemas do capitalismo, como a fome e a pobreza, que impedem uma vida digna. É importante destacar que a maioria dos governos contrários ao discutido nas cúpulas estimulam os processos de privatização dos recursos hídricos pelas corporações multinacionais; e destacar, também, que as pressões do Conselho Mundial da Água, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, que promovem a comercialização da água, fragilizam o direito ao meio ambiente, à saúde, à soberania, à economia e a dignidade dos povos.

---

<sup>1</sup> Tradução de Martha Hirsch.

\* Sociólogo e professor da Universidad de El Salvador, San Miguel, C.A.



Na Declaração de San Salvador pela Defesa e o Direito à Água<sup>2</sup>, de 2003, as organizações e movimentos sociais de vários países da América Latina deixaram registrados o total rechaço aos processos de privatização dos recursos hídricos e serviços públicos nos países da região, assim como a denúncia destes processos financiados e facilitados por corporações multinacionais, organismos financeiros internacionais, organismos multilaterais de comércio e governos nacionais.

No caso de El Salvador, é válido destacar que nos últimos tempos se agrava o tema das águas contaminadas e a pouca existência do líquido potável para abastecer a população salvadorenha. Xenia Marroquín, integrante do *Foro del Agua*, expressa que, ainda que a água seja um bem comum, está sendo explorada com fins lucrativos, o que violentaria o direito humano à água. Por tal razão, exigem do Presidente da República, de maneira particular, que atue e promova, ante a Assembleia Legislativa, que se agilize a aprovação da lei da água.

Um dos movimentos pela reivindicação do direito à água é a *Mesa de Coordinación del Foro del Agua*, que aglutina dezenas de organizações, entre elas: *Asociación Unida por el Agua y la Agricultura*, *Asociación de Consumidores de Ilopango*, *Asociación de Sistemas Autónomos de Agua Potable y Saneamiento*, *Asociación Madre Cria*, *Ase-soría a Programas y Proyectos de Desarrollo*, *Centro para la Defensa del Consumidor*, etc.

Desde 2006, o movimento social elaborou duas versões da proposta de Lei de Águas, junto com os legisladores do partido de esquerda *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional* (FMLN). Entretanto, nenhuma proposta conseguiu o apoio necessário para ser aprovada. A versão atual do projeto de lei foi apresentada pelo Ministério do Meio Ambiente e enfrenta um assalto coordenado. Ao mesmo tempo em que a direita luta por incluir mecanismos de privatização na legislação do referido Ministério, essas mesmas forças estão pressionando para reformar a legislação de privatização conhecida como *Ley de Asocio Público-Privado* (APP), respaldada pelos Estados Unidos, a fim de

---

<sup>2</sup> Este documento foi assinado pelos movimentos sociais e organizações da Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia, Brasil, Peru, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, México, República Dominicana, Canadá e Estados Unidos, como resultado do encontro que ocorreu em San Salvador, entre 21 e 22 de agosto de 2013 (N. da O.).

incluir a administração da água entre os setores públicos abertos aos contratos privados.

Tanto o setor privado salvadorenho, como o governo de EUA, têm interesse em liquidar a legislação que impede a privatização, na medida em que há cerca de 50 projetos de água apresentados como parte do fundo de ajuda ao desenvolvimento da *Corporación del Reto del Milenio* (MCC)<sup>3</sup>, projetos que serão outorgados à empresas privadas. São os mesmos fundos que a Embaixadora dos EUA, Mari Carmen Aponte condiciona à aprovação prévia da Lei APP.

A lei geral de águas proposta pelo Órgão Executivo ao Congresso tem em seu conteúdo medidas para proteger os recursos hídricos do País e uma distribuição de água potável de forma equitativa entre a população, como se lê na iniciativa. Por exemplo, se os deputados a aprovassem, a água seria declarada como um “bem nacional de uso público, inalienável, imprescindível e impenhorável”.

A luta pelo direito à água se desencadeia em diferentes campos, desde o nacional ao internacional, ao político, ao econômico e ao social. O Fórum da Água é uma coalisão que conta com um número grande e diverso de membros entre os movimentos sociais; participam intensamente os comitês comunitários da água, sindicalistas dos serviços públicos da água, organizações da *Mesa Nacional Frente a la Minería Metálica*, grupos de estudantes da Universidade Nacional de El Salvador e uma série de organizações sem fins lucrativos que bloqueiam constantemente o tráfico nas principais vias das cidades, cantando “A água é um direito! Não uma mercadoria!”.

Frente às ameaças de privatização da água, precisa-se de uma legislação que garanta a gestão pública do precioso recurso e, mais importante que nunca, necessita-se de uma lei que promova o direito humano à água e, sobretudo, que evite que o vital líquido fique nas mãos de poucos, de modo que a ANEP, a *Asociación Nacional de Empresas Privadas*, ou as multinacionais não nos roubem nossa água, já que a água deve seguir sendo um bem público.

---

<sup>3</sup> Sobre a influência norte-americana nas tentativas de aprovação das reformas na *Ley de Asocio Público-Privado*, que equivale, em Português, a uma legislação sobre Parcerias Público-Privadas (PPP), <<http://www.cispes.org/blog/us-ambassador-ransoms-aid-for-passage-of-public-private-partnerships-law/>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

## LA LUCHA DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES POR EL DERECHO AL AGUA EN EL SALVADOR

*The social movements struggle for  
the right to water in El Salvador*

Rudis Yilmar Flores Hernandez\*

Una de las principales fuentes de vida en el planeta hoy en día sigue siendo objeto de discusión y de una amplia lucha de los movimientos sociales por el derecho al agua, la consagración como un derecho humano, bien público y recurso vital continua siendo la bandera de lucha en el siglo XXI. Esta lucha está estrechamente vinculada con la implementación de políticas económicas, comerciales, medioambientales, sociales que reducen la posibilidad del acceso, anteponiendo su valor como mercancía y la inserción de este recurso en las políticas privatizadoras impulsadas por el modelo neoliberal implementado desde la última década del siglo XX en la mayoría de países de América Latina.

En las múltiples cumbres y conferencias organizadas por la Organización de las Naciones Unidas (ONU), se discute ampliamente sobre la necesidad del acceso al agua por la mayor parte de la población y se argumenta como un elemento indispensable para la existencia humana el acceso como un factor determinante para superar los viejos y endémicos problemas del capitalismo, como son el hambre, la pobreza que conlleven a tener una vida digna haciendo énfasis en el derecho al agua como fundamental. Sin embargo, es importante destacar que la mayoría de gobiernos contrarios a lo discutido en las cumbres estimulan los procesos de privatización de los recursos hídricos por las corporaciones transnacionales y las presiones del Consejo Mundial del Agua, del Banco Mundial y del Fondo Monetario Internacional, que empujan a la comercialización del agua vulnerando el derecho al medio ambiente, la salud, la soberanía, la economía y la dignidad de los pueblos.

---

\* Sociólogo e profesor de la Universidad de El Salvador, San Miguel, C.A.

En la Declaración de San Salvador por la Defensa y el Derecho al Agua<sup>1</sup>, en el año 2003, las organizaciones y movimientos sociales de varios países de América Latina dejaron constancia del total rechazo a los procesos de privatización de los recursos hídricos y servicios públicos en los países de la región, así como también la denuncia de estos procesos financiados y facilitados por corporaciones transnacionales, organismos financieros internacionales, organismos multilaterales de comercio y los gobiernos nacionales.

En el caso de El Salvador es válido destacar que en los últimos tiempos se agrava el tema de las aguas contaminadas y la poca existencia del líquido potable para abastecer a la población salvadoreña. Xenia Marroquín, integrante del Foro del Agua, expresa que a pesar que el agua es un bien común está siendo explotada con fines lucrativos, lo cual violentaría el derecho humano al agua. Por tal razón le exigen al presidente de la república de manera particular, que incida y promueva ante la Asamblea Legislativa para que se agilicen la aprobación de la ley del agua.

Uno de los movimientos por la reivindicación del derecho al agua es la Mesa de Coordinación del Foro del Agua, que aglutina a casi una veintena de organizaciones entre ellas: Asociación Unida por el Agua y la Agricultura, Asociación de Consumidores de Ilopango, Asociación de Sistemas Autónomos de Agua Potable y Saneamiento, Asociación Madre Cría, Asesoría a Programas y Proyectos de Desarrollo, Centro para la Defensa del Consumidor, etc.

Desde el 2006, el movimiento social ha elaborado dos versiones de la propuesta Ley de Aguas, junto con los legisladores del izquierdista Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN), ninguna de las cuales ha conseguido el apoyo necesario para ser aprobada. La versión actual del proyecto de ley fue presentada por el Ministerio de Medio Ambiente, y se enfrenta a un asalto coordinado. Al mismo tiempo que la derecha lucha por incluir mecanismos de privatización en la legislación de dicho Ministerio, esas mismas fuerzas están presionan-

---

<sup>1</sup> Este documento fue firmado por movimientos sociales y organizaciones de Argentina, Chile, Uruguay, Bolivia, Brasil, Perú, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicaragua, Costa Rica, Panamá, México, República Dominicana, Canadá, y Estados Unidos, como resultado de la reunión que ocurrió en San Salvador, entre el 21 y 22 de agosto de 2013. (N. de la O.)

do para reformar la legislación de privatización, conocida como Ley de Asocio Público–Privado (APP), respaldada por los Estados Unidos, a fin de incluir la administración del agua entre los sectores públicos abiertos a los contratos privados. Tanto el sector privado salvadoreño, como el gobierno de EE.UU. tienen interés en liquidar la legislación que impide la privatización, en la medida en que hay cerca de 50 proyectos de agua presentados como parte del fondo de ayuda al desarrollo de la Corporación del Reto del Milenio (MCC)<sup>2</sup>, proyectos que habrán de ser otorgados a empresas privadas. Son los mismos fondos que la Embajadora de EE.UU., Mari Carmen Aponte condiciona a la aprobación previa de la Ley APP.

La ley general de aguas propuesta por el Órgano Ejecutivo al Congreso tiene en su contenido medidas para proteger los recursos hídricos del país y una distribución del agua potable de forma equitativa entre la población, como se lee en la iniciativa. Por ejemplo, si los diputados lo aprueban, el agua sería declarada como un “bien nacional de uso público, inalienable, imprescriptible e inembargable”.

La lucha por el derecho al agua se libra en diferentes campos, desde el nacional e internacional, político, económico y social. El Foro del Agua es una coalición que cuenta con una vasta y diversa membresía entre los movimientos sociales, participan intensamente los comités comunitarios del agua, sindicalistas de los servicios públicos del agua, organizaciones de la Mesa Nacional Frente a la Minería Metálica, grupos de estudiantes de la Universidad Nacional y una serie de organizaciones sin fines de lucro que bloquean constantemente el tráfico en las principales vías de la ciudades, cantando “¡El agua es un derecho! ¡No es mercancía!”.

Frente a las amenazas de privatización del agua, una legislación que garantice la gestión pública del precioso recurso es más importante que nunca, se necesita una ley que promueva el derecho humano al agua y, sobre todo, que evite el paso a pocas manos de este vital líquido, de modo que la ANEP, la Asociación Nacional de Empresas Privadas o las transnacionales no nos roben nuestra agua, ya que el agua debe seguir siendo un bien público.

<sup>2</sup> A cerca de la influencia norteamericana en los intentos de aprobación de las reformas en la Ley de Asocio Público-Privado, <<http://www.cispes.org/blog/us-ambassador-ransoms-aid-for-passage-of-public-private-partnerships-law/>>. Acceso en: 25 mar. 2015.

## 23 ANOS DE (DES) ACORDOS (ECONÔMICOS) DE PAZ EM EL SALVADOR

### *23 years of Peace (economics) (dis)Agreements in El Salvador*

Saira Johanna Barrera\*

Os Acordos de Paz de El Salvador foram firmados no dia 16 de janeiro de 1992, em Chapultepec, México. Visavam aos seguintes objetivos: (1) pôr fim ao conflito armado pela via política, (2) impulsionar a democratização do País, (3) garantir o irrestrito respeito aos direitos humanos e (4) a reunificação da sociedade salvadorenha. É neste último ponto que aparece o tema econômico-social, já que

[a] reunificação da sociedade salvadorenha em democracia, tem como um dos seus requisitos o desenvolvimento econômico e social sustentado do país. Ao mesmo tempo, a reunificação da sociedade salvadorenha e um crescente grau de coesão social são elementos indispensáveis para aceder ao desenvolvimento (ONUSAL, p. 80).

Ao revisar com maior atenção o conteúdo dos acordos no tema econômico-social, podem-se encontrar as seguintes arestas: (1) o problema agrário; (2) as terras dentro das zonas de conflito; (3) as terras ocupadas; (4) crédito para o setor agropecuário e para as micro e pequenas empresas; (5) medidas para aliviar o custo social dos programas de ajuste estrutural; (6) modalidades para a cooperação externa direta, destinada ao impulso a projetos de assistência e de desenvolvimento das comunidades; (7) criação de um *Foro para la Concertación económica y social* e (8) elaboração de um Plano de reconstrução nacional.

---

\* Professora de Economia na Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (UCA) em El Salvador. Mestranda em Economia pela Universidad Autónoma de México (UNAM).

As medidas numeradas no parágrafo prévio mostram que, no tema econômico, prevaleceram os aspectos vinculados ao processo de *transição* à vida civil e à integração de ex-combatentes à vida econômica, por meio de seu acesso à propriedade sobre a terra. Mesmo com o reconhecimento da importância do desenvolvimento econômico para a reunificação da sociedade, o cumprimento desses acordos tem sido questionado:

A maioria das medidas no tema econômico social ficaram sem ser aplicadas ou com um grau de implementação mínimo. O único resultado substancial do tema econômico-social foi o Programa de Transferência de Terras (PTT), que trouxe benefício para ex-combatentes, ex-soldados e povoadores das zonas conflituosas (CEPAZ, p. 37).

Entre as medidas econômicas que nunca viram a luz, esteve a criação do *Foro para la Concertación económica y social*. Este foro iria constituir um espaço para que o governo, os trabalhadores e os empresários debatessem sobre assuntos econômicos relevantes. Entretanto, o foro nem bem se constituiu, fracassou; e este fracasso “se converteu em um dos melhores exemplos do caráter excludente e da excessiva preferência pela visão empresarial que existe na administração pública” (FESPAD, p.15). Assim, a tentativa de incluir os trabalhadores em um espaço de influência nas decisões econômicas do País não teve sucesso.

Mas esse fracasso não foi casual. A história mostra que a exclusão dos trabalhadores dos espaços de decisão foi necessária no contexto das reformas de ajuste estrutural, que repousavam na piora das condições de contratação e de remuneração dos trabalhadores e na primazia dos interesses do capital nacional e internacional.

A maior ênfase dos acordos de paz foi posta no respeito aos direitos civis e políticos da população, e não na efetivação dos direitos econômicos, sociais e culturais, já que, segundo o pensamento dominante adotado pelo governo e pelos principais centros de pensamento, as necessidades de trabalho e de suficiência do salário para a satisfação das necessidades das famílias seriam resolvidas pelos mecanismos do mercado. Dessa forma, o Estado se desvinculou de suas obrigações no cumprimento desses direitos: “Neste sentido, o descumprimento e a violação dos direitos econômicos, sociais e culturais foi um dado omi-

do da agenda dos acordos de paz, assim como o processo de seguimento aos mesmos” (FESPAD, p. 15).

Portanto, embora seja inegável que uma das razões que impulsionaram a guerra civil em El Salvador tenha sido a miséria nas condições de vida e de trabalho de uma parte majoritária da população, especialmente os camponeses, o aspecto econômico dos acordos de paz foi o maior ausente nas negociações estabelecidas entre o governo e a guerrilha. Isso se deu em razão de a via de desenvolvimento econômico do país não haver sido articulada, bem como de não ter havido oposição que fosse capaz de frear as reformas estruturais que, da mesma forma que em outros países da América Latina, foram implementadas com profundidade e celeridade.

Essas reformas trouxeram ainda mais dificuldades para avançar em um projeto cujo centro estivesse nas pessoas, e não na rentabilidade do capital nacional e internacional. Assim, ainda que os acordos de paz tenham logrado o desarmamento e a participação do FMLN na política do país, os vazios no tema econômico, o caráter autoritário das medidas de ajuste que não acabaram com a estrutura excludente e o fracasso do modelo econômico em termos de crescimento fazem com que agora, vinte e três anos depois, ainda não haja paz e reunificação social em El Salvador.

## REFERÊNCIAS

MISIÓN DE OBSERVADORES DE LAS NACIONES UNIDAS EN EL SALVADOR (ONUSAL). *Acuerdos de El Salvador: En el camino de la paz*. Editorial Arcoiris, El Salvador, 2005.

CENTRO DE PAZ (CEPAZ). *A 10 años de los Acuerdos de Paz de El Salvador*. Colección de Estudios de Paz, El Salvador, 2002.

FUNDACIÓN DE ESTUDIOS PARA LA APLICACIÓN DEL DERECHO (FESPAD). *Cumplimiento y vigencia de los Derechos Económicos, Sociales y Culturales en El Salvador*. FESPAD Ediciones, El Salvador, 2003.



## 23 AÑOS DE (DES) ACUERDOS (ECONÓMICOS) DE PAZ EN EL SALVADOR<sup>1</sup>

### *23 years of Peace (economics) (dis)Agreements in El Salvador*

Saira Johanna Barrera\*

Los Acuerdos de Paz en El Salvador se firmaron el día 16 de enero de 1992 en Chapultepec, México. Buscaban los siguientes objetivos: (1) terminar con el conflicto armado por la vía política, (2) impulsar la democratización del país, (3) garantizar el irrestricto respeto de los derechos humanos y (4) la reunificación de la sociedad salvadoreña. Es en este último punto que aparece el tema económico-social, ya que

[la] reunificación de la sociedad salvadoreña en democracia tiene como uno de sus requisitos el desarrollo económico y social sustentable del país. Al mismo tiempo, la reunificación de la sociedad salvadoreña y un creciente grado de cohesión social son elementos indispensables para acceder al desarrollo (ONUSAL, p. 80)<sup>2</sup>.

Al revisar con más atención el contenido de los acuerdos en el tema económico-social, se pueden encontrar las siguientes cuestiones: (1) el problema agrario; (2) las tierras dentro de las zonas de conflicto; (3) las tierras ocupadas; (4) crédito para el sector agropecuario y para las micro y pequeñas empresas; (5) medidas para aliviar el costo social de los programas de ajuste salarial; (6) modalidades para la cooperación externa directa destinada al impulso de proyectos para asistencia y desarrollo de las comunidades; (7) creación de un *Foro para la Concertación económica y social* y (8) elaboración de un Plan de Reconstrucción Nacional.

Las medidas numeradas en el párrafo previo muestran que, en el ámbito económico, prevalecieron los aspectos vinculados al

<sup>1</sup> Traducción de Flávia Farias de Oliveira.

\* Profesora de Economía en la Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (UCA) en El Salvador. Maestría en Economía en la Universidad Autónoma de México (UNAM).

<sup>2</sup> Traducción nuestra.

proceso de *transición* hacia la vida civil y a la integración de ex combatientes a la vida económica, por medio de su acceso a la propiedad sobre la tierra. A pesar del reconocimiento de la importancia del desarrollo económico para la reunificación de la sociedad, el cumplimiento de esos acuerdos han sido cuestionados:

la mayoría de las medidas en el tema económico-social no se aplicaron o fueron mínimamente implementadas. El único resultado significativo del tema económico-social fue el Programa de Transferencia de Tierras (PTT) que trajo beneficio para ex combatientes, ex soldados y habitantes de las zonas en conflicto (CEPAZ, p. 37)<sup>3</sup>.

Entre las medidas económicas que nunca vieron la luz, estuvo la creación del *Foro para la Concertación Económica y Social*. Este foro iba a constituir un espacio para que el gobierno, los trabajadores y los empresarios debatieran sobre asuntos económicos relevantes. Sin embargo, el foro apenas se constituyó, fracasó; y ese fracaso “se convirtió en uno de los mejores ejemplos del carácter excluyente y de la excesiva preferencia por la visión empresarial que existe en la administración pública” (FESFAD, p. 15)<sup>4</sup>. Así, el intento de incluir a los trabajadores en un espacio de influencia en las decisiones económicas del país no tuvo éxito.

Pero ese fracaso no ocurrió por casualidad. La historia muestra que la exclusión de los trabajadores de los espacios de decisión fue necesaria en el contexto de las reformas de ajuste estructural, que reposaban en el empeoramiento de las condiciones de contratación y de remuneración de los trabajadores y en la primacía de los intereses del capital nacional e internacional.

El principal énfasis de los Acuerdos de Paz incide en el respeto a los derechos civiles y políticos de la población, y no en la efectua-ción de los derechos económicos, sociales y culturales ya que, según el pensamiento dominante adoptado por el Gobierno y por los principales centros de pensamiento, las necesidades de trabajo y suficiencia del salario para la satisfacción de las necesidades de las familias serían resueltas por los mecanismos del mercado. De esa forma, el Estado se

<sup>3</sup> Traducción nuestra.

<sup>4</sup> Traducción nuestra.

desvinculó de sus obligaciones en el cumplimiento de esos derechos: “En este sentido, el incumplimiento y la violación de los derechos económicos, sociales y culturales fue un dato omitido de la agenda de los Acuerdos de Paz, así como el proceso de seguimiento de los mismos” (FESPAD, p. 15)<sup>5</sup>.

Por lo tanto, aunque sea innegable que una de las razones que impulsaron la guerra civil en El Salvador fue la miseria en las condiciones de vida y de trabajo de una parte mayoritaria de la población, especialmente de los campesinos, el aspecto económico de los Acuerdos de Paz fue el más ausente en las negociaciones establecidas entre el Gobierno y la guerrilla. Eso ocurrió porque no se articuló la vía de desarrollo económico del país, así como tampoco hubo oposición capaz de frenar las reformas estructurales que, de la misma forma que en otros países de América Latina, se implementaron con profundidad y celeridad.

Esas reformas trajeron aún más dificultad para avanzar en un proyecto cuya centralidad estuviera en las personas, y no en la rentabilidad del capital nacional e internacional. Así, aunque los acuerdos de paz hayan logrado el desarme y la participación del FMLN en la política del país, los vacíos en el tema económico, el carácter autoritario de las medidas de ajuste, que no acabaron con la estructura excluyente, y el fracaso del modelo económico en términos de crecimiento hacen que ahora, veintitrés años después, aún no haya paz y reunificación social en El Salvador.

## REFERENCIAS

MISIÓN DE OBSERVADORES DE LAS NACIONES UNIDAS EN EL SALVADOR (ONUSAL). *Acuerdos de El Salvador: En el camino de la paz*. Editorial Arcoiris, El Salvador, 2005.

CENTRO DE PAZ (CEPAZ). *A 10 años de los Acuerdos de Paz de El Salvador*. Colección de Estudios de Paz, El Salvador, 2002.

FUNDACIÓN DE ESTUDIOS PARA LA APLICACIÓN DEL DERECHO (FESPAD). *Cumplimiento y vigencia de los Derechos Económicos, Sociales y Culturales en El Salvador*. FESPAD Ediciones, El Salvador, 2003.

---

<sup>5</sup> Traducción nuestra.

## **DIVERSIFICAÇÃO DE ATORES EMPRESARIAIS: acumulação econômica e acomodação política<sup>1</sup>**

*THE BUSINESS ACTORS' DIVERSITY:  
economic accumulation and political accommodation*

Álvaro Calix

Os grupos empresariais centro-americanos têm se diversificado e, em alguns casos, têm se internacionalizado. A arena econômico-empresarial é uma das áreas em que o surgimento de novos atores coloca à prova os velhos equilíbrios políticos e econômicos. De modo geral, constata-se que os principais grupos, de maneira direta ou indireta, derivam-se das velhas oligarquias latifundiárias. De fato, mais do que seu desaparecimento, o que aconteceu foi que essas oligarquias se transformaram e se mesclaram em uma densa bifurcação com a entrada de novos grupos – migrantes extra-regionais, empresas transnacionais, empresários que vieram de classes médias urbanas. As redes empresariais, em geral, sabem como manter a coesão para defender a orientação geral do mercado, mas se distinguem, sobretudo, no nível de abertura das economias e no interesse por monopolizar os novos eixos de acumulação.

Podem-se identificar cinco fatores na base da diversificação empresarial das últimas três décadas:

- As mudanças jurídico-institucionais nos níveis nacional, regional e global que favoreceram a abertura comercial e a atração de investimento estrangeiro para a América Central;
- A expansão dos montantes que se destinam ao setor terciário da economia, como resultado de alguns outros fatores, entre eles: a) avanços tecnológicos; b) ajustes no marco legal; c) posição privilegiada do Istmo para atividades de transporte e logística;

---

<sup>1</sup> Tradução de Juliana Vitorino.

- d) os fluxos de remessas que aumentaram o consumo interno;
- e) a incursão de capital ilícito nos novos circuitos de negócios;
- Os incentivos e a rentabilidade – em combinação com uma regulação ambiental frouxa – para projetos extrativos (minerais), monocultivos (como a palma africana e o abacaxi) e os projetos hidroelétricos e de outras fontes renováveis;
- A ampliação de nichos de acumulação como produto da diminuição do Estado na área econômica e na provisão de serviços públicos;
- A regionalização de vários grupos econômicos *vis a vis* a uma maior penetração de empresas transnacionais na região centro-americana.

Quanto maior a quantidade de interesses econômicos, maior, também, o esforço na busca de excedentes. E esforço tão grande, pode-se dizer, não existiu em nenhum outro período da história centro-americana – o que gerou um dinamismo econômico sem precedentes, embora persistindo na tendência a concentrar notavelmente os benefícios. Exatamente por essa concentração de oportunidades de inserção nos novos nichos produtivos é que tal expansão também significou uma concentração da riqueza em uma porcentagem reduzida da população, assim como também ameaças de despejo para as populações assentadas em (ou próximas a) recursos naturais que passaram a ser extremamente requeridos por investidores.

Por outro lado, a diversificação de atores econômicos também criou um desafio ao sistema de partidos na maioria dos países centro-americanos. Nas décadas passadas, os escassos grupos empresariais ajustavam bem suas pretensões de dominar as decisões políticas mediante controle de um reduzido número de forças partidárias. Ou mediante acordos básicos com governos ditatoriais, sobretudo, os de corte militar. Essa situação mudou e, em vários países, a existência de vários partidos – LIDER, na Guatemala; GANA, em El Salvador; *Cambio Democrático*, no Panamá; *Movimiento Libertario*, na Costa Rica – se deve ao surgimento de grupos econômicos que buscam maior autonomia em relação aos grupos tradicionais. No caso nicaraguense, chama a atenção como um partido político de tradição revolucionária – a FLMN – cada vez mais adquire conotações de um partido a serviço de um empresariado criado por Daniel Ortega.

No que tange à defesa dos interesses de grupo, até princípios do século XXI, os grêmios empresariais tinham desempenhado um papel preponderante como espaços de incidência e concertação com governos e outros atores. No entanto, a diversificação e as tensões entre os atores econômicos, e, sobretudo, a propensão de alguns destes a regionalizarem-se e a internacionalizarem-se, provocaram uma perda de centralidade dessas entidades – confinadas mais a lutas ideológicas e simbólicas ou a assuntos nacionais. No lugar de apelar a essas instâncias, os grupos mais pujantes e poderosos, normalmente regionalizados ou integrados a transnacionais, preferiram incidir diretamente nos governos, através do chamado direito de *picaporte*<sup>2</sup>.

As diferenças e contradições secundárias desses grupos econômicos não devem ser vistas como uma debilidade profunda que permitiria propriamente a acumulação de forças de setores subalternos. O certo é que os grupos econômicos possuem, em geral, a capacidade de colocarem-se de acordo em uma agenda básica quando veem que seus interesses estão seriamente ameaçados por poderes emergentes da base popular. Esta é uma questão que não deve passar despercebida na hora de criar estratégias de luta contra-hegemônica em qualquer país centro-americano.

---

<sup>2</sup> A expressão refere-se à facilitação para conseguir reuniões com funcionários de alto escalão ou com influência política. (N. da T.)

## **DIVERSIFICACIÓN DE ACTORES EMPRESARIALES: acumulación económica y acomodamientos políticos**

### *THE BUSINESS ACTORS' DIVERSITY: economic accumulation and political accommodation*

Álvaro Calix

Los grupos empresariales centroamericanos se han diversificado y, en algunos casos, internacionalizado. La arena económico-empresarial es una de las áreas en la que la emergencia de actores pone en prueba los viejos equilibrios políticos y económicos. En todo caso se constata que los principales grupos de manera directa o indirecta se derivan de las vias oligarquías terratenientes. En efecto, más que su extinción, lo que se ha pasado es que se han transformado y mezclado en una densa bifurcación, con la entrada también de nuevos grupos – migrantes extra regionales, empresas transnacionales, empresarios que surgieron de las clases medias urbanas. Las redes empresariales en general saben mantener la cohesión para defender la orientación general de mercado, pero difieren sobre todo en el nivel de apertura de las economías y en el interés por hegemonizar los nuevos ejes de acumulación.

Cinco factores se identifican a la base de la diversificación empresarial de las últimas tres décadas:

- Los cambios jurídico-institucionales a nivel nacional, regional y global que favorecieron la apertura comercial y la atracción de la inversión extranjera a Centroamérica.
- La expansión de los rubros orientados al sector terciario de la economía, como resultado de factores entre los que destacan: a) los avances tecnológicos, b) los ajustes al marco legal, c) la posición privilegiada del istmo para actividades de transporte y logística, d) los flujos de remesas que han aumentado el consumo interno, y e) la incursión de capitales ilícitos en los nuevos circuitos de negocios.

- Los incentivos y rentabilidad – en combinación con una laxa regulación ambiental- para proyectos extractivos (minerales), monocultivos (como la palma africana y la piña) y proyectos hidroeléctricos y de otras fuentes renovables).
- La ampliación de nichos de acumulación como producto del achicamiento del Estado en el área económica y en la provisión de servicios públicos.
- La regionalización de varios grupos económicos *vis a vis* con una mayor penetración de empresas trasnacionales en la región centroamericana.

La mayor cantidad de intereses económicos supone una múltiple búsqueda de excedentes como en ningún otro periodo de la historia centroamericana, generando un dinamismo económico sin precedentes, pero persistiendo la tendencia a concentrar notablemente los beneficios. Justamente debido a la concentración de las oportunidades para incursionar en los nuevos nichos productivos, tal expansión también ha significado una concentración de la riqueza en un porcentaje reducido de la población, así como amenazas de despojo territorial para las poblaciones asentadas sobre recursos naturales de pronto muy apetecidos por los inversionistas.

Por otra parte, la diversificación de actores económicos ha planteado también un desafío a los sistemas de partidos en la mayoría de países centroamericanos. En décadas pasadas, los escasos grupos empresariales ajustaban bien sus pretensiones de dominar las decisiones políticas mediante el control de un reducido número de fuerzas partidarias, o bien mediante acuerdos básicos con gobiernos dictatoriales, sobre todo de índole militar. Esa situación ha cambiado, y en varios países – Guatemala (LIDER), El Salvador (GANA), Panamá (CAMBIO DEMOCRATICO), Costa Rica (MOVIMIENTO LIBERTARIO) – la existencia de nuevos partidos se debe a la emergencia de grupos económicos que buscan mayor autonomía respecto a los grupos tradicionales. En el caso nicaragüense llama la atención como un partido político de tradición revolucionaria – el FMLN – cada vez adquiere las connotaciones de un partido al servicio del nodo empresarial creado por Daniel Ortega.

En lo que atañe a la defensa de los intereses de grupo, hasta principios del siglo XXI, las cámaras empresariales habían jugado un



papel preponderante como espacios de incidencia y concertación con los gobiernos y otros actores. No obstante, la diversificación y tensiones entre actores económicos, pero sobre todo la propensión de algunos a regionalizarse y a internacionalizarse, ha provocado la pérdida de centralidad de estas entidades – confinadas más a luchas ideológicas y simbólicas o a asuntos nacionales. En lugar de apelar a estas instancias, los grupos más pujantes y poderosos, normalmente regionalizados o integrados con las transnacionales, prefieren incidir directamente en los gobiernos, mediante el llamado derecho de *picaporte*.

Ahora bien, las diferencias y contradicciones secundarias de estos grupos económicos no deben tomarse como una debilidad profunda que permitiría *per se* la acumulación de fuerzas de sectores subalternos. Lo cierto es que los grupos económicos poseen, en general, la capacidad para ponerse de acuerdo en una agenda básica cuando ven sus intereses seriamente amenazados por poderes emergentes de base popular. Esta es una cuestión que no se debe pasarse por alto a la hora de fijar estrategias de lucha contra hegemónica en cualquier país centroamericano.

## **POBREZA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: o que ocorre na América Central?<sup>1</sup>**

### *POVERTY AND CLIMATE CHANGE: What is going on in Central America?*

Andrés Mora Ramírez

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, pela sua sigla em Inglês) apresentou ao final de 2014, em Copenhague, uma síntese dos resultados do Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. O comunicado oficial<sup>2</sup> do IPCC inicia com uma advertência que deveria chamar à reflexão e à ação os governos, os movimentos sociais e os povos do mundo, especialmente dos países mais pobres: “A influência humana no sistema climático é clara e vem aumentando, e seus impactos se observam em todos continentes. Se não for colocado um freio, as mudanças climáticas farão com que se aumente a probabilidade de impactos graves, generalizados e irreversíveis nas pessoas e nos ecossistemas”<sup>3</sup>.

De acordo com especialistas, os riscos associados a esse fenômeno global “são particularmente problemáticos para países menos avançados e comunidades vulneráveis”<sup>4</sup>, que dispõem de menos recursos econômicos e infraestrutura para buscar soluções, e que, paradoxalmente, são os grupos humanos que menos contribuem com as emissões de gases de efeito estufa, em comparação com os países de economias industrializadas.

“As pessoas marginalizadas nos âmbitos social, econômico, cultural, político, institucional, entre outros, são especialmente vulneráveis

---

<sup>1</sup> Tradução de Lucas S. Matter.

<sup>2</sup> A integralidade do comunicado está disponível em: <[http://www.ipcc.ch/pdf/ar5/prpc\\_syr/11022014\\_syr\\_copenhagen\\_es.pdf](http://www.ipcc.ch/pdf/ar5/prpc_syr/11022014_syr_copenhagen_es.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2015.

<sup>3</sup> Tradução nossa.

<sup>4</sup> Tradução nossa.

às mudanças climáticas”<sup>5</sup>, conclui o IPCC. Um chamado de alerta para uma região como a América Central, na qual quase 48% de sua população vivem em condição de pobreza.

Precisamente, um recente relatório do Escritório da ONU para a Redução de Riscos de Desastres<sup>6</sup> qualifica a América Central como “uma zona de multiameaças”, pelo impacto combinado de fenômenos ambientais e fatores vinculados aos padrões historicamente dominantes do (mau) desenvolvimento e da cultura ambiental (as relações entre a natureza e sociedade) na região. O documento identifica, por exemplo, a elevada frequência de eventos de origem meteorológica, “a pobreza, infraestruturas insuficientes ou projetadas sem levar em consideração o impacto de ameaças naturais, de uma ocupação e do uso do território que transgredem normas básicas de ordenamento urbano e de uma pressão excessiva para o uso intensivo dos recursos naturais”<sup>7</sup> como os principais “fatores subjacentes de risco” das mudanças climáticas. De acordo com o documento, 95% da população de El Salvador estão “expostos ao risco” por desastres naturais; na Guatemala 92% da sua população, na Costa Rica 85%, na Nicarágua 69% e em Honduras 56%.

Esse diagnóstico coincide com o que, utilizando outra perspectiva de análise, apresentou a CEPAL em 2012, em seu relatório *La economía del cambio climático en Centroamérica*<sup>8</sup>. Neste estudo, foram estabelecidos cenários prospectivos críticos a partir de quatro variáveis: aumento da população e maior demanda de água para consumo humano, produção agropecuária e segurança alimentar, biodiversidade, e pobreza e saúde.

Segundo a CEPAL, na hipótese de se continuarem as tendências atuais das mudanças climáticas no mundo, e as tendências socioeconômicas e ambientais na América Central, nos próximos anos enfrentaríamos um aumento na demanda de recurso hídrico de até 300%, em 2050, o que no cenário mais pessimista equivaleria a um índice do uso de água de mais de 370% (em nível internacional, considera-se que 20% é uma situação de estresse hídrico), e seriam criadas condições

<sup>5</sup> Tradução nossa.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.info-gir.org/documentos/rar/#/1/zoomed>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

<sup>7</sup> Tradução nossa.

<sup>8</sup> Disponível em: <[http://www.cepal.org/mexico/cambioclimatico/documentos/sintesis\\_2012baja.pdf](http://www.cepal.org/mexico/cambioclimatico/documentos/sintesis_2012baja.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2015.

“similares ao que acontece atualmente no Egito e em alguns países da península árabe”<sup>9</sup>.

No setor agropecuário e agroindustrial, que representa 18% do PIB centro-americano, as mudanças climáticas poderiam provocar um decréscimo dramático da produção de milho, feijão e arroz, o que afetaria “a segurança alimentar dos produtores rurais – ao reduzir a produção de alimentos – e o acesso direto a estes, além de aumentar os preços e/ou a escassez desses alimentos para os consumidores, a depender das possibilidades de importações compensatórias”<sup>10</sup>.

A diversidade biológica centro-americana, que atualmente representa 7% da biodiversidade mundial, também sofreria consequências: produto das mudanças climáticas, o Índice de Biodiversidade Potencial, ao final do século XXI, diminuiria entre 33% e 58% nas situações ou cenários mais extremos, e os países mais afetados seriam – nesta ordem – Guatemala, Nicarágua, El Salvador e Honduras.

Finalmente, o relatório da CEPAL assinala que a explosiva combinação de fatores como a pobreza – que afeta cerca de 41 milhões de centro-americanos – e as deficientes condições de serviços de saúde e saneamento básico para a população, “fazem vulnerável a população às mudanças climáticas, uma vez que algumas doenças estão associadas à pobreza, como a malária e a dengue”<sup>11</sup>, assim como aos efeitos diretos e indiretos ocasionados por inundações, destruição de plantações e realocação de comunidades em condições precárias.

Há vários anos, os governos vêm articulando políticas e ações concretas de alcance regional, através do Sistema de Integração Centro-americana (SICA). Se, por um lado, são esforços louváveis e necessários, o certo é que praticamente todos os relatórios reconhecem que nossos países não estão fazendo o suficiente para enfrentar as mudanças climáticas: em parte, por razões políticas, e, em parte, por razões estruturais. Como bem disse o estudo da CEPAL, “o padrão geral de desenvolvimento e os problemas na gestão de risco criaram um círculo vicioso de empobrecimento humano e degradação ambiental, que se complicará ainda mais com o avanço das mudanças climáticas”<sup>12</sup>. Eis o fundo complexo e problemático do assunto.

<sup>9</sup> Tradução nossa.

<sup>10</sup> Tradução nossa.

<sup>11</sup> Tradução nossa.

<sup>12</sup> Tradução nossa.

Como colocamos em outro momento, o que é necessário para quebrar esse círculo vicioso, o do *mau-desenvolvimento*, é uma mudança radical na cultura ambiental e econômica, em nosso modo de conceber o “desenvolvimento” e em nossa relação com o meio ambiente, regida durante séculos pela pretensão do domínio humano sobre a natureza, por sua exploração irracional com ânsia de lucro, pela subordinação das decisões ao cálculo do lucro, e pela sistemática deslegitimação de propostas e alternativas ao modelo dominante por considerar que se opõem ao progresso.

Infelizmente, o tempo nos está ganhando a partida.

## **POBREZA Y CAMBIO CLIMÁTICO: ¿qué pasa en Centroamérica?**

### *POVERTY AND CLIMATE CHANGE: What is going on in Central America?*

Andrés Mora Ramírez

El Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático (IPCC, por sus siglas en inglés) presentó al final de 2014, en Copenhague, una síntesis de los principales hallazgos del Quinto Informe de Evaluación del Cambio Climático. El comunicado oficial del IPCC<sup>1</sup> inicia con una advertencia que debería llamar a la reflexión y la acción a los gobiernos, movimientos sociales y los pueblos del mundo, especialmente de los países más pobres: “La influencia humana en el sistema climático es clara y va en aumento, y sus impactos se observan en todos los continentes. Si no se le pone freno, el cambio climático hará que aumente la probabilidad de impactos graves, generalizados e irreversibles en las personas y los ecosistemas”.

De acuerdo con los expertos, los riesgos asociados a este fenómeno global “son particularmente problemáticos para los países menos adelantados y las comunidades vulnerables”, que disponen de menos recursos económicos y de infraestructura para buscar soluciones, y paradójicamente, son los grupos humanos que menos contribuyen a las emisiones de gases de efecto invernadero, en comparación con los países de economías industrializadas. “Las personas marginadas en los ámbitos social, económico, cultural, político, institucional u otro son especialmente vulnerables al cambio climático”, concluye el IPCC. Un llamado de alerta para una región como Centroamérica, en la que casi el 48% de su población vive en condición de pobreza.

---

<sup>1</sup> La integralidad del comunicado está disponible en: < [http://www.ipcc.ch/pdf/ar5/prpc\\_syr/11022014\\_syr\\_copenhagen\\_es.pdf](http://www.ipcc.ch/pdf/ar5/prpc_syr/11022014_syr_copenhagen_es.pdf)>. Acceso en: 15 mar. 2015.

Precisamente, un reciente informe de la Oficina de la ONU para la Reducción del Riesgo de Desastres<sup>2</sup> califica a Centroamérica como “una zona de multiamenazas” por el impacto combinado de los fenómenos ambientales y de factores vinculados a los patrones históricamente dominantes del (mal) desarrollo y a la cultura ambiental (las relaciones entre naturaleza y sociedad) de la región. Así, por ejemplo, el documento identifica la elevada frecuencia de eventos de origen meteorológico, “la pobreza, infraestructuras insuficientes o diseñadas sin considerar el impacto de las amenazas naturales, de una ocupación y uso del territorio que transgrede normas básicas de ordenamiento urbano y de una presión excesiva para el uso intensivo de los recursos naturales” como los principales “factores subyacentes del riesgo” del cambio climático. De acuerdo con el documento, el 95% de la población de El Salvador está “expuesta al riesgo” por desastres naturales, en Guatemala un 92% de su población, en Costa Rica el 85%, en Nicaragua el 69 % y en Honduras el 56 %.

Este diagnóstico coincide con el que, desde otra perspectiva de análisis, presentó la CEPAL en el año 2012, en su informe *La economía del cambio climático en Centroamérica*<sup>3</sup>. En dicho estudio, se establecieron escenarios prospectivos críticos a partir de cuatro variables: aumento de la población y mayor demanda de agua para consumo humano, producción agropecuaria y seguridad alimentaria, biodiversidad, y pobreza y salud.

Según CEPAL, de continuar las tendencias actuales del cambio climático en el mundo, y las tendencias socioeconómicas y ambientales en Centroamérica, en los próximos años nos enfrentaríamos a un aumento de la demanda del recurso hídrico de hasta el 300% en el año 2050, lo que, en el escenario más pesimista, equivaldría un índice de uso del agua de más de 370% (a nivel internacional, se considera que un 20% ya supone una situación de estrés hídrico), y crearía condiciones “similares a lo que sucede en la actualidad en Egipto y algunos países de la península arábiga”.

En el sector agropecuario y agroindustrial, que representan el 18% del PIB centroamericano, el cambio climático podría provocar un decrecimiento dramático de la producción de maíz, frijol y arroz, lo que afectaría “la seguridad alimentaria de los productores rurales al redu-

<sup>2</sup> Disponible en: <<http://www.info-gir.org/documentos/rar/#/1/zoomed>>. Acceso em: 15 mar. 2015.

<sup>3</sup> Disponible en: <[http://www.cepal.org/mexico/cambioclimatico/documentos/sintesis\\_2012baja.pdf](http://www.cepal.org/mexico/cambioclimatico/documentos/sintesis_2012baja.pdf)>. Acceso em: 15 mar. 2015.

cir la producción de alimentos y el acceso directo a ellos, además de aumentar los precios y/o la escasez para los consumidores, según las posibilidades de importaciones compensatorias”.

La diversidad biológica centroamericana, que actualmente representa el 7% de la biodiversidad mundial, también sufriría las consecuencias: producto del cambio climático, el Índice de Biodiversidad Potencial, a finales del siglo XXI, disminuiría entre un 33% y 58% en las situaciones o escenarios más extremos, y los países más afectados serían – en su orden – Guatemala, Nicaragua, El Salvador y Honduras.

Finalmente, el informe de CEPAL señala que la explosiva combinación de factores como la pobreza – que afecta a cerca de 41 millones de centroamericanos- y las deficientes condiciones de servicios de salud y saneamiento básico para la población, “hacen vulnerable a la población al cambio climático ya que algunas enfermedades asociadas a la pobreza, como malaria y dengue”, así como a los efectos directos e indirectos ocasionados por inundaciones, destrucción de cultivos y reubicación de comunidades en condiciones no aptas.

Desde hace varios años, los gobiernos vienen articulando políticas y acciones concretas de alcance regional, a través del Sistema de Integración Centroamericana. Si bien son esfuerzos loables y necesarios, lo cierto es que prácticamente todos los informes reconocen que nuestros países no están haciendo lo suficiente para enfrentar el cambio climático: en parte, por razones políticas, y en parte, por razones estructurales. Como bien lo dice el estudio de la CEPAL, “el patrón general de desarrollo y las debilidades de gestión del riesgo han creado un círculo vicioso de empobrecimiento humano y degradación ambiental, lo que se complicará aún más con el avance del cambio climático”. He ahí el fondo complejo y problemático del asunto.

Como hemos planteado en otro momento, lo que se requiere para romper ese círculo vicioso, el del *mal desarrollo*, es un cambio radical en la cultura ambiental y económica, en nuestro modo de concebir el “desarrollo” y nuestra relación con el medio ambiente, regida durante siglos por la pretensión del dominio humano sobre la naturaleza, su explotación irracional con afán de lucro, la subordinación de las decisiones al cálculo de utilidades, y la sistemática deslegitimación de las propuestas o alternativas al modelo dominante por considerar que se oponen al progreso.

Por desgracia, el tiempo nos está ganando la partida.



## UMA OLHADA NO CINEMA FEITO NA GUATEMALA – o espelho, a cultura formativa e identidade<sup>1</sup>

*A glimpse to the Guatemalan cinema – the mirror, formative  
culture and identity*

Arno Argueta

Em março de 2008, a AGA Cine, a associação guatemalteca de audiovisual e cinematografia, publicou um curta comercial intitulado *Corto Ley de Cine I*, no *Youtube*. Neste curta, um personagem cineasta diz: “é bom que haja cinema, para que as presentes e futuras gerações saibam como somos, como falamos, como nos vemos, o que se entende, a essência do *chapín*<sup>2</sup>... o cinema é a memória audiovisual do povo”. A respeito da lei do cinema, o personagem *amigo* responde: “vai saber quanto tempo esta baboseira ficará engavetada”. Seis anos mais tarde, a Guatemala, após ter sido convidada para o programa Ibermídia (fundo internacional de apoio ao cinema) foi dispensada por não pagar as cotas anuais, e a lei do cinema ainda não é uma realidade. Contudo, cineastas guatemaltecos continuam apoiando e impulsionando dita proposta.

Segundo o jornal *El Periódico*, “a partir de 2008 se produzem de seis a oito filmes anuais e a cada ano se recebe pelo menos um reconhecimento” (Castillo); nos anos 2010 e 2012, chegaram a produções em cifras dobradas e estas foram mais do que premiadas nacional e internacionalmente. Em razão disso, para cineastas e jornalistas, “o cinema se torna uma via de desenvolvimento quando, mais que uma indústria, é um espelho para uma nação que é ambiente de cultura e mudança”

<sup>1</sup> Tradução de Wenerton Ferreira.

<sup>2</sup> Embora não exista uma definição exata do sentido do termo no contexto cultural guatemalteco, e tampouco sobre sua origem (apesar de ser o substantivo utilizado para designar um tipo de sandálias utilizado pela população indígena à época da colonização, cuja composição e desenho eram peculiares), ainda guarda certo ar pejorativo para designar o habitante guatemalteco urbano e rude, como traço de mestiçagem. (N. da O.)

(Castillo) e, contudo, toda esta suposta cultura e este suposto reflexo representado na tela do cinema, parecem tão virtuais como a imagem refletida pelo espelho mais simplista e banal.

Visualizando vídeo após vídeo sobre o cinema feito na Guatemala, a metáfora do cinema como espelho aponta uma das razões pelas quais, apesar do crescimento desta indústria, não existe um apoio institucional ou cidadão.

Pensar no cinema como espelho é pensá-lo como o meio através do qual o povo guatemalteco possa ver seu reflexo. Mas, até agora, este é um reflexo passivo. É ver-se e reconhecer-se sem que tenha abotoado a camisa ou penteado o cabelo. Esta concepção de cinema ignora a capacidade criadora do olhar. Em *O estúdio do espelho*, Lacan indica que:

[...] o controle - uma vez adquirido - da inanidade da imagem, logo repercute, na criança, uma série de gestos em que ela experimenta ludicamente a relação dos movimentos assumidos pela imagem com seu meio refletido, e desse complexo virtual com a realidade que ele reduplica, isto é, com seu próprio corpo e com as pessoas, ou seja, os objetos que estejam em suas imediações (Lacan, 1949, p. 66)<sup>3</sup>.

Para Lacan, o estado de espelho produz uma transformação em que o sujeito reconhece e se autodefine ao reconhecer-se. Ao ver-se refletido, o agora sujeito estabelece uma relação entre o reflexo reconhecido e seus arredores. Todd McGowan (2008) explica que “a teoria lacaniana tradicional do cinema entende o olhar como aparece no estado de espelho e como funciona no processo de interpelação ideológica. Sendo assim, o olhar representa um ponto de identificação, uma operação ideológica em que o espectador se inverte na imagem fílmica” (McGowan, 2008, p. 30)<sup>4</sup>. Segundo a teoria tradicional lacaniana do cinema, o instante de auto-reconhecimento frente ao espelho, neste caso, frente ao cinema, cria o sujeito no instante que este se vê refletido.

Segundo essa concepção, é no momento de reconhecer-se, quando se rompe a visão narcisista do sujeito-olhar e quando se cria uma relação alienante com seu meio ambiente. Mas o processo é duplo – o su-

<sup>3</sup> A passagem correspondente à versão lacaniana em Espanhol de *O Estúdio do Espelho* foi retirada de uma publicação brasileira autorizada de tais escritos. (N. da O.)

<sup>4</sup> Tradução nossa.

jeito não somente estabelece sua relação de poder com o seu ambiente, subjugando sua definição do eu a este espaço, mas também obtém poder ao definir esse espaço. Quando o cinema se reconhece apenas como reflexo da realidade guatemalteca e como registro visual do presente, ignora o processo de agenciamento do qual é parte. Ao admitir-se somente como espelho que reflete e não como espelho que forma a identidade, o cinema se despoja de sua capacidade de apoderar o guatemalteco como ente político, social e cultural.

Com isto não quero dizer que o cinema tem que ser um cinema político e que se não o for, não tem repercussão o valor. Isto equivaleria a asseverar erroneamente que o cinema de ficção é inferior ao documentário. Refiro-me a que mesmo os filmes que se dizem apolíticos têm um valor político simplesmente por existir sem apoio financeiro de um Estado que parece querer sua demissão. Tomemos o filme *Las Marimbas del Inferno*, de Júlio Hernández. Neste longa-metragem, um metaleiro e um marimbista tentam e falam em criar uma banda fusão de marimba-metal. Ainda que o filme tenha recebido uma grande quantidade de prêmios internacionais, na Guatemala este foi recebido com hesitação, exatamente como o projeto de marimba-metal foi recebido dentro da película.

Por que o guatemalteco responde dessa forma frente à produção nacional?

Responder a esta pergunta está fora do alcance deste pequeno artigo. Existe todo um campo de trabalho de que se necessita para responder, ainda que parcialmente, a esta pergunta. No entanto, proponho que o cinema mesmo aponte a possíveis razões.

Recentemente, com a visita de Mario Rosales, guatemalteco radicado em Nova York, à Universidade do Texas em Austin, de 20 a 22 de março de 2014, tive a oportunidade de ver o primeiro longa-metragem do cineasta. Já premiado com vários Emmys por seu trabalho no programa de televisão *Nueva York*, da CUNYtv, e havendo exibido vários curtas em festivais internacionais, Mario Rosales é talvez quem melhor retrata o processo de negação e rejeição à produção cultural guatemalteca.

*El Regreso de Lencho* apresenta Lorenzo Aguilar, um jovem que, havendo vivido em Nova York, regressa à Guatemala. Já no País, Lencho trabalha com um coletivo de artistas para criar um festival de arte

pública, buscando criar uma mudança social. Entretanto, Lencho revive, agora em carne própria, a mesma perseguição que seu pai, que foi assassinado na sua frente nos anos 70. O potencial político da arte de Lencho e de seus companheiros é percebido como perigoso pela “Unidade especial de inteligência” – agência, segundo o diretor, baseada no programa de limpeza social que até 2006 funcionava em segredo, em razão do que tem que ser aniquilado.

Através do longa-metragem, Lencho, que também é artista grafiteiro, muralista e pareceria ser um ente antiprodutivo da sociedade, é constantemente assediado e proibido de exercer sua liberdade de expressão. A violência física e a estigmatização dos movimentos artísticos e dos jovens como algo perigoso estão presentes no filme. Se a arte visual do grafite e a arte urbana são consideradas ilegais, o cinema – quiçá mais aceito e até legalizado – propõe ser uma veia cultural de empoderamento para sujeitos cujo falar também é proibido.

No entanto, a maioria dos cineastas parece querer negar-se a si mesma a capacidade de falar por si mesmos, ao ser descrita como gravadores que só reproduzem o que “o guatemalteco” diz. O que vemos em *El regreso de Lencho*, é o oposto à maioria. Marilena Chauí descreve este processo a partir de Gramsci: “Não se trata de instrumentalizar a cultura para a luta política, e sim de fazer da própria luta pela hegemonia o processo histórico de instituição de uma *cultura política*” (Chauí, 2008, p. 10). Sob esta ótica, podem-se considerar cultura política não só filmes como *Las Marimbas del Inferno* e *El Regreso de Lencho*, mas também *Puro Mula* do BEST Picture System, *La Vaca*, de Mendel Samayoa, e a comédia *Viva la Crisis*, dirigida por Jimmy Morales.

O processo da criação de cinema na Guatemala é, e deve aceitar que é, um processo de definição e não somente de reflexo cultural. Seis anos tratando de pintar o cinema feito na Guatemala como apolítico, dizendo que é um reflexo da realidade guatemalteca, mantém estancada essa proposta. Se “afirmar a cultura como um *direito* é opor-se à política neoliberal” (Chauí, 2008, p. 138), ao aceitar sua capacidade formadora de identidade, o cinema guatemalteco pode obter novas forças, demandando o projeto da lei do cinema como um direito.

É meu desejo que o repensar o cinema feito na Guatemala, abra espaço para que atores, produtores, diretores, técnicos de som e todos os que têm parte nesta incipiente indústria se fortaleçam e para que o

Arno Argueta

povo guatemalteco tome consciência de que o cinema do País não é só entretenimento, é cultura e é definição de traços identitários. O cinema faz refletir e liberta. O cinema feito na Guatemala vale o voto de confiança.

## REFERÊNCIAS

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. In: *Crítica y emancipación*: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008- ). Buenos Aires: CLACSO, 2008.

LACAN, J. *Escritos (1946)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. Trad. de Vera Ribeiro.

MCGOWAN, T. *The real gaze: film theory after Lacan*. Nova Iorque: State of New York Press, 2007.

## UNA OJEADA AL CINE HECHO EN GUATEMALA — el espejo, cultura formativa e identidad

*A glimpse to the Guatemalan cinema – the mirror, formative  
culture and identity*

Arno Argueta

En marzo del 2008, AGA Cine, la asociación guatemalteca del audiovisual y la cinematografía, publica un corto comercial titulado *Corto Ley de Cine I* en *Youtube*. En este corto un personaje cineasta dice: “es bueno que haiga cine, para que las presentes y futuras generaciones sepan, como somos, como hablamos, como nos miramos, que se entiende, la esencia del chapín... el cine es la memoria audiovisual del pueblo.” Respecto a la ley de cine, el personaje *amigo* responde “saber ni cuanto tiempo va a pasar engavetada esa babosada.” Seis años después, Guatemala, después de ser invitada a Ibermedia (fondo internacional para apoyo al cine) fue dada de alta al no pagar las cuotas anuales, y la ley de cine aún no es realidad. Sin embargo, cineastas guatemaltecos continúan apoyando y empujando dicha propuesta.

Según el diario *El Periódico*, “a partir del 2008 se producen de seis a ocho películas anuales y cada año se recibe al menos un reconocimiento” (Castillo), los años 2010 y el 2012 llegaron a producciones en dobles cifras y estas fueron más que premiadas nacional e internacionalmente. Por lo que, para cineastas y periodistas “el cine se vuelve una vía de desarrollo cuando más que una industria es un espejo para una nación ambienta de cultura y cambio” (Castillo) y sin embargo, toda esta supuesta cultura y este supuesto reflejo representado en el espejo del cine, parece tan virtual como la imagen reflejada del espejo más simplista y banal.

Viendo video tras video sobre el cine hecho en Guatemala, la metáfora del cine como espejo, apunta a una de las razones por las que a pesar del crecimiento de esta industria, todavía no hay un apoyo institucional o ciudadano.

Pensar en el cine como espejo, es pensarlo como el medio a través del cual el pueblo guatemalteco pueda ver su reflejo. Pero hasta ahora, este es un reflejo pasivo. Es verse y reconocerse sin abotonarse la camisa o peinarse el cabello. Esta conceptualización del cine, ignora la capacidad creadora de la mirada. En el *Estadio del espejo* Lacan indica que:

[...] el control, de la inanidad de la imagen, rebota en seguida en el niño en una serie de gestos en los que experimenta lúdicamente la relación de los movimientos asumidos de la imagen con su medio ambiente reflejado, y de ese medio ambiente virtual a la realidad que produce, o sea con su propio cuerpo y con las personas, incluso con los objetos, que se encuentran junto a él. (Lacan, 1949)

Para Lacan, el estadio del espejo produce una transformación en la que el sujeto se reconoce y se auto-define al reconocerse. Al verse reflejado, el ahora sujeto establece una relación entre el reflejo-reconocido y sus alrededores. Todd McGowan explica que “la teoría lacaniana tradicional de cine entiende la mirada como aparece en el estadio del espejo y como funciona en el proceso de interpelación ideológica. Siendo así, la mirada representa un punto de identificación, una operación ideológica en la que el espectador se invierte en la imagen filmica” (McGowan, 2008, p. 30)<sup>1</sup>. Según la teoría tradicional lacaniana del cine, el instante de auto-reconocimiento frente al espejo, en este caso, frente al cine, crea al sujeto en el instante que este se ve reflejado.

Según esto, es en el momento de reconocerse, cuando se rompe la mirada narcisista del sujeto-mirada y cuando se crea una relación alienante con su medio ambiente. Pero el proceso es doble, el sujeto no solo establece su relación de poder con su alrededor subyugando su definición de yo a este espacio, sino que también obtiene poder al definir este espacio. Cuando el cine se reconoce sólo como reflejo de la realidad guatemalteca y como registro visual del presente, ignora el proceso de agenciación del cual es parte. Al admitirse sólo como espejo que refleja y no como espejo que forma la identidad, el cine se despoja de su capacidad de empoderar al guatemalteco como ente político, social y cultural.

---

<sup>1</sup> Traducción libre del autor.

Con esto no quiero decir que el cine necesita que ser un cine político y que si no lo es, no tiene repercusión o valor. Esto equivaldría a aseverar erróneamente que el cine de ficción es inferior al cine documental. A lo que me refiero es que aún las películas que se dicen apolíticas tienen un valor político con el solo hecho de existir sin apoyo financiero de un estado que parece querer su dimisión. Tomemos la película *Las Marimbas del Infierno*, de Julio Hernández. En este largometraje, un metalero, y un marimbista intentan y fallan en crear una banda fusión de marimba-metal. Aunque la película recibió gran cantidad de premios internacionales, en Guatemala esta fue recibida con vacilación exactamente como el proyecto de marimba-metal fue recibido dentro de la película.

¿Por qué el guatemalteco responde así frente a la producción cultural nacional?

Responder esta pregunta está fuera del alcance de este pequeño artículo. Hay todo un campo de trabajo que se necesita para responder, aunque parcialmente, esta pregunta. Sin embargo, propongo que el cine mismo apunta a posibles razones.

Recientemente, con la visita de Mario Rosales, guatemalteco radicado en Nueva York a la Universidad de Texas en Austin del 20 al 22 de marzo de 2014, tuve la oportunidad de ver el primer largometraje del cineasta. Ya galardonado con varios Emmys por su trabajo en el show de televisión *Nueva York*, de CUNYtv, y habiendo presentado varios cortos en festivales internacionales, Mario Rosales, es quizá quien mejor retrata el proceso de negación y rechazo a la producción cultural guatemalteca.

*El Regreso de Lencho* presenta a Lorenzo Aguilar, un joven que habiendo vivido en Nueva York, regresa a Guatemala. Ya en el país, Lencho trabaja con un colectivo de artistas para crear un festival de arte público buscando crear un cambio social. Sin embargo, Lencho revive, ahora en carne propia, la misma persecución que su padre quién fue asesinado frente a sus ojos en los años 70's. El potencial político del arte de Lencho y sus compañeros es percibido como peligroso por la "Unidad especial de inteligencia" — agencia según el director, basada en el programa de limpieza social que hasta el 2006 funcionaba en secreto, por lo que tiene que ser aniquilado.

A través del largometraje, Lencho que también es artista grafitero, muralista, y parecería ser un ente anti-productivo de la socie-



dad es constantemente asediado y prohibido su libertad de expresión. La violencia física y la estigmatización de los movimientos artísticos y los jóvenes como algo peligroso están presentes en el film. Si el arte visual del graffiti, y el arte urbano son considerados ilegales, el cine, quizá más aceptado y hasta legal propone ser una vena cultural de empoderamiento para sujetos cuyo hablar también es prohibido.

Sin embargo, la mayoría de cineastas parecen querer negarse a sí mismos esta capacidad de hablar por sí mismos al describirse como grabadoras que solo reproducen lo que “el guatemalteco” dice. Lo que vemos en *El Regreso de Lencho*, es lo opuesto a la mayoría. Marilena Chauí describe este proceso respecto a Gramsci: “Não se trata de instrumentalizar a cultura *para* a luta política e sim de fazer da própria luta pela hegemonia o processo histórico de instituição de uma *cultura política*” (Chauí, 2008, p. 10). Bajo este lente, se pueden considerar cultura política no solo filmes como *Las Marimbas del Infierno* y *El Regreso de Lencho*, sino también *Puro Mula* del BEST Picture System, *La Vaca* de Mendel Samayoa y la comedia *Viva la Crisis* dirigida por Jimmy Morales.

El proceso de la creación de cine en Guatemala, es y debe aceptar que es, un proceso de definición y no solo de reflejo cultural. Seis años tratando de pintar al cine hecho en Guatemala como apolítico diciendo que es un reflejo de la realidad guatemalteca, mantiene estancada esta propuesta. Si “afirmar a cultura como um *direito* é opor-se à política neoliberal” (Chauí, 2008, p. 138), al aceptar su capacidad formadora de identidad, el cine guatemalteco puede obtener nuevas fuerzas demandando el proyecto de la ley de cine, como un derecho.

Es mi deseo que el repensar el cine hecho en Guatemala, abra espacio para que actores, productores, directores, sonidistas y todos los que tienen parte en esta incipiente industria se empoderen y para que el pueblo guatemalteco tome conciencia que el cine del país no es solo entretenimiento, es cultura y es definición de rasgos identitarios. El cine refleja y libera. El cine hecho en Guatemala vale el voto de confianza.

## REFERENCIAS

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. In: *Crítica y emancipación*: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008- ). Buenos Aires: CLACSO, 2008.

LACAN, J. *El estadio del espejo como formador de la función del yo (je)* (1949). Disponible en: <<http://www.elortiba.org/lacan5.html>>. Acceso en: 29 mar. 2015.

MCGOWAN, T. *The real gaze: film theory after Lacan*. Nova Iorque: State of New York Press, 2007.

# REPERCUSSÕES DE EL SALVADOR NA COLÔMBIA<sup>1</sup>

## *Colombian's resonance in El Salvador*

Carmen Elena Villacorta Zuluaga

Sempre é difícil transferir duas realidades diferentes, como neste caso são Colômbia e El Salvador. Contudo, o fato de que o país sul-americano se encontra mais próximo do que em tentativas anteriores de materializar a reincorporação da insurgência à vida civil traz repercussões até a América Central, e não são poucas as análises que, a partir da Colômbia, focam sua atenção nos processos de paz centro-americanos.

Vale a pena a experiência salvadorenha para contribuir para reflexão em torno do processo colombiano e suas expectativas. São muitas as características que particularizam a Colômbia. Embora o surgimento das guerrilhas tenha coincidido com sua aparição em toda América Latina, durante as décadas de 1960 e 1970, as colombianas são as únicas do continente que vêm, desde então, desafiando o Estado e continuam o fazendo até hoje.

É necessário acrescentar a isso o fortalecimento e a impunidade do para-militarismo e do narcotráfico como fenômenos que tornaram complexa a já complicada situação colombiana. Trata-se de atividades que têm permeado profundamente a realidade econômica, política, social e cultural do País, ao ponto de atentar contra a coesão nacional, modificando os valores e borrando as fronteiras morais. Sem desconhecer as diferenças, dois elementos fundamentais aproximam as realidades colombiana e salvadorenha: a injustiça social e as blindagens com as quais as forças retardatárias têm protegido o sistema político de cada nação.

---

<sup>1</sup> Tradução de Joelma Gusmão.

Ao problema da pobreza estrutural, que nos dois países se encontra na base dos sangrentos conflitos que os caracterizam, soma-se a negativa dos setores ultraconservadores em permitir a participação das forças de esquerda no cenário político.

Exemplos particularmente dramáticos deste último se apresentaram no El Salvador da década de 1970, quando, em duas ocasiões, os governos militares valeram-se de grosseiras fraudes eleitorais para impedir a emergência da coalizão de centro esquerda (a *Unión Nacional Opositora*, UNO) ao Executivo; e na Colômbia de 1980, quando quase a totalidade do partido *Unión Patriótica* (UP) foi aniquilada. Surgida no marco da negociação que o governo Belisario Becantur (1982-1986) adiantou com as forças rebeldes, a UP nasceu como braço político das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC), com um programa a favor da paz e do aprofundamento da democracia.

Apesar de o Estado colombiano haver se comprometido a garantir o acionamento político da UP, dois candidatos presidenciais deste partido, oito congressistas, treze deputados, setenta vereadores, onze prefeitos e cerca de cinco mil seus militantes foram submetidos a extermínio físico e sistemático por grupos paramilitares, membros das forças de segurança do Estado (exército, polícia secreta, Inteligência e polícia regular) e narcotraficantes.

Esse extermínio não apenas tem sido negado pelos sucessivos governos colombianos e, desse modo, mantido na impunidade, como se reeditou, sob a política de “segurança democrática”, durante os dois mandatos de Álvaro Uribe (2002 a 2006, 2006 a 2010), deixando pelo menos 150 militantes da UP assassinados ou desaparecidos.

Nos dois países, o saldo do conflito armado é atroz. Em El Salvador, com uma população atual de quase 6,3 milhões de habitantes, registraram-se 80 mil mortes por causa da guerra civil, 500 mil deslocados internos e 500 mil pessoas que emigraram do país por motivos políticos. Na Colômbia, que atualmente conta atualmente com 47,7 milhões de habitantes, fala-se de mais de 500 mil vítimas do conflito e da maior quantidade de deslocados internos no mundo: cerca de 6 milhões de pessoas.

Nos dois países a guerra instalou lógicas, amoldou mentalidades e imprimiu na cultura política traços próprios do conflito. Também em El Salvador a ultradireita negava – e ainda o faz – a existência de um conflito armado interno, sustentando que se tratava de um “complô in-

ternacional” ao qual deveria ser dado um tratamento policial. Perseguir, torturar, desaparecer e aniquilar a todo adversário político foi a solução encontrada pelos setores da *Fuerza Armada* e da classe de proprietários de terras para enfrentar o que consideravam a “ameaça comunista”.

O grande comandante da extrema direita de El Salvador foi líder paramilitar Roberto D’Aubuisson, que reuniu em torno de si as forças mais obscuras do país para liquidar a boa parte dos comandos médios das organizações populares e a humanistas e religiosos da estatura do arcebispo de San Salvador, Monsenhor Óscar Arnulfo Romero.

Essa é a origem do partido ARENA. O interesse geoestratégico da América Central para os Estados Unidos e o delicado momento histórico em que se desenvolveu a guerra civil salvadorenha (durante a última década da Guerra Fria ) fizeram com que a Casa Branca impedisse a chegada do major Roberto D’Aubuisson ao Executivo do pequeno país.

Foi então quando emergiu Alfredo Cristiani, expressão de uma nova geração da classe empresarial salvadorenha interessada em terminar com o conflito para implementar, sem obstáculos, o modelo neoliberal. Tratou-se da política econômica impulsionada pelo ARENA, ao longo dos 20 anos pós-guerra. Foi o aristocrático Cristiani, legitimado pelos rendimentos de que se provera ao ter se convertido em “presidente da paz”, quem pôs El Salvador nas garras do capitalismo selvagem.

Ainda que o salvadorenho D’Aubuisson e o colombiano Uribe sejam diferenciados pelo fato de que o primeiro era um militar e o segundo um universitário que ostenta um título de Havard, ambos são expressão do setor mais conservador de seu respectivo país, ligado à propriedade da terra.

Cristiani, em El Salvador, e Santos, na Colômbia, representam, em contrapartida, os grupos modernizantes dentro das oligarquias que migraram do latifúndio ao setor financeiro. As forças enfrentadas durante as últimas eleições na Colômbia são essas: a ultradireita paramilitar do latifúndio e a direita oligárquica financeira. Porém direita ao fim.

Por isso não faltava razão a quem, em meio à enorme controvérsia gerada pelo triunfo do uribismo no primeiro turno, optaram pela abstenção ou votaram em branco como um modo de enfatizar que, em matéria socioeconômica, Santos e Uribe são duas faces da mesma moeda. Inclusive no âmbito militar não é demais lembrar que Santos não

apenas foi o ministro da defesa durante a administração de Uribe, mas também, desde que é presidente, e ainda enquanto tece negociações com as FARC, não abandonou sua intenção militarista de dizimar guerrilha.

No El Salvador do início da década de noventa, teria sido impossível para o insurgente movimento *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional* (FMLN) firmar paz com alguém como D'Aubuisson, líder máximo daqueles que asseguravam que a “negociação é traição”, e para quem a única maneira de acabar com o problema da guerrilha era liquidando seus membros (simpatizantes e suspeitos de serem simpatizantes, inclusive).

Contudo e com as tensões que isso fez recair sobre Cristiani, foi com ele que os Acordos de Paz foram possíveis, porque seus interesses econômicos superaram os ressentimentos políticos que a discussão suscitou. Depois da assinatura da paz e, em grande medida, graças aos rendimentos políticos que essa paz atribuiu ao ARENA, a grande noite neoliberal durou 20 anos.

Duas décadas ao longo das quais a guerra política cedeu seu lugar a uma guerra social que pôs as gangues juvenis no centro do cenário. No amanhecer da guerra civil, no ano de 1970, a possibilidade de que um governo popular regesse o destino de El Salvador parecia remota, praticamente inalcançável. No entanto, em 2009, esse sonho se tornou realidade.

Em 1992, a FMLN se transformou em partido, e graças à sua habilidade de manter-se coesa, passou a ser a segunda força política do País. Desde então, galgou degraus na Assembleia Legislativa, geriu importantes municípios, incluindo San Salvador em várias ocasiões, até que, finalmente chegou à presidência, alcançando uma transição de mandato.

Em primeiro de junho de 2014, o jornalista Mauricio Funes passou a faixa presidencial a Salvador Sánchez Cerén, um ex-comandante guerrilheiro. A julgar por esse antecedente, tampouco faltou razão ao amplo setor da esquerda colombiana que votou em Santos e graças a qual ele conseguiu ser reeleito. Tais votos devem ser compreendidos como a favor da continuidade do processo de paz que se desenvolve em Havana.

Porém é importante que o alívio diante da derrota do para-militarismo e o entusiasmo diante da possibilidade de concretizar a nego-

ciação com as guerrilhas não façam perder de vista que nem Santos, nem os Estados Unidos se mostram favoráveis hoje a um diálogo por altruísmo. Que interesses econômicos perseguem a direita financeira e a primeira potência do continente na saída negociada do conflito colombiano? Por que se até tão pouco, apenas no governo anterior, Washington apostou tudo na guerra, por meio do Plano Colômbia, agora está apostando na paz? As respostas a essas interrogações irão se esclarecendo no futuro imediato.

Enquanto isso, é necessário destacar que somente a continuidade da luta popular e a visibilidade do horizonte de justiça social servirão de bússola ao doloroso processo colombiano e impedirão que sua busca de paz naufrague no “eleitoralismo”.

## RESONANCIAS DE EL SALVADOR EN COLOMBIA

### *Colombian's resonance in El Salvador*

Carmen Elena Villacorta Zuluaga

Siempre es difícil extrapolar dos realidades distintas, como en este caso son Colombia y El Salvador. No obstante, el hecho de que el país suramericano se encuentre ahora más próximo que en intentos anteriores de lograr la reincorporación de la insurgencia a la vida civil trae resonancias hacia Centroamérica y no son pocos los análisis que, desde Colombia, fijan su atención en los procesos de paz centroamericanos.

Valga la experiencia salvadoreña para contribuir a la reflexión en torno del proceso colombiano y sus expectativas. Son muchos los rasgos que particularizan a Colombia. Si bien el surgimiento de las guerrillas coincidió con su aparición en toda América Latina, durante las décadas de 1960 y 1970, las colombianas son las únicas del continente que vienen desde entonces desafiando al Estado y continúan haciéndolo hasta hoy.

A ello hay que agregar el fortalecimiento e impunidad del paramilitarismo y el narcotráfico como fenómenos que complejizaron la ya complicada situación colombiana. Se trata de actividades que han permeado profundamente en la realidad económica, política, social y cultural del país, al grado de atentar contra la cohesión nacional, trastocando los valores y desdibujando las fronteras morales. Sin desconocer las diferencias, dos elementos fundamentales acercan a las realidades colombiana y salvadoreña: la injusticia social y los blindajes con los que las fuerzas retardatarias han protegido el sistema político de cada nación.

Al problema de pobreza estructural, que en los dos países se encuentra en la base de los sangrientos conflictos que los caracterizan, se agrega la negativa de los sectores ultra conservadores a permitir la participación de las fuerzas de la izquierda en la escena política.



Ejemplos particularmente dramáticos de esto último se presentaron en El Salvador de la década de 1970, cuando, en dos ocasiones, los gobiernos militares acudieron a burdos fraudes electorales para impedir el arribo de una coalición de centro izquierda (la Unión Nacional Opositora, UNO) al Ejecutivo; y en la Colombia de 1980, cuando la casi totalidad de los miembros del partido Unión Patriótica (UP) fue aniquilada. Surgida en el marco de la negociación que el gobierno de Belisario Bentacur (1982-1986) adelantó con las fuerzas rebeldes, la UP nació como brazo político de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), con un programa a favor de la paz y la profundización de la democracia.

Pese a que el Estado colombiano se comprometió a garantizar el accionar político de la UP, dos candidatos presidenciales de este partido, 8 congresistas, 13 diputados, 70 concejales, 11 alcaldes y alrededor de 5.000 de sus militantes fueron sometidos a exterminio físico y sistemático por grupos paramilitares, miembros de las fuerzas de seguridad del estado (ejército, policía secreta, inteligencia y policía regular) y narcotraficantes.

Dicho exterminio no solo ha sido negado por los sucesivos gobiernos colombianos y de ese modo dejado en la impunidad, sino que se reeditó, bajo la política de “seguridad democrática”, durante los dos mandatos de Álvaro Uribe (2002-2006, 2006-2010), dejando al menos 150 militantes de la UP asesinados o desaparecidos.

En los dos países el saldo del conflicto armado es atroz. En El Salvador, con una población actual de casi 6.3 millones de habitantes, se registraron 80 mil muertes por causa de la guerra civil, 500 mil desplazados internos y 500 mil personas que debieron migrar al exterior por razones políticas. En Colombia, que actualmente cuenta con 47.7 millones de habitantes, se habla de más de 500 mil víctimas del conflicto y de la mayor cantidad de desplazados internos en el mundo: cerca de 6 millones de personas.

En los dos países la guerra instaló lógicas, moldeó mentalidades e imprimió en la cultura política rasgos propios de la confrontación. También en El Salvador la ultra derecha negaba – y continúa haciéndolo – la existencia de un conflicto armado interno, aduciendo que se trataba de un “complot internacional” al cual había que darle un tratamiento policiaco. Perseguir, torturar, desaparecer y aniquilar a todo

adversario político fue la solución encontrada por sectores de la Fuerza Armada y de la clase terrateniente para enfrentar lo que consideraban la “amenaza comunista”.

El gran caudillo de la extrema derecha de El Salvador fue el líder paramilitar Roberto D’Aubuisson, quien aglutinó en torno suyo a las fuerzas más oscuras del país para liquidar a buena parte de los mandos medios de las organizaciones populares y a humanistas y religiosos de la talla del Arzobispo de San Salvador, Monseñor Óscar Arnulfo Romero.

Ese es el origen del partido ARENA. El interés geoestratégico de Centroamérica para Estados Unidos y el delicado momento histórico en el que se desarrolló la guerra civil salvadoreña (durante la última década de la Guerra Fría), hicieron que la Casa Blanca impidiera el arribo del mayor Roberto D’Aubuisson al Ejecutivo del pequeño país.

Fue entonces cuando emergió Alfredo Cristiani, expresión de una nueva generación de la clase empresarial salvadoreña interesada en terminar con el conflicto para implementar, sin obstáculos, el modelo neoliberal. Se trató de la política económica impulsada por ARENA, a lo largo de 20 años de posguerra. Fue el aristocrático Cristiani, legitimado por los réditos que le proveyera el haberse convertido en “presidente de la paz”, quien puso a El Salvador en las garras del capitalismo salvaje.

Aunque al salvadoreño D’Aubuisson y al colombiano Uribe los diferencia el hecho de que el primero era un militar y el segundo es un universitario que ostenta un título de Harvard, ambos son expresión del sector más conservador de su respectivo país, ligado a la propiedad de la tierra.

Cristiani, en El Salvador, y Santos, en Colombia, representan, en cambio, a los grupos modernizantes dentro de las oligarquías que migraron del latifundio hacia el sector financiero. Las fuerzas enfrentadas durante los últimos comicios en Colombia son esas: la ultraderecha paramilitar terrateniente y la derecha oligárquica financiera. Pero derecha al fin.

Por eso no les faltaba razón a quienes, en medio de la enorme controversia generada por el triunfo del uribismo en la primera vuelta, optaron por la abstención o llamaron al voto en blanco como un modo de enfatizar que, en materia socioeconómica, Santos y Uribe son dos

caras de la misma moneda. Incluso en el ámbito militar no está de más recordar que Santos, no solo fue el ministro de seguridad durante la segunda administración de Uribe, sino que, desde que es presidente, y aún mientras adelanta negociaciones con las FARC, no ha cejado en su intento militarista de diezmar a la guerrilla.

En El Salvador de principios de los noventa hubiese sido imposible para el insurgente Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) firmar la paz con alguien como D'Aubuisson, máximo líder de aquellos que aseguraban que “negociación es traición” y para quienes la única manera de acabar con el problema de la guerrilla era liquidando a sus miembros (simpatizantes y sospechosos de simpatizantes, inclusive).

Con todo y las tensiones que esto supuso para Cristiani, fue con él con quien los Acuerdos de Paz fueron posibles, porque sus intereses económicos superaron los resquemores políticos que la negociación suscitó. Después de la firma de la paz y, en gran medida, gracias a los réditos políticos que esa paz le supuso a ARENA, la larga noche neoliberal duró 20 años.

Dos décadas a lo largo de las cuales la guerra política cedió su lugar a una guerra social que puso a las pandillas juveniles en el centro de la escena. En los albores de la guerra civil, en el año 1970, la posibilidad de que un gobierno popular rigiera los destinos de El Salvador parecía remota, prácticamente inalcanzable. Sin embargo, en 2009 esa quimera se hizo realidad.

En 1992, el FMLN se convirtió en partido y, gracias a su habilidad para mantenerse cohesionado, pasó a ser la segunda fuerza política del país. Desde entonces ganó peldaños en la Asamblea Legislativa, se agenció importantes alcaldías, incluida la de San Salvador en varias ocasiones, hasta que, finalmente, accedió a la presidencia, logrando un traspaso de mando.

El 1º de junio de 2014 el periodista Mauricio Funes cedió la banda presidencial a Salvador Sánchez Cerén, un ex comandante guerrillero. A juzgar por ese antecedente, tampoco faltó razón al amplio sector de la izquierda colombiana que votó por Santos y gracias al cual éste consiguió ser reelecto. Dichos votos deben leerse como votos a favor de la continuidad del proceso de paz que se desarrolla en La Habana.

Pero es importante que el alivio ante la derrota del paramilitarismo y el entusiasmo por la posibilidad de concretar la negociación con las guerrillas no haga perder de vista que ni Santos ni los Estados Unidos se muestran favorables hoy al diálogo por altruismo. ¿Qué intereses económicos persiguen la derecha financiera y la primera potencia del continente en la salida negociada del conflicto colombiano? ¿Por qué si hasta hace tan poco, apenas en el gobierno anterior, Washington apostó todo a la guerra, por medio del Plan Colombia, ahora está apostándole a la paz?

Las respuestas a estos interrogantes se irán esclareciendo en el futuro inmediato. Mientras, es necesario subrayar que solo la continuidad de la lucha popular y la visibilidad del horizonte de justicia social servirán de brújulas al doloroso proceso colombiano e impedirán a su búsqueda de paz naufragar en el electorerismo.

# LITERATURA, IDENTIDADE E MERCADO<sup>1</sup>

## *Literature, Identity and Market*

Mercedes Elena Seoane

A Literatura latino-americana não atravessa o melhor dos seus momentos, caso se pense na difusão que os textos produzidos em nosso subcontinente alcançam, tanto dentro deste, como fora de suas fronteiras.

A lembrança nostálgica dos anos cinquenta e sessenta aviva o desolamento presente: com efeito, aquelas décadas de esplendor, que levariam a falar-se do muito debatido *boom* latino-americano, caracterizaram-se pela expansão das editoras locais (especialmente as mexicanas e argentinas, as quais divulgavam, então, títulos locais e estrangeiros traduzidos aqui) como resultado do crescimento do público leitor, dos círculos em que os artistas e intelectuais podiam atuar e serem conhecidos, do fortalecimento, em definitivo, do campo cultural e da (possivelmente) infeliz concorrência de grandes escritos contemporâneos que conseguiram impressionar do outro lado das fronteiras.

Diante desses tempos passados, o panorama atual pode deixar um sabor amargo: as leis implacáveis do mercado arrasaram as pequenas e médias editoras locais, e inclusive as mais tradicionais não puderam resistir ao impacto dos novos tempos, sendo absorvidas por grandes cadeias espanholas que começam a definir quais autores são interessantes e quais não serão consagrados no novo panteão, baseando sua decisão muitas vezes em considerações mais econômicas que artísticas.

Há autores, gêneros ou temáticas que “vendem” e outras que são arriscadas. Em face da dúvida, melhor optar por fórmulas conhecidas, ou por escritores cujas *personae* oferecem por si mesmas um

---

<sup>1</sup> Tradução de Mariana Yante B. Pereira.

êxito quase seguro. Os escritores que querem triunfar no mercado (o atomizado mercado local ou o cobiçado e displicente mercado espanhol, que os lançará à fama internacional) seguirão com atenção esses passos implícitos para triunfar.

O que pode esperar um leitor (e uma editora) estadunidense ou europeu de um escritor latino-americano? É difícil analisar os efeitos da leitura (individuais e sociais), bem como as expectativas e preferências em um texto tão simples como este. Uma análise de semelhante proporção ocuparia seguramente vários anos de observação, trabalho de campo e reflexão sobre um aspecto do fenômeno literário tão complexo como é o da Recepção.

No entanto, quero propor ao debate uma observação empírica (ou seja, não submetida a exames mais minuciosos), que envolve uma pergunta um tanto angustiada: é necessário que um escritor latino-americano escreva sobre nossas paisagens, culturas, lutas, conflitos atuais e violências para não defraudar o público estrangeiro e conseguir ser lido mais além de seu pequeno círculo íntimo e local? Qual seria a reação desse público que imaginamos para efeitos desta reflexão se o autor latino-americano decide tornar ficção a história do Mianmar, situar seus personagens na China Antiga ou, simplesmente, manter uma cuidadosa ambiguidade nas coordenadas geográfico-temporais da *diégesis*? Quão limitados estão nossos escritores caso desejem ser lidos mais além de nossas terras?

No entanto, existem alguns narradores jovens que, escapando ao mandato implícito, escrevem novelas que se ambientam na Alemanha nazista ou em épocas futuras que não se localizam necessariamente na América Latina tal como é imaginada por muitos leitores estrangeiros (a Borges – nem faz falta dizer – “perdoou-se” sempre seu gosto por mundos exóticos e temas universais... mas a quantos mais).

O escritor latino-americano poderia, então, enfrentar o dilema de sentir que deve escrever não apenas *a partir de*, mas *sobre* (e isto com exclusividade) seu lugar de origem se quer angariar um público mais extenso, e, como todos sabemos, ainda que não nos agrada, a consagração mais definitiva segue sendo ainda a cobiçada publicação europeia.

É certo que a Literatura latino-americana tem uma grandíssima tradição de utilizar como materiais sua realidade mais próxima: em suas páginas, a história da região já foi transformada em ficção

por incontáveis vezes, bem como o foram suas lutas ideológicas e identitárias, seus discursos sociais em conflito. Foi, para alguns, arma de batalha, espaço de luta e refúgio agora para os espíritos cansados; no istmo, isso é particularmente notório.

Mencionamo-lo anteriormente, ao discutir a presença de Roque Dalton na Literatura centro-americana, e esta mesma reflexão poderia ser feita de forma extensiva em relação a numerosos autores dessa região que escreveram durante os conflitos armados centro-americanos, e que escrevem na atualidade, tomando tantas vezes como contexto ou elegendo como tema de suas ficções as violências atuais do istmo, as consequências desse passado ainda recente, as dores que não cicatrizam; dou aqui os exemplos de Horacio Castellanos Moya e de Sergio Ramírez, apenas para citar dois expoentes notáveis desse emaranhado de ficção literária/realidade centro-americana extraliterária, ou os mais exitosos textos de Gioconda Belli, tão lidos por certo público europeu.

É impossível, pois, eleger temas e contextos com liberdade como material da literatura que se produz no istmo? Os leitores estrangeiros se sentirão decepcionados caso descubram uma novela procedente dessas terras remotas e, ao começarem a leitura, não encontrem nela suas paisagens tropicais tão atraentes e exóticas para o olhar de fora, seus heróis revolucionários de outros tempos ou a violência crua contemporânea, tão presente em boa parte da narrativa contemporânea local?

E, de pronto, enquanto reflito sobre esses temas sem chegar a nenhum resultado, chega a minhas mãos – não recordo mais se como tesouro encontrado em livrarias locais ou por meio de um trânsito de livros entre conhecidos que supre, muitas vezes, as dificuldades do agonizante mercado editorial local e do todo-poderoso mercado estrangeiro – um pequeno volume de contos que me surpreende desde as primeiras linhas.

A autora se chama Jacinta Escudos; a coleção de contos se intitula *El Diablo sabe mi nombre*, e assim começa o primeiro relato: “Ao conhecer-te, me converti em homem. Não sei que processo mágico ocorreu em meu corpo. Mas estou seguro de que durante trinta anos, antes de conhecer-te, no momento justo em que te vi passar perto de mim, recostada em teu assento por aquele caminho dos reinos de Sião, eu era ainda uma mulher”.

Não se trata do alguma vez exitoso e logo esgotante realismo mágico (longe disso!), nem aparece logo uma centro-americana perdida

nesse distante reino de Sião que nos devolva à matéria preferida das narrações do istmo; é a pura liberdade criativa que se desdobra desde o primeiro e surpreendente parágrafo até o último dos contos. Continuo a leitura. Tomo nota desse nome.

Algo está mudando na terra dos vulcões, dos terremotos (telúricos e políticos) e das violências estruturais, as quais, de repente, não fornecem o cenário para a trama da narração; parece que se pode escrever também outras coisas, de outra forma. Não é uma tendência geral, nem sequer quiçá a mais conhecida, mas começa a infiltrar-se no universo das fórmulas narrativas que provavelmente seriam muito mais apreciadas pelo todo-poderoso mercado estrangeiro.

Quiçá este seja um primeiro passo. Quiçá o futuro esteja chegando.



# LITERATURA, IDENTIDAD Y MERCADO

## *Literature, Identity and Market*

Mercedes Elena Seoane

La literatura latinoamericana no atraviesa el mejor de sus momentos si se piensa en la difusión que los textos producidos en nuestro subcontinente alcanzan tanto dentro del mismo como fuera de sus fronteras.

El recuerdo nostálgico de los años cincuenta y sesenta aviva la desazón presente: en efecto, aquellas décadas de esplendor, que llevarían a hablar del muy debatido *boom* latinoamericano, se caracterizaron por la expansión de editoriales locales (especialmente las mexicanas y argentinas, que daban a conocer por entonces títulos locales y extranjeros traducidos aquí) como resultado del crecimiento del público lector, los círculos en los que artistas e intelectuales podían actuar y darse a conocer, el fortalecimiento, en definitiva, del campo cultural y la (posiblemente) azarosa concurrencia de grandes escritores contemporáneos que lograron impresionar allende las fronteras.

Frente a esos tiempos pasados el panorama actual puede producir un dejo amargo: las leyes implacables del mercado han arrasado con pequeñas y medianas editoriales locales, e incluso las más tradicionales no han podido resistir el impacto de los nuevos tiempos, siendo absorbidas por grandes cadenas españolas que comienzan a definir qué autores son interesantes y cuáles no serán consagrados en el nuevo panteón, basándose su decisión muchas veces en consideraciones más económicas que artísticas.

Hay autores, géneros o temáticas que “venden”, y otras que son riesgosas. Ante la duda, mejor optar por fórmulas conocidas, o por escritores cuyas *personae* ofrecen por sí mismas un éxito casi seguro. Los

escritores que quieren triunfar en el mercado (el atomizado mercado local o el codiciado y displicente mercado español, que los lanzará a la fama internacional) seguirán con atención estas direcciones implícitas para triunfar.

¿Qué puede esperar un lector (y editorial) estadounidense o europeo de un escritor latinoamericano? Es difícil analizar los efectos de lectura (individuales y sociales), y las expectativas y preferencias en un texto tan sencillo como éste. Un análisis de semejante envergadura ocuparía seguramente varios años de observación, trabajo de campo y reflexión sobre un aspecto del fenómeno literario tan complejo como es el de la Recepción.

Sin embargo, quiero proponer para el debate una observación empírica (es decir, no sometida a exámenes más minuciosos) que conlleva una pregunta un tanto angustiada: ¿es necesario que un escritor latinoamericano escriba sobre nuestros paisajes, culturas, luchas, conflictos actuales y violencias para no defraudar al público foráneo y lograr ser leído más allá de su pequeño círculo íntimo y local? ¿Cuál sería la reacción de ese público que imaginamos a efectos de esta reflexión si el autor latinoamericano decide ficcionalizar la historia de Burma, situar a sus personajes en la China antigua o, simplemente, mantener una cuidada ambigüedad en las coordenadas geográfico-temporales de la diégesis? ¿Cuán limitados están nuestros escritores si desean ser leídos más allá de nuestras tierras?

Con todo, existen algunos narradores jóvenes que, escapando al mandato implícito, escriben novelas que tienen lugar en la Alemania nazi o en épocas futuras que no se localizan necesariamente en la América Latina tal como es imaginada por muchos lectores extranjeros (a Borges –ni hace falta decirlo– se le “perdonó” siempre su gusto por mundos exóticos y temas universales... pero a cuántos más).

El escritor latinoamericano podría, entonces, enfrentarse al dilema de sentir que debe escribir no sólo *desde* sino *sobre* (y esto con exclusividad) su lugar de origen si quiere captar a un público más extenso, y como todos sabemos, aunque no nos guste, la consagración más definitiva sigue siendo aún la codiciada publicación europea.

Es cierto que la literatura latinoamericana tiene una larguísima tradición de utilizar como materiales su realidad más próxima: en sus páginas se ha ficcionalizado innumerables veces la historia de la región, sus luchas ideológicas e identitarias, sus discursos sociales en pugna.

Fue para algunos arma de batalla, canto de lucha y refugio ahora para los espíritus cansados; en el istmo, esto es particularmente notorio.

Lo mencionamos anteriormente al discutir la presencia de Roque Dalton en la literatura centroamericana, y esta misma reflexión podría hacerse extensiva a numerosos autores de esa región que escribieron durante los conflictos armados centroamericanos, y que escriben en la actualidad tomando tantas veces como contexto o incluso tema de sus ficciones las violencias actuales del istmo, las consecuencias de ese pasado aún reciente, los dolores que no cicatrizan; he ahí el ejemplo de Horacio Castellanos Moya y Sergio Ramírez, por nombrar dos ejemplos notables de este entramado ficción literaria/realidad centroamericana extraliteraria, o los más exitosos textos de Gioconda Belli, tan leídos por cierto público europeo.

¿Es imposible, pues, elegir temas y contextos con libertad como material de la literatura que se produce en el istmo? ¿Se sentirán decepcionados los lectores extranjeros si descubren una novela procedente de esas tierras remotas, y al comenzar la lectura no encuentran en ella sus paisajes tropicales tan atrayentes y exóticos para la mirada foránea, sus héroes revolucionarios de otros tiempos o a la descarnada violencia contemporánea, tan presente en buena parte de la narrativa contemporánea local?

Y de pronto, mientras reflexiono sobre estos temas sin llegar a ningún puerto, llega a mis manos, no recuerdo ya si como tesoro encontrado en librería locales o a través de un tránsito de libros entre conocidos que suple, muchas veces, las dificultades del agonizante mercado editorial local y del todopoderoso mercado extranjero, un pequeño volumen de cuentos que me sorprende desde las primeras líneas.

La autora se llama Jacinta Escudos, la colección de cuentos se intitula *El Diablo sabe mi nombre*, y así comienza el primer relato: “Al conocerte, me convertí en hombre. No sé qué proceso mágico ocurrió en mi cuerpo. Pero estoy seguro que durante 33 años, antes de conocerte, en el momento justo en que te vi pasar cerca de mí, recostada en tu litera por aquel camino de los reinos de Siam, yo era todavía una mujer.”

No se trata del alguna vez exitoso y luego agotador realismo mágico (¡lejos de ello!) ni aparece luego una centroamericana perdida en ese lejano reino de Siam que nos devuelva a la materia preferida de las narraciones del istmo; es la pura libertad creativa la que se despliega

desde ese primer y sorprendente párrafo hasta el último de los cuentos. Continúo la lectura. Tomo nota de este nombre.

Algo está cambiando en la tierra de los volcanes, los terremotos (telúricos y políticos) y las violencias inveteradas, que de pronto no proveen el escenario para la trama de la narración; parece que se puede escribir también de otras cosas, de otra forma. No es una tendencia general, ni siquiera quizás la más conocida, pero comienza a filtrarse en el universo de las fórmulas narrativas que probablemente serían mucho más apreciadas por el todopoderoso mercado extranjero.

Quizás sea este un primer paso. Quizás el futuro esté llegando.

# PETROCARIBE EM EL SALVADOR E A INTEGRAÇÃO LATINOAMERICANA<sup>1</sup>

## *The Petrocaribe in El Salvador and the Latin-American integration*

Rudis Yilmar Flores Hernández

Depois do triunfo da FMLN<sup>2</sup> nas eleições presidenciais de 2009, o País apresentou uma virada estratégica em matéria econômica e de investimento; abriram-se novos horizontes em matéria de relações comerciais que incomodam constantemente os interesses da direita empresarial.

O surgimento da ALBA<sup>3</sup> como contraponto ao falido esforço dos “gringos” para criar uma Área de Livre Comércio para as Américas gera expectativas para a maioria dos países latino-americanos em uma nova era de relações comerciais, de respeito mútuo entre os povos, bem como em matéria de cooperação econômica e social.

A despeito de El Salvador não ser membro permanente da *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América* (ALBA), mas devido à importância das relações sustentadas entre o lembrado Presidente Chávez e a *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional* (FMLN), houve como resultado programas como a *Misión Milagro*, que contribuiu para que mais de seis mil salvadorenhos fossem operados de problemas de visão gratuitamente na República Bolivariana, com o recebimento de ajuda em caso de desastres naturais, além do convênio para a exportação de petróleo bruto através da ALBAPETROLEOS, com preços preferenciais. A ALBAPETROLEOS de El Salvador é a síntese do novo conceito de cooperação entre os povos, estruturado a partir da ALBA e da PETROCARIBE. Nele, externa-se a visão de futuro do Estado venezuelano como concretização dos sonhos de Bolívar e Martí pela integração e pela unidade da América Latina.

<sup>1</sup> Tradução de Mariana Yante B. Pereira.

<sup>2</sup> Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional.

<sup>3</sup> Aliança Bolivariana para as Américas.

A partir de fevereiro de 2012, a Alba Alimentos foi impulsionada em El Salvador, a qual consiste em um projeto com o objetivo de beneficiar aos agricultores, por meio de financiamento, insumos e comercialização. A empresa tem o objetivo de tornar a produzir cem mil maçãs da terra em escala nacional.

A Alba Alimentos se converte em ajuda aos campesinos salvadorenhos e com uma projeção de reativar a agricultura, a qual foi dilacerada e esterilizada pelo partido ARENA<sup>4</sup>. O programa da Alba Alimentos consiste na entrega de sementes, agroquímicos, entre os quais podemos mencionar o sulfato – um agroquímico tão vital ao cultivo de milho e de feijão. Esse programa é canalizado através da FMLN, com a ajuda do governo bolivariano da Venezuela. Com esse projeto, está-se objetivando que o campesino possa semear a terra e elevar os níveis de produtividade.

A cooperação de países como a Venezuela permite o desenvolvimento e o intercâmbio entre os povos da *Nuestra América*, e representa a opção de consolidar um modelo alternativo de desenvolvimento que tenha como base o ser humano e a preservação dos recursos naturais para a sustentabilidade das futuras gerações.

Durante 2013, um ano pré-eleitoral, frente às eleições presidenciais de 2014, a *Asociación Nacional de la Empresa Privada* (ANEP) e seu instrumento político – a ARENA –, iniciaram uma campanha contra a “ALBA Negócios”<sup>5</sup>, acusando-a de concorrência desleal, devido aos preços preferenciais de que gozam, por exemplo, os feijão e o milho para os pobres, o que estaria de encontro às regras de livre mercado que eles mesmos impuseram ao modelo neoliberal.

Agora não se trata de se agrada ou não à empresa, ou se esta acusa a ALBA de lavagem de dinheiro ou de atentar contra os monopólios ou as transnacionais, na medida em que o país entrou em uma nova fase, onde a população começa a desenvolver-se a partir dos benefícios que esse tipo de intervenção gera. Nesse sentido, manifestam-se os pe-

<sup>4</sup> Aliança Republicana Nacionalista.

<sup>5</sup> A expressão refere-se às negociações com o governo de El Salvador promovidas a partir da Alba Petróleos. De acordo com a Associação (ANEP), o Estado salvadoreño estaria intervindo no domínio econômico de forma abusiva e mesmo ilegal, a fim de beneficiar a Alba Petróleos (N. da O.). Sobre a notícia, < <http://www.lapagina.com.sv/nacionales/84929/2013/07/30/ANEP-denuncia-que-gobierno-continua-favoreciendo-a-Alba-negocios>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

quenos produtores, que vendem suas colheitas a ALBA Alimentos, e que, por isso, vêm tendo uma maior remuneração econômica e possibilidades de maior investimento na reativação da agricultura desaparecida nos vinte anos de governo da ARENA.

No último 1º de junho de 2014, assumiu a presidência do País Salvador Sánchez Cerén, eleito para o período 2014-2019, e como primeira medida, solicitou formalmente o ingresso de El Salvador à PETROCARIBE – sistema promovido pelo Presidente da Venezuela Nicolás Maduro.

A adesão à PETROCARIBE representa uma nova visão estratégica no redirecionamento das relações do País com o Sul, uma vez que se busca a erradicação da fome e da pobreza, assim como a cooperação multilateral sob a ótica unionista e sob os princípios de solidariedade e cooperação, com um acesso confiável às fontes de energia.

Para El Salvador, representa o abastecimento de recursos energéticos, mediante uma via equitativa e justa, a qual leva a uma economia nas contas do petróleo, com facilidades de pagamento, permitindo-se destinar recursos para o financiamento dos programas sociais, investimento no desenvolvimento econômico e social, fomento do emprego, da educação, do esporte, entre outros, bem como fomentar as exportações dos pequenos produtores. Entre outras coisas, também se propõe a construção de uma fábrica de arroz, a construção e funcionamento das instalações para a produção de células solares e de lâmpadas de LED. Com isso, busca-se converter o País em provedor daquilo que produza, e posicioná-lo como um país produtor na América Latina.

## **PETROCARIBE EN EL SALVADOR Y LA INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA**

### *The Petrocaribe in El Salvador and the Latin-American integration*

Rudis Yilmar Flores Hernández

Después del triunfo del FMLN en las elecciones presidenciales del 2009 en materia económica y de inversión, el país experimentó un giro estratégico, se abrieron nuevos horizontes en materia de relaciones comerciales que incomodan constantemente los intereses de la derecha empresarial.

El surgimiento del ALBA como contraposición al fallido esfuerzo de los gringos de crear un Área de Libre Comercio para las Américas, genera expectativas para la mayoría de los países latinoamericanos en una nueva era de relaciones comerciales, de respeto mutuo entre los pueblos y en materia de cooperación económica y social.

A pesar que El Salvador no es miembro permanente de la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA) y por la importancia de las relaciones sostenidas entre el recordado presidente Chávez y el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN), dieron como resultado programas como la Misión Milagro, que ha contribuido a que más de seis mil salvadoreños fueran operados de problemas de la vista de manera gratuita en la República Bolivariana, el recibimiento de ayuda en caso de desastres naturales y el convenio de exportación de crudo a través de ALBAPETROLEOS con precios preferenciales. Alba Petróleos de El Salvador es la síntesis del nuevo concepto de cooperación entre los pueblos, enmarcada en El ALBA y PETROCARIBE. En él concurren la visión de futuro del Estado venezolano en concreción de los sueños de Bolívar y Martí por la integración y la unidad de América Latina.

A partir de febrero de 2012 se impulsa Alba Alimentos de El Salvador, que es un proyecto con el objetivo de beneficiar a los agri-



cultores, a través de financiamiento, insumos y comercialización. La empresa tiene el objetivo de reactivar 100 mil manzanas de tierra a escala nacional.

Alba Alimentos se convierte en ayuda a los campesinos salvadoreños, y con una proyección de reactivar la agricultura, la cual fue lacerada y esterilizada por el partido ARENA. El programa de Alba Alimentos consiste en la entrega de semilla, agroquímicos, entre los que podemos mencionar el sulfato un agroquímico, tan vital para el cultivo del maíz y del frijol. Este programa es canalizado a través del FMLN con la ayuda del Gobierno Bolivariano de Venezuela. Con este proyecto se está logrando que el campesino pueda sembrar la tierra y elevar los niveles de productividad.

La cooperación de países como Venezuela permite el desarrollo e intercambio entre los pueblos de Nuestra América, y la alternativa de consolidar un modelo alternativo de desarrollo que tenga como base al ser humano y la preservación de los recursos naturales para la sostenibilidad de las futuras generaciones.

Durante el 2013, un año preelectoral de cara a las elecciones presidenciales del 2014, la Asociación de la Empresa Privada y su instrumento político ARENA desataron una campaña contra “ALBA Negocios”<sup>1</sup>, acusándola de competencia desleal por los precios preferenciales que tiene por ejemplo los frijoles y el maíz para los pobres, contradiciéndose con las reglas del libre mercado que ellos mismos impusieron con el modelo neoliberal.

Ahora no se trata de si le gusta o no a la empresa y si acusa a ALBA de lavado de dinero o si atenta contra los intereses de los monopolios o las transnacionales, el país entró en una nueva fase donde la población comienza a madurar sobre los beneficios que este tipo de inversión le genera, lo manifiestan los pequeños productores que le venden sus cosechas a ALBA Alimentos, que tienen mayor remuneración económica y las posibilidades de mayor inversión en la reactivación de la agricultura desaparecida en los 20 años de gobiernos de ARENA.

El pasado 1 de junio de 2014 asumió la presidencia del país, Salvador Sánchez Cerén, elegido para el periodo 2014-2019, y como

---

<sup>1</sup> A cerca de la noticia, consultar: <<http://www.lapagina.com.sv/nacionales/84929/2013/07/30/ANEP-denuncia-que-gobierno-continua-favoreciendo-a-Alba-negocios>>. Acceso en: 10 fev. 2015.

primera medida solicitó formalmente el ingreso de El Salvador a PETROCARIBE, sistema promovido por el presidente Nicolás Maduro.

La adhesión a PETROCARIBE representa una nueva visión estratégica en la redirección de las relaciones del país con el sur, se busca la erradicación del hambre y la pobreza, así como la cooperación multilateral en la óptica unionista y los principios de solidaridad y cooperación, con un acceso confiable a las fuentes de energía.

Para El Salvador, representa el abastecimiento de recursos energéticos mediante una vía equitativa y justa, lo cual conlleva a un ahorro en la factura petrolera con facilidades de pago, permitiendo destinar recursos para el financiamiento de los programas sociales, inversión en el desarrollo económico y social, fomento del empleo, educación, deporte entre otros y fomentara las exportaciones de los pequeños productores. Entre otras cosas también se plantea la construcción de una fábrica de arroz, la construcción y puesta en funcionamiento de una planta de producción de celdas solares y lámparas LED, con esto se busca convertir a al país en proveedor de lo que produzca y posicionándolo como un país productor en América Latina.

# AS RAÍZES DE UMA TRAGÉDIA HUMANA OU A HISTÓRIA FEITA PRESENTE<sup>1</sup>

*The roots of a human tragedy or the history presents itself*

Willy Soto Acosta

María Fernanda Morales Camacho\*

*É impossível entender as raízes do problema atual das migrações de menino(as) da região centro-americana aos Estados Unidos sem compreender alguns antecedentes deste problema.*

## 1 AS MIGRAÇÕES “TRADICIONAIS” DA AMÉRICA CENTRAL AOS EUA

Segundo Casafranco (2002, p. 78), a dinâmica migratória na região centro-americana foi mais notória a partir da década de oitenta, e produto da crise política na qual estava submergida a região. Antes desse momento, os deslocamentos obedeciam a processos de colonização agrícola e se caracterizavam por sua dispersão por diferentes regiões dentro do país. No contexto da II Guerra Mundial, inclusive, a América Central foi uma região receptora de imigrantes provenientes da Europa e da Ásia.

Na década de oitenta, as guerras civis resultaram em um deslocamento aproximado de dois milhões de pessoas que provinham de El Salvador, Guatemala e Nicarágua e se dirigiam a outras zonas de seu próprio país não afetadas pelos confrontos, bem como a países vizinhos ou a destinos fora da região. Exemplo disso foi a onda migratória de cidadãos(ãs) salvadorenhos(as) aos Estados Unidos: no início dos anos noventa, residiam no país norte-americano cerca de um milhão de sal-

---

<sup>1</sup> Tradução de Mariana Yante B. Pereira

\* Pesquisadora do Observatorio de la Política Internacional da Universidad Nacional de Costa Rica e pesquisadora vinculada à Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO, Costa Rica.

vadorenho(as); muitos(as) deles(as) expulso(as) pela violência em sua terra natal.

Existe um dissenso quanto à população salvadorenha residente em situação ilegal nos Estados Unidos na década de noventa, em comparação com o ano 2000, produto das prerrogativas concedidas pelo governo estadunidense, como o status de proteção temporária, no início dos anos noventa. Já mais tarde, isso se deve a leis como o NACARA [2]. Não obstante, evidencia-se uma tendência de aumento na chegada de hondurenhos e de guatemaltecos aos Estados Unidos em condições irregulares, com crescimento relativo de 96% e 26%, respectivamente (Homeland Security, 2000, p. 9).

Com o processo de pacificação na América Central, inicia-se o retorno de migrantes a seus lugares de origem, especialmente de salvadorenhos(as) e guatemalteco(as). Não obstante, a persistência de condições econômicas adversas e a crescente vulnerabilidade ante fenômenos ambientais (furacões [3], terremotos etc.) provocam uma nova onda de migrantes, desta vez de natureza econômica.

Surgem, então, duas lógicas de deslocamento: uma ao sul, especialmente de nicaraguenses à Costa Rica, e outra ao norte, especificamente de cidadãos da Guatemala, de Honduras e de El Salvador ao México, mas tendo como principal destino os Estados Unidos, em busca do “sonho americano”.

Atualmente, e de acordo com *Where, We're From*, contabilizavam-se, no ano de 2010, um total de 2.664.852 imigrantes provenientes da América Central nos Estados Unidos. Dentro dessa cifra se sobressai El Salvador, com 1.116.420 imigrantes que residem nesse país, seguido pela Guatemala, com 753.720, e Honduras, com 469.202. Esses três países representam mais de 50% dos e das centro-americanos(as) nessa nação.

<sup>2</sup> Faz-se referência ao *Nicaraguan Adjustment and Central American Relief Act*.

<sup>3</sup> O impacto do Furacão Mitch na região produziu um deslocamento de 22.465 da população hondurenha e uma onda migratória de nicaraguenses à Costa Rica, ao passo que o terremoto em El Salvador (2001) resultou também no deslocamento de pessoas (Casasfranco, 2002, p. 119).

## II AMEAÇAS EMERGENTES NA AMÉRICA CENTRAL: NARCOTRÁFICO, MARAS, CRIME ORGANIZADO, VULNERABILIDADE E FENÔMENOS AMBIENTAIS.

O processo de Esquipulas II encerrou uma etapa conturbada na região, caracterizada pela ameaça militar à estabilidade política do istmo. Apesar disso, a região enfrenta “novos” flagelos (algumas vezes formas transmutadas dos anteriores). Esses problemas não se limitam a uma área geográfica específica, em razão do que se tornam mais complexos de se combater, e obedecem às lógicas de transnacionalização próprias de uma sociedade mais conectada à raiz dos avanços nas telecomunicações e muito mais poroso, no que Beck tem descrito como a “sociedade de risco” (Beck, 2002).

Esses novos desafios podem ser agrupados em grandes fenômenos: o crime organizado, a ameaça das maras, a expansão das redes de narcotráfico e da vulnerabilidade ambiental. Esses fatores incidem sobre a decisão dos e das centro-americanos(as) de buscar lugares mais seguros e que ofereçam maiores e melhores oportunidades.

- *Crime organizado e a expansão das redes de narcotráfico*: A região enfrenta a profissionalização e uma maior penetração das estruturas do crime organizado no aparato estatal. Tal como expõe o informe *Seguridad y Crimen Organizado Transnacional em Centroamérica* (2011), a região tem deixado de ser uma simples zona de passagem estilo “porão” de narcóticos e caminho obrigatório de armas, pessoas, flora, fauna, capitais ilegítimos, e passado a ser uma zona na qual se têm institucionalizado as redes criminais, impactando as sociedades centro-americanas com maiores níveis de violência e com um aumento do consumo de drogas e do fortalecimento de instituições como as gangues.
- *A ameaça das maras*: A consolidação das gangues mais poderosas na América Central (*Pandilla de la Calle 18* e a *Mara Salvatrucha*), assim como sua aproximação do crime organizado e o nível de violência com que investem contra a população civil, especialmente em face de grupos de maior vulnerabilidade como mulheres e crianças, tem ocasionado a execução de políticas de “mão dura” por parte de diferentes Governos. Isso tem influenciado a transnacionalização dessas organizações ao México, aos Estados

Unidos e, inclusive à Europa (*Comisión Española de Ayuda al Refugiado*, 2013, p. 22).

- *A vulnerabilidade ambiental*: O câmbio climático constitui uma das principais ameaças à segurança humana da região. A forte dependência das economias da região de hidrocarbonetos e os usos inadequados da terra e da água criam desafios para esses países e para seus Governos. Temas como a segurança alimentar e a gestão das cidades costeiras ante o aumento iminente do nível do mar também têm aparecido na agenda das políticas públicas centro-americana. Essa região, junto com o México e com a República Dominicana, verão afetados cerca de um milhão de quilômetros quadrados, o que impactará aos ecossistemas e à biodiversidade. Prova da vulnerabilidade regional é que, no índice global de risco de câmbio climático 1990-2008, calculado para 176 países, Honduras ocupou o terceiro posto e Nicarágua, o quinto (Meléndez, 2014)<sup>4</sup>.

### **III AS MIGRAÇÕES NA “NOVA GERAÇÃO”: MENINOS E MENINAS MIGRANDO SOZINHOS(AS)**

De acordo com o Relatório *International Migration, Children and Adolescents Population Dynamics* (2013), 16% da população total imigrante é jovem (menos de vinte anos), o que equivale a 33 milhões de pessoas. Dessa cifra, 11 milhões oscilam entre as idades de 15-19 anos, enquanto 9 milhões estão abrangidos entre 10-14 anos e aproximadamente 7 milhões, entre os 5 e os 9 anos de idade.

O continente americano representa 10% da totalidade das migrações mundiais de jovens. Assim mesmo, na região da América Latina e Caribe, as dinâmicas migratórias por gênero têm mudado, na medida em que existem 95 mulheres migrantes para cada 100 homens migrantes menores de 20 anos, enquanto que, no ano 2000, migravam 96 homens para cada 100 mulheres.

Durante o mês de junho do ano corrente, a Guarda fronteiriça dos Estados Unidos deteve uma avalanche de meninos e meninas que viajavam desacompanhados(as) para chegar a esse país, detonando

---

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://sociedad.elpais.com/sociedad/2014/06/09/actualidad/1402324929\\_244265.html](http://sociedad.elpais.com/sociedad/2014/06/09/actualidad/1402324929_244265.html)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

uma crise de caráter humanitário em razão da dificuldade para atender-los(as). Calcula-se que, desde outubro de 2013, têm chegado e têm sido detidos cerca de 52.000 menores (AFP, julho 2014), um uma idade média de quatorze anos (Kandel et. Al., 2014, p. 2).

Uma grande quantidade é enviada para trazer seus genitores e reunir-se em solo estadunidense e obter permissões de estadia. No entanto, ao revisar os dados da polícia de Fronteira (2014), é possível identificar uma tendência de aumento nas apreensões de menores desacompanhados na fronteira entre México e Estados Unidos que, no ano de 2009, alcançou 2000 detenções e eu chegou a aumentar em oito vezes no ano de 2014, superando as 16.000 detenções (caso hondurenho). Esses dados refletem que há três países centro-americanos na condição de ejetores netos de menores desacompanhados: El Salvador, Guatemala e Honduras (Orozco y Yansura, 2014, p. 1), mostrando uma dinâmica migratória que difere da experimentada anos atrás.

Enquanto no ano fiscal de 2009 cerca de 82% da totalidade de detenções de menores não acompanhados correspondia a mexicanos e apenas aproximadamente 17% a centro-americanos, no ano fiscal de 2014 a cifra se reverteu, na medida em que 23% dos menores são provenientes do México e cerca de 75% do total são originários da América Central (Kandel et. al., 2014, p. 3).

Ditas cifras, juntamente com as condições e riscos enfrentados pelos e pelas menores, chamaram a atenção não apenas de Washington, mas também dos governos centro-americanos e de organizações internacionais como a ONU, com o fim de trazer alternativas a essa problemática.

Em primeiro lugar, é importante destacar as razões pelas quais as crianças iniciam uma viagem a partir de seus países de origem até os Estados Unidos. De acordo com a pesquisa *Comprender la Migración Centroamericana: La crisis de migrantes menores de edad centroamericanos em contexto* (2014), essa migração está diretamente vinculada aos elevados índices de violência em seus países de origem. Segundo esse estudo, ao fator violência devem somar-se as escassas oportunidades para melhorar a qualidade de vida enfrentada pelos e pelas jovens nas economias centro-americanas, notadamente nos principais países ejetores (Honduras, Guatemala e El Salvador), onde o aumento da informalidade, as reduzidas oportunidades de trabalho qualificado e os

problemas para ingressar e/ou manter-se no sistema educativo são catalizadores da decisão em deixar o país.

Por outro lado, a reunificação familiar é considerada como um dos principais catalizadores da migração de crianças e adolescentes, principalmente em face da melhora nas condições de vida de seus pais ou familiares que residem nos Estados Unidos e da crescente preocupação por seu bem-estar ante as ameaças percebidas em seus países de origem. Isto, apoiando-se na legislação migratória, permitirá a estadia do ou da menor em solo estadunidense (crenças que se afastam, em muitos casos, da realidade e são difundidas pelas redes criminais que se encarregam da “coiotagem” [5]) (Kandel et. al., 2014, p. 15).

#### **IV A REAÇÃO DE WASHINGTON E OS GOVERNOS CENTRO-AMERICANOS**

Sem dúvida alguma, a chegada massiva de menores à fronteira entre o México e os Estados Unidos tem ocasionado uma crise humanitária que incide sobre os interesses de Obama em lograr que se aprove a reforma migratória no Congresso e que tem colocado em apuros as autoridades estadunidenses que não estavam preparadas – tanto em nível de gestão, como em termos de pessoal e de infraestrutura – para manter em condições decentes os menores imigrantes sem companhia.

Segundo a audição *Children Migrating from Central America: Creating a Humanitarian Crisis* (2014), do Secretário Assistente do Bureau de Assuntos para o Hemisfério Ocidental, Francisco Palmieri, ante o Comitê de Assuntos Exteriores, estabeleceu-se uma coordenação com a Agência Federal de Gestão de Emergências (FEMA, em sua sigla em inglês) para as respostas rápidas e de curto prazo. Além disso, tem-se procedido a uma campanha de propaganda em coordenação com os governos centro-americanos envolvidos e com o México, voltada para desmentir as redes criminais quanto à certeza de que as pessoas chegarão sem problemas aos Estados Unidos e para eviden-

---

<sup>5</sup> Exemplo disso é que os coiotes indicam aos pais de família que, apoiando-se em iniciativas como a *Deferred Action for Childhood Arrivals*, no marco da reforma migratória proposta pela administração Obama, os menores poderiam ficar legalmente no país. O que não se menciona é que a ação abrange apenas aos menores de dezesesseis anos que têm residido continuamente nos Estados Unidos desde 15 de junho de 2007 (Kandel et.al., 2014, p. 20).



ciar os perigos que implica uma viagem desse tipo. Da mesma forma, pretende-se desmentir que as crianças não serão deportadas. Por outra parte, o Governo dos Estados Unidos se comprometeu a disponibilizar o montante de 9,6 milhões de dólares aos governos centro-americanos para capacitar ao pessoal que será encarregado de receber os e as menores deportados(as).

Os presidentes da Guatemala, de Honduras e de El Salvador reuniram-se no final do mês de julho do ano em curso, para discutir as medidas a serem tomadas em face da crise migratória, entre as quais se cogitou a possibilidade de regularização de um pequeno grupo de jovens, especialmente hondurenhos, por meio da concessão de asilo (El Financiero, 25/07/14). Os presidentes centro-americanos solicitaram fundos para tratar, em longo prazo, de problemas estruturais da região, como o narcotráfico e a violência. Levantou-se, inclusive, a proposta de um *Plan Centroamérica* (Plano América Central) pelo mandatário guatemalteco, Otto Pérez Molina, semelhante ao *Plan Colombia* (El Universal, 25/07/14). Não obstante, Obama enfatizou a deportação massiva dos menores com um status irregular – o anterior – ante um Congresso que se negava a aprovar os 1,7 bilhões de dólares solicitados pelo Executivo para amenizar a crise.

## REFERÊNCIAS

ANTILLÓN, S. A.. *Contadora: ¿simples buenos oficios o formal mediación? (Pacificación en la crisis centroamericana)*. Universidad Nacional: Costa Rica, 1997.

AFP. (02/07/2014). *EU vive crisis humanitaria por la “avalancha” de niños migrantes*. Disponível em: <<http://mexico.cnn.com/mundo/2014/07/02/eu-vive-una-crisis-humanitaria-por-la-avalancha-de-ninos-migrantes>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

BECK, U. *La sociedad del riesgo global*. [S. l.]: [S. n.], 2002. Disponível em: <<http://www.um.es/tic/LIBROS%20FCI-II/Beck%20Ulrich%20-%20La%20Sociedad%20Del%20Riesgo%20Global.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2015.

CASASFRANCO, R. M. *Las migraciones y los desplazamientos forzados. Retos en Centroamérica y Colombia. Un análisis comparativo e integral desde un enfoque de derechos humanos*. Impresora Obando: Costa Rica, 2002.

COMISIÓN ESPAÑOLA DE AYUDA AL REFUGIADO. *Maras en Centroamérica y México*. Disponível em: <<http://cear.es/wp-content/uploads/2013/10/CENTROAMERICA.-2013.-Maras.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

EGENHOFF, T.; STEIN, E. *Seguridad y crimen organizado transnacional*. [S. l.]: [S. n.], 2011. Disponível em: <[http://www.kas.de/wf/doc/kas\\_22430-1522-4-30.pdf?110519174059](http://www.kas.de/wf/doc/kas_22430-1522-4-30.pdf?110519174059)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

El Financiero. (25/07/2014). “Obama pide a presidentes centroamericanos ayuda para detener migración”; en: *El Financiero*. Disponível em: <<http://www.elfinanciero.com.mx/mundo/obama-pide-a-presidentes-centroamericanos-ayuda-para-detener-migracion.html>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

El Universal. (25/07/2014). “Inicia Obama reunión con presidentes centroamericanos”; en: *El Mundo*. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx/el-mundo/2014/obama-reunion-presidentes-centroamerica-1025827.html>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

LEÓN, J. *Centroamérica y el mundo en los albores del siglo XXI*. In: *Política y cultura*. [S. l.]: [S. n.], 2001. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26701506>> Acesso em: 10 fev. 2015.

KANDEL, W. *Unaccompanied Alien Children: Potential Factors Contributing to recent Immigration*. [S. l.]: [S. n.], 2014. Disponível em: <<http://fas.org/sgp/crs/homesec/R43628.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2015.

MELÉNDEZ, J. *Centroamérica, muy vulnerable al cambio climático*. In: *El País*. [S. l.]: [S. n.], 2014. Disponível em: <[http://sociedad.elpais.com/sociedad/2014/06/09/actualidad/1402324929\\_244265.html](http://sociedad.elpais.com/sociedad/2014/06/09/actualidad/1402324929_244265.html)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

MONTORBIO, M. *Esquipulas II +25: Centroamérica en perspectiva*. [S. l.]: [S. n.], 2012. Disponível em: <[http://www.cidob.org/es/publicaciones/notes\\_internacionales/n1\\_61/esquipulas\\_ii\\_25\\_centroamerica\\_en\\_perspectiva](http://www.cidob.org/es/publicaciones/notes_internacionales/n1_61/esquipulas_ii_25_centroamerica_en_perspectiva)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

NETZAHUALCOYOTZI, R.; FURLONG, A. *Migración Centroamericana*. In: *Mesoamérica: Integración regional y geopolítica*. Universidad Nacional: Costa Rica, 2013.

OROZCO, M.; YANSURA, J. *Comprender la Migración Centroamericana: La crisis de migrantes menores de edad centroamericanos en contexto*. Diálogo Interamericano: Washington, 2014.

PALMIERI, F. *Children Migrating from Central America: creating a Humanitarian Crisis*. [S. l.]: [S. n.], 2014. Disponível em: <<http://docs.house.gov/meetings/FA/FA07/20140625/102418/HHRG-113-FA07-Wstate-PalmieriF-20140625.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

ROJAS, F.; SOLÍS, L.. *¿Súbditos o aliados?: La política exterior de Estados Unidos y Centroamérica*. FLACSO: Costa Rica, 1988.

UNICEF. *International Migration, Children and Adolescents Population Dynamics*. Disponível em: <[http://www.unicef.org/socialpolicy/files/Population\\_Dynamics\\_and\\_Migration.pdf](http://www.unicef.org/socialpolicy/files/Population_Dynamics_and_Migration.pdf)> Acesso em: 10 fev. 2015.

# **LAS RAÍCES DE UNA TRAGEDIA HUMANA O LA HISTORIA HECHA PRESENTE**

*The roots of a human tragedy or the history presents itself*

Willy Soto Acosta

María Fernanda Morales Camacho\*

Es imposible entender las raíces del problema actual de las migraciones de niños (as) de la región centroamericana hacia los Estados Unidos sin comprender algunos antecedentes de este problema.

## **I LAS MIGRACIONES “TRADICIONALES” DE CENTROAMÉRICA HACIA EE.UU.**

Según Casasfranco (2002, p. 78) la dinámica migratoria en la región centroamericana fue más notoria a partir de la década de los ochenta y producto de la crisis política en la que estaba sumergida la región. Antes de esa fecha, los desplazamientos obedecían a procesos de colonización agrícola y se caracterizaban por su dispersión en diferentes regiones a lo interno del país. Incluso, en el contexto de la II Guerra Mundial, Centroamérica fue una región receptora de inmigrantes provenientes de Europa y Asia.

En la década de los ochenta las guerras civiles incidieron en un desplazamiento cercano a los dos millones de personas que provenían de El Salvador, Guatemala y Nicaragua y se dirigían a otras zonas de su propio país no afectadas por los enfrentamientos, a países vecinos o a destinos extrarregionales. Ejemplo de ello fue la oleada migratoria de ciudadanos(as) salvadoreños(as) hacia los Estados Unidos: para inicios de los años noventas, en el país norteamericano residían cerca de un mi-

---

\* Pesquisidora del Observatorio de la Política Internacional da Universidad Nacional de Costa Rica y pesquisidora vinculada a la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO, Costa Rica.

llón de salvadoreños(as); muchos de ellos expulsados por la violencia en su tierra natal.

Se produce un descenso en la población salvadoreña residente ilegal en los Estados Unidos en la década de los noventas respecto al año 2000, producto de las prerrogativas brindadas por el Gobierno estadounidense como el estatus de protección temporal, a principios de los noventas. Ya más tarde, eso se debe a leyes como NACARA<sup>1</sup>. No obstante, se evidencia una tendencia al alza en la llegada de hondureños y guatemaltecos a los Estados Unidos en condiciones irregulares; con crecimientos relativos de 96% y 26%, respectivamente (Homeland Security, 2000, p. 9).

Con el proceso de pacificación en Centroamérica inicia el retorno de migrantes a sus tierras de origen, especialmente de salvadoreños(as) y guatemaltecos(as). No obstante, la persistencia de condiciones económicas adversas y la creciente vulnerabilidad ante fenómenos ambientales (huracanes<sup>2</sup>, terremotos, etc.) provoca una nueva oleada de migrantes, esta vez de naturaleza económico.

Surgen entonces dos lógicas de desplazamiento: una al sur, especialmente de nicaragüenses hacia Costa Rica y otra al norte, específicamente ciudadanos de Guatemala, Honduras y El Salvador hacia México, pero teniendo como principal destino los Estados Unidos, en búsqueda del “sueño americano”.

Actualmente, y de acuerdo con *Where, We're From*, para el año 2010 se contabilizaban un total 2664852 migrantes provenientes de Centroamérica en los Estados Unidos. Dentro de esta cifra sobresale El Salvador con 1116420 migrantes residiendo en este país, seguido por Guatemala con 753720 y Honduras 469202. Estos tres países representan más del 50% de los y las centroamericanos(as) en esa nación.

<sup>1</sup> Hace referencia al *Nicaraguan Adjustment and Central American Relief Act*.

<sup>2</sup> El impacto del Huracán Mitch en la región produjo un desplazamiento del 22,465 de la población hondureña, y una oleada migratoria de nicaragüenses hacia Costa Rica. Mientras que el terremoto en El Salvador (2001) incidió también en el desplazamiento de personas (Casasfranco, 2002, p. 119).

## II AMENAZAS EMERGENTES EN CENTROAMÉRICA: NARCOTRÁFICO, MARAS, CRIMEN ORGANIZADO, VULNERABILIDAD Y FENÓMENOS AMBIENTALES

El proceso de Esquipulas II cerró una etapa convulsa en la región caracterizada por la amenaza militar a la estabilidad política del istmo. Sin embargo, la región enfrenta “nuevos” flagelos (algunas veces formas transmutadas de los anteriores). Estos problemas no se limitan a un área geográfica específica, por lo que son más complejos de combatir y obedecen a las lógicas de transnacionalización propias de una sociedad más conectada a raíz de los avances en las telecomunicaciones y mucho más porosa, en lo que Beck ha descrito como la “sociedad del riesgo” (Beck, 2002).

Estos nuevos desafíos se pueden agrupar en grandes fenómenos: el crimen organizado, la amenaza de las maras, la expansión de las redes de narcotráfico y la vulnerabilidad ambiental. Estos factores inciden en la decisión de los y las centroamericanos(as) para buscar lugares más seguros y que brinden mayores y mejores oportunidades.

- *Crimen organizado y la expansión de las redes de narcotráfico*: La región se enfrenta a la profesionalización y a una mayor penetración de las estructuras del crimen organizado en el aparato estatal. Tal y como lo expone el informe *Seguridad y Crimen Organizado Transnacional en Centroamérica* (2011), la región ha pasado de ser una simple zona de paso estilo “bodega” de narcóticos y paso obligatorio de armas, personas, flora, fauna, capitales ilegítimos, a una zona en la que se han institucionalizado las redes criminales impactando en las sociedades centroamericanas con mayores niveles de violencia y un aumento en el consumo de drogas y el fortalecimiento de instituciones como las pandillas.
- *La amenaza de las maras*: La consolidación de las pandillas más poderosas en Centroamérica (Pandilla de la Calle 18 y la Mara Salvatrucha) así como su acercamiento con el crimen organizado y el nivel de violencia con el que arremeten con la población civil, especialmente grupos de mayor vulnerabilidad como mujeres y niños(as), han ocasionado la ejecución de políticas de “mano dura” por parte de diferentes Gobiernos. Esto ha incidido en la transnacionalización de dichas organizaciones a México, Estados Unidos, incluso Europa (Comisión Española de Ayuda al Refugiado, 2013, p. 22).

- *La vulnerabilidad ambiental*: El cambio climático constituye una de las principales amenazas a la seguridad humana de la región. La fuerte dependencia de las economías de la región de hidrocarburos y los inadecuados usos de la tierra y el agua, suponen desafíos para estos países y sus Gobiernos. Temas como la seguridad alimentaria y la gestión de las ciudades costeras ante el inminente incremento del nivel del mar también se han posicionado en la agenda de las políticas públicas centroamericana. Esta región junto con México y República Dominicana verán afectados cerca de un millón de kilómetros cuadrados, lo cual impactará a los ecosistemas y la biodiversidad. Prueba de la vulnerabilidad regional es que en el índice global de riesgo de cambio climático 1990-2008, calculado para 176 países, Honduras ocupó el puesto tercero y Nicaragua el quinto (Meléndez, 2014)<sup>3</sup>.

### **III LAS MIGRACIONES DE “NUEVA GENERACIÓN”: NIÑOS Y NIÑAS MIGRANDO SOLOS**

De acuerdo con el Reporte *International Migration, Children and Adolescents Population Dynamics* (2013) de la UNESCO, el 16% de la población total migrante es joven (menor de 20 años), lo que equivale a 33 millones de personas. De esta cifra, 11 millones oscilan entre las edades de 15-19 años, mientras que 9 millones cuentan entre 10-14 años y aproximadamente 7 millones entre los 5 a los 9 años de edad.

El continente americano representa el 10% de la totalidad de las migraciones mundiales de jóvenes. Asimismo en la región de América Latina y el Caribe las dinámicas migratorias por género han cambiado, al existir 95 mujeres migrantes por cada 100 hombres migrantes menores de 20 años; mientras que para el año 2000 migraban 96 hombres por cada 100 mujeres migrantes.

Durante el mes de junio del presente año, la Guardia fronteriza de los Estados Unidos ha detenido una avalancha de niños(as) que viajan no acompañados para llegar a este país; detonando una crisis de carácter humanitario por las dificultades para atenderlos. Se calcula que

---

<sup>3</sup> Disponible en: <[http://sociedad.elpais.com/sociedad/2014/06/09/actualidad/1402324929\\_244265.html](http://sociedad.elpais.com/sociedad/2014/06/09/actualidad/1402324929_244265.html)>. Acceso en: 02 jan. 2015.

desde octubre del año 2013 han llegado y han sido detenidos cerca de 52 000 menores (AFP, julio 2014) con una edad promedio de 14 años (Kandel et.al., 2014, p. 2).

Una gran cantidad son enviados a traer por sus progenitores para reunirse en suelo estadounidense y obtener permisos de estadía. Sin embargo, al revisar los datos de la Policía de Frontera (2014) es posible identificar una tendencia a la alza en las aprehensiones de menores de edad no acompañados en la frontera entre México y Estados Unidos que, para el año 2009 alcanzó las 2000 detenciones y que llegó a aumentar en 8 veces para el año 2014, superando las 16 000 detenciones (caso hondureño). Estos datos reflejan que hay tres países centroamericanos en condición de expulsores netos de menores no acompañados: El Salvador, Guatemala y Honduras (Orozco y Yansura, 2014: 1), mostrando una dinámica migratoria que difiere de la experimentada años atrás.

Mientras que para el año fiscal 2009 cerca del 82% de la totalidad de detenciones de menores no acompañados correspondía a mexicanos y sólo un 17% a centroamericanos, para el año fiscal 2014 la cifra se revirtió, representando un 23% los menores provenientes de México y un 75% del total los originarios de América Central (Kandel et.al., 2014, p. 3).

Dichas cifras, junto con las condiciones y riesgos a los que se enfrentan las y los menores llamó la atención no sólo de Washington, sino de los gobiernos centroamericanos y de organizaciones internacionales como la ONU, con el fin de brindar alternativas a esta problemática.

En primera instancia, es importante destacar las razones por las cuales los y las niños(as) inician un viaje desde sus países de origen hasta los Estados Unidos. Según la investigación *Comprender la Migración Centroamericana: La crisis de migrantes menores de edad centroamericanos en contexto* (2014), dicha migración está directamente vinculada con los elevados índices de violencia en sus países de origen. Según este estudio, al factor violencia debe sumársele las escasas oportunidades para mejorar la calidad de vida a la que se enfrentan los y las jóvenes en las economías centroamericanas, especialmente de los principales países expulsores (Honduras, Guatemala y El Salvador), donde el incremento de la informalidad, reducidas oportunidades de trabajo calificado y los problemas para acceder y/o mantenerse en el sistema educativo son catalizadores en la decisión de dejar el país.



Por otra parte, la reunificación familiar se considera como uno de los principales catalizadores de la migración de niños(as) y adolescentes; principalmente, ante la mejora en las condiciones de vida de sus padres o familiares que residen en los Estados Unidos y la creciente preocupación por su bienestar ante las amenazas percibidas de los países de origen. Esto apoyándose en que la legislación migratoria permitirá la estadía del o la menor en suelo estadounidense (creencias que se alejan, en muchos casos, de la realidad y son difundidas por las redes criminales que se encargan del “coyotaje”<sup>4</sup>) (Kandel et.al., 2014, p. 15).

#### **IV LA REACCIÓN DE WASHINGTON Y LOS GOBIERNOS CENTROAMERICANOS**

Sin duda alguna, la llegada masiva de menores a la frontera entre México y los Estados Unidos ha ocasionado una crisis humanitaria que incide en los intereses de Obama por lograr que se apruebe la reforma migratoria en el Congreso y ha puesto en apuros a las autoridades estadounidenses que no se encontraban preparadas, tanto a nivel de gestión como en términos de personal e infraestructura, para mantener en condiciones decentes a los menores migrantes sin compañía.

Según la comparecencia *Children Migrating from Central America: Creating a Humanitarian Crisis* (2014), del Secretario Asistente del Bureau de Asuntos para el Hemisferio Occidental, Francisco Palmieri, ante el Comité de Asuntos Exteriores, se ha establecido una coordinación con la Agencia Federal de Gestión de Emergencias (FEMA por sus siglas en inglés) para las respuestas rápidas y de corto plazo. Asimismo, se ha procedido a una campaña propagandística en coordinación con los gobiernos centroamericanos implicados y México, orientada a desmentir a las redes criminales sobre la certeza de que las personas llegarán sin problemas a los Estados Unidos y evidenciar los peligros que implica un viaje de este tipo. De la misma forma, se pretende desmentir que los niños no serán deportados. Por otra parte,

---

<sup>4</sup> Ejemplo de ello es que los coyotes les indican a los padres de familia que apoyándose en iniciativas como *Deferred Action for Childhood Arrivals* en el marco de la reforma migratoria propuesta por la administración Obama, los menores se podrán quedar legalmente en el país. Lo que no se menciona es que cubre sólo a menores de 16 años que han residido continuamente en los Estados Unidos desde el 15 de junio del 2007 (Kandel et.al., 2014, p. 20).



el Gobierno de Estados Unidos se comprometió a facilitar la suma de 9,6 millones de dólares a los gobiernos centroamericanos para capacitar al personal que se encargará de recibir a los y las menores deportados.

Los presidentes de Guatemala, Honduras y El Salvador se reunieron a finales de mes de julio del año en curso para discutir las medidas ante la crisis migratoria, entre las que se planteó la posibilidad regularización de un pequeño grupo de jóvenes, especialmente hondureños, mediante la aceptación de asilo (El Financiero, 25/07/2014). Los presidentes centroamericanos solicitaron fondos para tratar, a largo plazo, problemas estructurales de la región como el narcotráfico y la violencia. Incluso se planteó la propuesta de un Plan Centroamérica por parte del mandatario Guatemalteco, Otto Pérez Molina, similar al Plan Colombia (El Universal, 25/07/2014). No obstante, Obama enfatizó en la deportación masiva de los menores con un estatus irregular; lo anterior, ante un Congreso que se negaba a aprobar los 1700 millones de dólares solicitados por el ejecutivo para paliar la crisis.

## REFERENCIAS

ANTILLÓN, S. A.. *Contadora: ¿simples buenos oficios o formal mediación? (Pacificación en la crisis centroamericana)*. Universidad Nacional: Costa Rica, 1997.

AFP. (02/07/2014). *EU vive crisis humanitaria por la “avalancha” de niños migrantes*. Disponible em: <<http://mexico.cnn.com/mundo/2014/07/02/eu-vive-una-crisis-humanitaria-por-la-avalancha-de-ninos-migrantes>>. Acceso em: 10 fev. 2015.

BECK, U. *La sociedad del riesgo global*. [S. l.]: [S. n.], 2002. Disponible em: <<http://www.um.es/tic/LIBROS%20FCI-II/Beck%20Ulrich%20-%20La%20Sociedad%20Del%20Riesgo%20Global.pdf>> Acceso em: 10 fev. 2015.

CASASFRANCO, R. M. *Las migraciones y los desplazamientos forzados. Retos en Centroamérica y Colombia. Un análisis comparativo e integral desde un enfoque de derechos humanos*. Impresora Obando: Costa Rica, 2002.

COMISIÓN ESPAÑOLA DE AYUDA AL REFUGIADO. *Maras en Centroamérica y México*. Disponible em: <<http://cear.es/wp-content/uploads/2013/10/CENTROAMERICA.-2013.-Maras.pdf>>. Acceso em: 10 fev. 2015.

EGENHOFF, T.; STEIN, E. *Seguridad y crimen organizado transnacional*. [S. l.]: [S. n.], 2011. Disponible em: <[http://www.kas.de/wf/doc/kas\\_22430-1522-4-30.pdf?110519174059](http://www.kas.de/wf/doc/kas_22430-1522-4-30.pdf?110519174059)>. Acceso em: 10 fev. 2015.

El Financiero. (25/07/2014). “Obama pide a presidentes centroamericanos ayuda para detener migración”; en: *El Financiero*. Disponible em: <<http://www.elfinanciero.com.mx/mundo/obama-pide-a-presidentes-centroamericanos-ayuda-para-detener-migracion.html>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

El Universal. (25/07/2014). “Inicia Obama reunión con presidentes centroamericanos”; en: *El Mundo*. Disponible em: <<http://www.eluniversal.com.mx/el-mundo/2014/obama-reunion-presidentes-centroamerica-1025827.html>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

LEÓN, J. *Centroamérica y el mundo en los albores del siglo XXI*. In: *Política y cultura*. [S. l.]: [S. n.], 2001. Disponible em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26701506>> Acesso em: 10 fev. 2015.

KANDEL, W. *Unaccompanied Alien Children: Potential Factors Contributing to recent Immigration*. [S. l.]: [S. n.], 2014. Disponible em: <<http://fas.org/sgp/crs/homesecc/R43628.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2015.

MELÉNDEZ, J. *Centroamérica, muy vulnerable al cambio climático*. In: *El País*. [S. l.]: [S. n.], 2014. Disponible em: <[http://sociedad.elpais.com/sociedad/2014/06/09/actualidad/1402324929\\_244265.html](http://sociedad.elpais.com/sociedad/2014/06/09/actualidad/1402324929_244265.html)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

MONTOBIO, M. *Esquipulas II +25: Centroamérica en perspectiva*. [S. l.]: [S. n.], 2012. Disponible em: <[http://www.cidob.org/es/publicaciones/notes\\_internacionales/n1\\_61/esquipulas\\_ii\\_25\\_centroamerica\\_en\\_perspectiva](http://www.cidob.org/es/publicaciones/notes_internacionales/n1_61/esquipulas_ii_25_centroamerica_en_perspectiva)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

NETZAHUALCOYOTZI, R.; FURLONG, A. *Migración Centroamericana*. In: *Mesoamérica: Integración regional y geopolítica*. Universidad Nacional: Costa Rica, 2013.

OROZCO, M.; YANSURA, J. *Comprender la Migración Centroamericana: La crisis de migrantes menores de edad centroamericanos en contexto*. Diálogo Interamericano: Washington, 2014.

PALMIERI, F. *Children Migrating from Central America: creating a Humanitarian Crisis*. [S. l.]: [S. n.], 2014. Disponible em: <<http://docs.house.gov/meetings/FA/FA07/20140625/102418/HHRG-113-FA07-Wstate-PalmieriF-20140625.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

ROJAS, F.; SOLÍS, L. *¿Súbditos o aliados?: La política exterior de Estados Unidos y Centroamérica*. FLACSO: Costa Rica, 1988.

UNICEF. *International Migration, Children and Adolescents Population Dynamics*. Disponible em: <[http://www.unicef.org/socialpolicy/files/Population\\_Dynamics\\_and\\_Migration.pdf](http://www.unicef.org/socialpolicy/files/Population_Dynamics_and_Migration.pdf)> Acesso em: 10 fev. 2015.